



A Nação

JORNAL INDEPENDENTE



Cabo Verde e Martinica: no itinerário da criouliidade

Págs. 6 e 7 in ETC



Uma democracia com mandatos “caducados”

Págs. 2 a 4

MEDIA

MP promove nova investida contra liberdade de imprensa

Págs. 6 e 7

Portugal

Alunos da Escola Portuguesa da Praia com notas recordes nos exames nacionais



Pág. 14

Afrobasket 2025

“Vamos para vencer”

Págs. 10 e 11

Mundial 2026 Futebol

Embaixador José Pedro D’Oliveira sonha com qualificação

Pág. 12



Sangue

Quando a solidariedade salva vidas

Págs. 2 a 4 in ETC

Ambulância sem sirene



Pág. 19



Arminda Barros



José Pina Delgado



João da Cruz

Tribunal Constitucional, Tribunal de Contas, CNE, ARC, PGR...

Uma democracia com mandatos “caducados”

Cabo Verde, modelo de democracia em África, vive uma situação anómala: todos os seus órgãos para a fiscalização do Estado de Direito, inclusive o Tribunal Constitucional e o Tribunal de Contas, estão com mandatos expirados. O caso mais gritante é o da ARC, cujos membros já duplicaram o prazo legal para se manterem nos respectivos cargos. Mas há outras situações não menos “gritantes” e até “escandalosas”...

Daniel Almeida

Os actuais membros do Conselho Regulador da Agência Reguladora para a Comunicação Social (ARC) foram empossados no dia 23 de Julho de 2015 perante o presidente da Assembleia Nacional, para um mandato único de seis anos.

Contudo, volvidos 10 anos, Arminda Barros, presidente; Maria Augusta Teixeira, vice-presidente; e os conselheiros Alfredo Pereira, Jacinto Estrela, Karine Andrade, assim como a secretária do Conselho Regulador, Dulce Rocha, continuam nas respectivas funções sem que haja uma perspectiva para a nomeação de novos membros, uma competência exclusiva do Parlamento.

Sem consensos entre os Grupos Parlamentares, para esta matéria que exige uma maioria de dois terços, é bem

provável, tendo em conta o período pré-eleitoral, que os integrantes do Conselho Regulador da ARC só venham a ser substituídos na próxima legislatura. De acordo com os Estatutos da ARC, o mandato dos membros é de seis anos, não renovável, e permanecem em funções até à substituição efectiva ou à cessação de funções.

Protecção de Dados também está caducado

Na mesma situação encontra-se a Comissão Nacio-

nal de Protecção de Dados (CNPD), cujos membros foram empossados em Abril de 2015, perante também o presidente da Assembleia Nacional com um mandato de seis anos não renovável.

A CNPD, que é responsável por controlar e fiscalizar o cumprimento das leis de protecção de dados pessoais, é composta por um magistrado, Faustino Varela, que o preside, e mais dois cidadãos, José Maria de Pina e Djamilson Pinto.

A sua situação é similar à da ARC. A falta de consenso entre os Grupos Parlama-

res vem emperrando a eleição de novos membros desse órgão que estão com mandato expirado há mais de quatro anos.

Numa recente declaração à imprensa Faustino Varela garantiu que por diversas vezes já falou com o presidente da AN sobre este assunto e que na ausência de novos membros vai continuar a exercer as suas funções.

“A CNPD sempre trabalhou e continuará a trabalhar com independência, não ser subserviente de nenhum partido político, ter indepen-

dência completa em relação a todas as demais instituições do país e faz todo o possível para, pelo menos intencionalmente, trabalhar para dignificar o país e contribuir para o desenvolvimento do Estado de Direito, sobretudo para a protecção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos”, precisou.

CNE em situação de “moeda ao ar”

O ciclo eleitoral que começou com as últimas eleições autárquicas e que termina com as próximas eleições legislativas e presidenciais, que acontecem em 2026, pode ser um bom motivo para manter os membros da Comissão Nacional de Eleições (CNE) em funções, para evitar eventuais contratemplos durante esses processos.

Contudo, os membros da



GARANTIA

SEGUROS

GARANTA UMA PROTEÇÃO PARA OS SEUS.

Quando se olha em frente, é difícil prever o que o futuro reserva. Mas a proteção da sua família está sempre assegurada com o Garantia Vida Proteção Garantida. Um seguro que traz algum conforto e serenidade em caso de morte.

Juntos para que a garantia de um futuro protegido não pare.

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.

garantia.cv



GARANTIA
VIDA PROTEÇÃO
GARANTIDA

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia,
C.P. 138 - Praia, Cabo Verde • NIF: 200110322 • Capital Social: 400.000.000 CVE • www.garantia.cv
Telefone: (238) 260 86 00



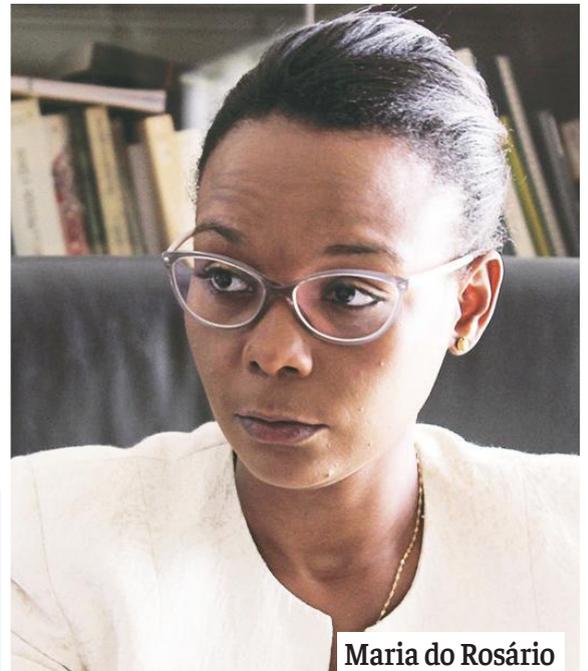
FIDELIDADE
SEGUROS
DESDE 1808



Faustino Varela



José Landim



Maria do Rosário

CNE, Maria do Rosário Gonçalves (presidente), Arlindo Tavares, Cristina Leite e Elba Pires, que foram empossados em Maio de 2015, permanecem em efectividade de funções, porquanto, como acontece com os outros órgãos externos ao Parlamento, continuam à espera da eleição de novos membros, isto quando os deputados se entenderem.

Porém, a CNE está desfalcada desde 2021, com o falecimento do seu então vice-presidente, Amadeu Barbosa. Mesmo assim, o Parlamento não se deu ao trabalho de eleger outro nome para o substituir, criando, com isto, uma situação delicada junto da entidade que superintende o processo eleitoral, que ficou com apenas quatro elementos. Em caso de empate na tomada de decisão não haverá como desempatar, a não ser que se introduza o método de “moeda ao ar”.

Constitucional ao sabor do ciclo eleitoral

Também empossados em 2015 para um mandato único de nove anos, os membros do Tribunal Constitucional estão, igualmente, “fora de prazo” desde Outubro do ano pas-

sado e sem perspectivas da eleição de novos efectivos para esse órgão.

Na altura foram escolhidos os primeiros juízes conselheiros para o TC, em número de três: Aristides Lima, João Pinto e José Pina Delgado. Na eleição entre pares, João Pinto foi escolhido para presidir o TC, até Janeiro de 2023, altura em que José Pina Delgado foi eleito presidente desse órgão, que, respeitando o princípio de rotatividade, a cada três anos deveria ser eleito um novo presidente do órgão.

Este é o mais recente caso de membros de cargos externos ao Parlamento com mandatos caducados, cuja resolução será seguramente empurrada para a próxima legislatura.

Um país com mandatos caducados

De um total de seis órgãos de soberania – TC, TdC, CNE, ARC, CNPD e PGR – nenhum encontra-se com os respectivos mandatos em dia. Para um país cuja democracia é apontada como modelo em África, o zelo para que a defesa do Estado de direito funcionasse a preceito devia ser maior.

Cargos de responsabilidade partilhada entre Governo e PR

Em Outubro de 2019, José Luís Landim tomou posse como Procurador Geral da República para um mandato de cinco anos. O mandato caducou há nove meses.

De acordo com uma fonte bem posicionada, o Governo terá sondado o Presidente da República no sentido da recondução de Landim, no cargo, mas os sinais que vieram do Palácio do Platô não foram nada animadores. É voz corrente que o PGR está ao serviço do Governo e do sistema que sustenta o executivo de Ulisses Correia e Silva.

O Governo, que tem a prerrogativa de propor o nome para o cargo de Procurador Geral da República, perante a iminência de um “chumbo” de Landim por parte do PR, prefere manter o status quo, deixando as coisas como estão até, no mínimo, à próxima legislatura e, quem sabe, próximo Presidente da República.

Juízes do Tribunal de Contas na berlinda

Em Novembro de 2018 foram empossados os novos juízes conselheiros do

Tribunal de Contas para um mandato renovável de cinco anos. João da Cruz, quadro da casa, foi nomeado presidente, assim como os juízes conselheiros Ana Reis, Claudino Semedo, José Maria Cardoso e Victor Monteiro.

O mandato desses juízes do TdC expirou em 2023, mas por aquilo que A NAÇÃO pôde apurar, houve uma tentativa de renovação dos mandatos que, no entanto, foi também rejeitada pelo Presidente da República.

A actual equipa do Tribunal de Contas, que não é coesa, é acusada em determinados círculos de ser muito parcial e de ser “muito selectivo” na abordagem de determinados processos considerados mediáticos.

De acordo com uma fonte bem posicionada, o Governo, que está ciente dos desentendimentos e mal-estar entre os juízes conselheiros, estará a preparar uma nova proposta para apresentar ao Presidente da República.

Políticos falam, mas não tomam decisões

Em Outubro de 2023, o líder do Grupo Parlamentar do PAICV, João Baptista Pereira, reconheceu o atraso no processo que exigem consensos e que envolvem nomes, garantindo, no entanto, que se estava “a trabalhar no sentido de repor a normalidade, contribuindo, assim, para a credibilidade do Parlamento”.

O líder da bancada do MpD, na altura, Paulo Veiga, reconheceu, igualmente, que o processo “é complexo”, pelo facto de se estar a discutir nomes para se poder chegar a um consenso. “Mas o importante é que já conseguimos para os órgãos da justiça e estamos a trabalhar nesse processo e tenho a convicção que vamos conseguir”. Os dois principais partidos contam resolver esse problema até Dezembro, próximo.

Sobre esta matéria, António Monteiro lamentou o facto de a UCID não ter deputados suficientes no Parlamento, para influenciar nas escolhas.



Apelo do primeiro-ministro

Em Março deste ano, também o primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, apelou ao Parlamento para que se encontre uma solução relativamente aos mandatos expirados de vários órgãos externos. O apelo aconteceu durante a abertura da Conferência Internacional sobre Proteção de Dados Pessoais na Era da Inteligência Artificial, promovida pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

“Num apelo ao Parlamento, a Comissão Nacio-

nal de Proteção de Dados é um órgão de voto. É eleito por maioria qualificada de dois terços dos deputados, os seus mandatos dependem do Parlamento e a renovação ou a eleição dos novos governos dependem do Parlamento. Temos estado a fazer um forcing, e temos de fazer todos um forcing, para que não continuemos com mandatos expirados com tempo prolongado, porque isso cria problemas”, frisou.

“A renovação ou a eleição dos novos governos dependem do Parlamento. Estamos cientes de que tudo

estará a ser feito para que brevemente possamos ter os mandatos normalizados”, acrescentou.

Em declarações à imprensa, o primeiro-ministro exemplificou que além da CNPD, outros órgãos estão na mesma situação, como a Autoridade Reguladora para a Comunicação Social (ARC) e o Tribunal Constitucional.

Para resolver o impasse, o chefe do executivo relatou que têm sido promovidos encontros informais entre os partidos, à margem da comunicação social, para facilitar um entendimento en-

tre o MpD e o PAICV.

“Espero, e estamos a trabalhar nisso, que possamos brevemente ter um primeiro entendimento relativamente aos critérios e regras para a escolha dos candidatos eleitos para os órgãos externos ao Parlamento. E, em função disso, depois fica mais fácil discutir os nomes”, explicou.

“Temos estado em contacto e estou consciente e estou optimista de que poderemos brevemente ter uma solução”, concluiu.

DA
©

Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XVIII | N°935 | 31 de Julho de 2025 | **Registo DGCS:** N°3/2007 | **Registo ARC:** N°3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.
Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX) | **Director:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida e Gisela Coelho | **Jornalistas:** Natalina Andrade (Fogo), Geremias S. Furtado, João A. Rosário | **Jornalistas Estagiários:** Leliane Semedo | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Luís Kandjimbo, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmira Correia (Facturação e Cobranças) e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** Impressral Center | **Tiragem:** 3.500 Exemplares.



www.anacao.cv

Jornalistas sob ataque

MP promove nova investida contra liberdade de imprensa

Hermínio Silves, jornalista e director do Santiago Magazine, volta a estar na mira do Ministério Público, pela mesma razão: suposta violação do segredo de justiça. Desta vez, entretanto, é o caso de alegada lavagem de dinheiro envolvendo o ex-ministro do turismo e transportes, Carlos Santos e o ex-deputado Amadeu Oliveira.

No dia 29 de Janeiro deste ano, aquele online publicou uma notícia dando conta que o então ministro Carlos Santos foi constituído arguido, “sob suspeita de participação num esquema financeiro que indicia a prática de crime de lavagem de capitais”.

O jornal noticiou, na época, que Santos “terá recebido de um advogado avultada quantia em dinheiro, sem qualquer justificativa ou motivo aparente”, e que mais de metade desse dinheiro foi depois transferido para conta de um outro advogado, que viria a investir na banca.

No dia seguinte a esta publicação, o próprio Carlos Santos convocou a imprensa para informar que colocou o cargo à disposição para colaborar com a justiça no referido processo, indicando, ainda, que o advogado em questão seria Amadeu Oliveira, com quem teria tido



Hermínio Silves

O Ministério Público voltou a deduzir acusação de desobediência qualificada contra o jornalista Hermínio Silves e o jornal Santiago Magazine, no caso que envolve o nome do ex-ministro Carlos Santos. Nas redes sociais, vários ataques foram direcionados à jornalista Rosana Almeida, na sequência de notícia sobre o projecto do Hospital Nacional de Cabo Verde, apresentado pela terceira vez pelo Governo do MpD.

Natalina Andrade

uma relação de amizade e confiança desde a universidade.

Na sequência deste pronunciamento público, o jornal Santiago Magazine publicou novo artigo (“Lavagem de dinheiro. Carlos Santos põe cargo à disposição e chama Amadeu Oliveira ao barulho”).

Ora, para o MP, o jornal e o seu jornalista, mais uma vez, violaram o segredo de justiça e incorreu no crime

de desobediência qualificada, o que para Hermínio Silves, não faz qualquer sentido.

“Na sexta-feira eu e Santiago Magazine fomos de novo constituídos arguidos por violação do segredo de justiça pelo Departamento Central da Ação Penal, na PGR, por causa de um texto que, pasme-se, teve por base a conferência de imprensa do próprio ex-ministro, esse sim, enquanto intervenien-

te no processo, terá cometido esse crime”, esclarece Silves.

Para o jornalista, trata-se de “uma atroz, vil e arbitrária perseguição direta do Estado, representado pela Procuradoria Geral da República”, contra a sua pessoa e o jornal que dirige, “e indirectamente à imprensa que denuncia estórias camufladas”.

“A imprensa está sob ataque e temos que parar isso.

Desta vez a PGR foi longe demais, porque de uma insanidade gravíssima. A PGR já perdeu as estribeiras com esse vandalismo judicial. O assunto é seríssimo, mas haverá justiça. O meu país, onde a liberdade foi conquistada à bala e com muito sofrimento há meio século, espera e exige muito melhor do que andam a fazer esses carrascos da justiça”, denunciou.

De recordar que Hermínio Silves, Santiago Magazine, assim como o jornalista Daniel Almeida, o jornal A NAÇÃO e seu antigo director Alexandre Semedo, já respondem por processo semelhante, no caso que envolve o ministro da Administração Interna, Paulo Rocha, e o assassinato de Zezito Denti d’Oru, em 2014.

Rosana Almeida sob ataque digital

Esta semana a jornalista Rosana Almeida foi alvo de recorrentes ataques nas redes sociais, na sequência de uma reportagem publicada no jornal da noite de segunda-feira, 28, da Televisão pública sobre a apresentação do projecto do Hospital de Cabo Verde.

À margem da apresentação do projecto, a jornalista tentou ouvir o primeiro-ministro, que se esquivou da pergunta, delegando a responsabilidade ao ministro da tutela. Jorge Figueiredo, incomodado, é então questionado se, por aquilo que foi anunciado antes, o hospital não deveria estar a ser inaugurado.

A jornalista recorda, na reportagem, que o mesmo projecto foi apresentado anteriormente, na ilha do Sal, em 2019, depois em Março de 2021 e agora na Praia.

A sua abordagem ao assunto não agradou pessoas próximas ao MpD, e foi alvo de diversos ataques e acusações de frete partidário.

Na sua conta do Facebook, Rosana Almeida lamentou o que considera uma “digladição” da pessoa nas redes sociais, mas deixou claro que, apesar do respeito por todos, não tem medo.

“Continuo a exercer a minha profissão como sempre fiz, trabalhando para todos os cabo-verdianos. Queremos um Cabo Verde com menos violência e que de preferência a violência não parta de pessoas que, à partida, sua missão é promover uma cidadania correta”, sublinhou.

A mesma diz ainda ter a consciência tranquila de nunca ter vendido a alma em troca de car-

tão político e prometeu resolver certos comentários em fórum próprio, ou seja, por meio de processo-crime.

Num desses comentários foi escrito, no Facebook, por Armindo Lélis, conhecido cidadão salense, apoiante do MpD e que já ocupou várias funções no Estado – a jornalista é comprada a uma “cadela no cio”. “Não poucas vezes a jornalista Rosana Almeida, que parece uma cadela no cio, tem manifestado um assédio flagrante aos membros do governo”, escreveu.

Horas depois, Lélis pediu desculpas, pela mesma via, admitindo que “o termo utilizado foi infeliz”. Em nova publicação, retifica a crítica e diz que a jornalista age “de forma raivosa” em suas abordagens a membros do executivo.

Direção da TCV se pronuncia

Em comunicado divulgado esta quarta-feira, a direcção da TCV repudiou, “com veemência”, as críticas “vis, injustificadas e teor por vezes obscenos” dirigidos à Rosana Almeida.

“Infelizmente, o que se tem assistido nas redes sociais é de um destilar de ódio sem precedentes e a tentativas de linchamento público de uma profissional da comunicação social, o que representa um ataque à própria estação pública de televisão”, sublinhou em nota assinada pela directora Dina Ferreira.

A TCV recorda que Cabo Verde dispõe de instituições reguladoras competentes, que têm pautado a sua ação pela defesa de uma comunicação social ética, equi-



brada e isenta. Por isso, diz, é inaceitável que, em nome de interesses alheios ao jornalismo, determinadas figuras que deveriam adoptar posturas de ponderação e responsabilidade, contribuam para a instigação de ataques pessoais contra jornalistas no exercício das suas funções.

AJOC condena ataques

A Associação dos Jornalistas de Cabo Verde – AJOC – saiu em defesa da classe, de forma geral, e da jornalista Rosana Almeida, a quem manifestou toda a solidariedade.

“Trata-se de uma agressão injustificável e preocupante, tanto mais quando parte de figuras conhecidas da nossa sociedade, que deveriam, no mínimo, por dever

cívico e institucional, ser defensoras do respeito pelo exercício livre da profissão jornalística”, condenou.

De acordo com a AJOC, este episódio acontece num contexto em que os profissionais da comunicação no país têm sido alvos de agressões verbais e tentativas de intimidação constantes. “Esta forma vil de silenciamento não pode, em momento algum, ser normalizada ou tolerada numa sociedade democrática. O silêncio de figuras políticas com responsabilidades é preocupante”, acrescentou a AJOC.

A associação sindical pediu ainda o envolvimento de todos os jornalistas na defesa da liberdade de imprensa e na defesa dos princípios que norteiam o jornalismo “sério, livre e comprometido com a verdade dos factos”.

Agressão a jornalista na Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau, na noite de 26 de Julho, o jornalista Valdir Araújo, delegado da RTP-África naquele país, foi vítima de uma agressão e roubo enquanto exercia as suas funções.

A AJOC classificou o ocorrido

como uma afronta grave à liberdade de imprensa e aos direitos humanos, e uma tentativa de silenciar o jornalismo independente.

“A associação exige que as autoridades guineenses tomem medidas para investigar o caso, res-

ponsabilizar os autores do crime e garantir segurança a todos os profissionais da comunicação social no país”, escreveu.

Além de expressar solidariedade ao jornalista e apoio ao sindicato parceiro da Guiné-Bissau, o

SINJOTECS, a AJOC dirigiu palavras de encorajamento aos jornalistas guineenses, exortando-os a continuarem a exercer a sua missão com “firmeza e dignidade, mesmo diante de cenários hostis”.



FREQUÊNCIAS

Praia - **89.90 e 94.40**

Santo Antão - São Vicente - São Nicolau - **96.70**

Santiago Norte e Sul - Fogo - Maio - **94.40 99.60**



Siga Cabo Verde em qualquer parte do mundo através
de www.radioalfacv.com



+238 970 95 95 / 930 30 05 / 260 26 96



radioalfacaboverde

TACV TRANSPORTOU 233 MIL PASSAGEIROS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025

- Crescimento em mais de 100% do nº de voos e de passageiros transportados, comparado ao 1º semestre de 2024;
- Taxa média de ocupação próxima dos 80% nos voos domésticos;
- São Vicente e Fogo com maiores crescimentos nos números dos voos e dos passageiros;
- São Nicolau e Maio também com aumentos no ritmo de crescimento;

A TACV Cabo Verde Airlines atingiu um desempenho notável e estabeleceu um marco histórico no primeiro semestre de 2025, ao transportar um total de 233.000 passageiros em 4.000 voos realizados, o que representa um crescimento impressionante, o dobro em comparação com o mesmo período de 2024.

O número de voos interilhas registou um total de cerca de 190.000 passageiros transportados em quase 3.400 voos realizados, comparativamente aos 76.500 passageiros transportados no 1º semestre de 2024 nos 1.300 voos realizados. A taxa de ocupação manteve-se próxima dos 80%.

Este desempenho demonstra um reforço significativo na ligação aérea entre as ilhas, com impactos positivos no sector do turismo e na economia em geral. Os maiores crescimentos verificaram-se nas ligações entre Praia e São Vicente (ida e volta), com um total de 800 voos realizados e 48.000 passageiros transportados, mantendo uma taxa de ocupação de 80%.

As ligações aéreas para a ilha do Fogo registaram, de igual modo, um aumento significativo, passando dos 262 voos do primeiro semestre de 2024 para 700 voos no mesmo período em 2025. A companhia ampliou a sua oferta de lugares nesta rota, com dois a três voos diários, a partir da Praia, e uma média de 15 voos semanais.

A mesma tendência de crescimento verifica-se nas ligações para as ilhas de São Nicolau e Maio, que, beneficiando da medida do Governo, que reduziu em 40% o preço das passagens aéreas, tornaram esses destinos mais acessíveis e atrativos para os visitantes.

De janeiro a junho de 2025, a ilha do Maio registou uma notável procura com a taxa de ocupação a atingir os 87,5%, totalizando 5.000 passageiros transportados em 151 voos realizados. Em relação à ilha de São Nicolau, a TACV realizou um total de 200 voos, transportando 10.400 passageiros, com uma taxa de ocupação de 80%.

A ilha Brava, via ilha do Fogo, outro destino contemplado pela medida do Governo com a redução de 40% do preço das passagens, a partir do mês de maio deste ano, tem demonstrado, nesse curto período, muito vigor e uma procura bastante positiva, com uma média de 45 passageiros por mês.

Nas rotas internacionais, a companhia manteve uma tendência de estabilização das operações. No primeiro semestre de 2025, a TACV Cabo Verde Airlines realizou, à semelhança de 2024, um total de 415 voos, verificando-se, no entanto, uma diminuição no número de passageiros transportados e um abaixamento de 75% para 70% da taxa média de ocupação.

A rota Praia – Lisboa continua em destaque e a liderar em termos de número de operações. Nos quatro voos semanais realizados durante o primeiro semestre, a companhia efetuou um total de 102 voos, transportando 14 mil passageiros, com uma taxa de ocupação de 68% dos lugares disponibilizados.

O mês de junho registou o maior número de operações internacionais, com 76 voos realizados e mais de 8 mil passageiros transportados.

VOOS GLOBAIS

VOOS REALIZADOS

✈ 4 000

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS

👤 233 000

VOOS INTERNACIONAIS

VOOS REALIZADOS

✈ 512

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS

👤 44 933

TAXA MÉDIA DE OCUPAÇÃO



VOOS DOMÉSTICOS

VOOS REALIZADOS

✈ 3 488

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS

👤 190 000

TAXA MÉDIA DE OCUPAÇÃO



SÃO NICOLAU

VOOS REALIZADOS

✈ 200

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS

👤 10 400

TAXA MÉDIA DE OCUPAÇÃO

80%

MAIO

VOOS REALIZADOS

✈ 151

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS

👤 5 000

TAXA MÉDIA DE OCUPAÇÃO

87,5%



CABO VERDE
AIRLINES

Afrobasket 2025

RDC, Costa do Marfim e Ruanda são adversários dos Tubarões Azuis na fase de grupos



A 31ª edição do Afrobasket acontece de 12 a 24 de Agosto, em Angola. No dia 13, Cabo Verde enfrenta a Costa do Marfim, às 11h e no último jogo da fase de grupos os Tubarões Azuis recebe o Ruanda, às 08h, dia 17. Todos os jogos da fase de grupos dos Tubarões Azuis acontecem na cidade de Namibe, província de Moçâmedes.

Além de Namibe, as cidades de Luanda e Benguela também recebem jogos desta edição do Afrobasket.

A comitiva cabo-verdiana deve deixar Portugal hoje, quinta-feira, onde realizou

Os comandados de Emanuel Trovoada estão no Grupo A do Afrobasket que decorre em Luanda de 12 a 24 de Agosto, juntamente com as selecções da Costa do Marim, Ruanda e da República Democrática do Congo com a qual Cabo Verde faz o seu jogo de estreia no dia 13, às 11h. O seleccionador Trovoada não esconde que os seus pupilos vão “à procura” do ouro nesta competição.

Tiago Ribeiro

a última parte do estágio de preparação com vista à competição. De acordo com o Presidente da Federação Cabo-verdiana de Basquetebol (FCBB), Hélder Gonçalves, esse estágio foi importante para afinar os Tubarões Azuis com vista ao Afrobasket.

Mudança do local de estágio

Nesse quesito Gonçalves avançou que a mudança do local de estágio, que inicialmente estava agendado para acontecer na França – e até a selecção viajou para lá – teve a ver com situações ligadas a problemas de logística e

desistência de adversários com que o “combinado” cabo-verdiano tinha agendado jogos-treino.

“Sendo assim decidimos ir para Rio Maior, em Portugal, numa ideia de dar à selecção melhores condições de treino para que possamos ir a Angola na melhor forma

possível”, avançou.

Em termos de dificuldades, o recém-eleito presidente da FCBB aponta questões ligadas à obtenção de vistos que, inclusive afectou parte da direcção da FCBB, que não conseguiu acompanhar a equipa no estágio de preparação e até alguns jogadores enfrentaram obstáculos para viajar.

“Uma vez mais chamamos a atenção das autoridades, é uma situação desgastante. Nós, apesar de termos enviado os pedidos com mais de um mês de antecedência, até agora não obtivemos nenhuma resposta”, esclarece.



Emanuel Trovoada

Sobre a chegada a Angola, Hélder avançou que da parte da FCBB tudo já está montado. A selecção ficará de 1 a 9 de Agosto na cidade de Luanda onde fará alguns jogos de preparação antes de rumar à cidade de Namibe.

“Vamos para vencer!”

Em entrevista recente ao Jornal A Nação, Anderson Correia, jogador da selecção cabo-verdiana de basquetebol foi categórico: “Vamos para vencer”.

“Sabemos que temos tudo para vencer, vamos trabalhar duro e fazer tudo o possível, juntar o grupo, fazer uma preparação digna e jogar de igual para igual com as outras selecções”, acrescentou.

Ainda sobre o grupo, o atleta sublinha a importância do seleccionador Emanuel Trovoada, como o coração e motor da selecção nacional.

“O Trovoada é um treinador incrível; sinceramente, não só dentro como fora de

campo, é uma pessoa incansável e faz um trabalho que só ele consegue fazer. Ele é sempre o primeiro a dizer que a selecção tem qualidade suficiente para chegar ao lugar mais alto do pódio”.

Olhos postos no ouro

Para Emanuel “Mané” Trovoada, já chegou a altura desta “geração de basquetebolistas” ambicionarem a conquista do ouro no Afrobasket 2025 em Angola, após o bronze conquistado em 2007, o quarto lugar em 2021 e a participação inédita no Mundial de Basquetebol de 2023.

Os 17 convocados

Edy Tavares, Ivan Almeida, João Gomes, Kenneti Mendes, Will Tavares, Anim Delgado, Shane da Rosa, Joel Almeida, Anderson Correia, Patrick Lima, Keven Gomes, Evandro Delgado, Roesley Mendes, Patrick Spencer, Hugo Silva, Leandro Monteiro, Sander Tavares.

Jogos CPLP: Cabo Verde “riba lá” com 26 medalhas conquistadas

A comitiva cabo-verdiana à XII edição dos Jogos da CPLP terminou no terceiro posto do quadro geral de medalhas, com um total de 26 insígnias, sendo três medalhas de ouro, nove de prata e 14 de bronze.

O atletismo e desporto adaptado conquistaram 17 medalhas, sendo dois “ouros”, sete “pratas” e oito “bronzes”.

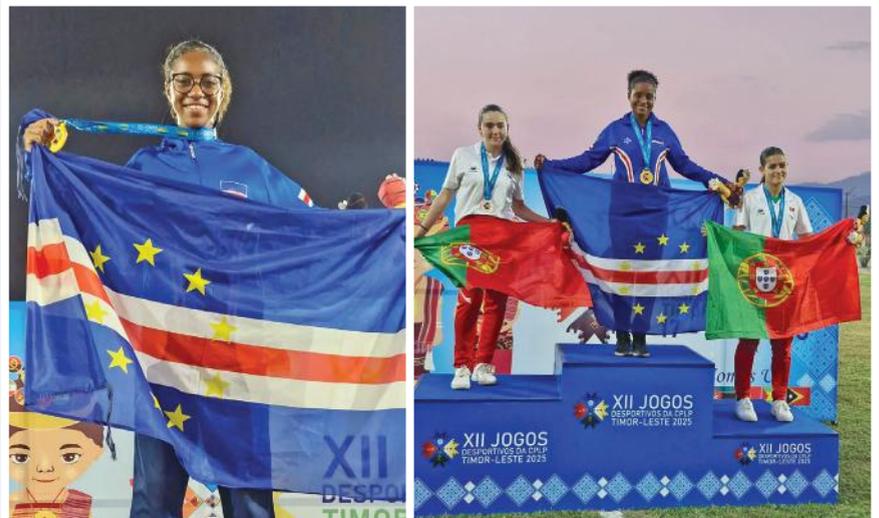
O futebol sub-17 brilhou e venceu uma medalha de ouro; no voleibol de praia Cabo Verde trouxe uma medalha de prata e uma de bronze; no basket 3x3 uma de prata; no xadrez quatro medalhas de bronze e no karaté uma de bronze.

Portugal foi a grande vencedora ao

arrecadar um total de 42 medalhas, das quais 26 ouro, nove prata e sete bronze, ficando em segundo lugar a comitiva angolana com 23 insígnias, sendo cinco ouro, nove prata e nove bronze.

A delegação cabo-verdiana aos XII Jogos Desportivos da CPLP foi constituída por 50 atletas sub-18 e 12 treinadores, distribuídos por seis modalidades, designadamente atletismo, voleibol de praia, basquetebol 3x3, xadrez, karaté, futebol e desporto adaptado, sete árbitros, uma equipa médica composta por um médico e três fisioterapeutas, e dois chefes de missão.

TR



Futebol

Embaixador José Pedro D'Oliveira sonha com Mundial 2026 e apela ao engajamento de toda a Nação cabo-verdiana

“O que não me falta é fé em ver, um dia, o nosso país qualificado para o Mundial de Futebol, tal como vem acontecendo noutras modalidades de menor projeção. Esse sprint final vai depender do engajamento de toda a Nação à volta de “Tubarões Azuis”, sobretudo do Governo da República na criação de condições de viagem capazes de pôr a equipe em Mauritius, e depois na Praia, em tempo ótimo de se conseguir que o time entre em campo, nos dois jogos, de cabeça fresca e concentração quase total”, defendeu, em conversa com A Nação.

Provavelmente, diz o Embaixador, os dois voos charters, da Europa para Mauritius e dali para Praia, possam significar o sucesso na data FIFA de Setembro, que pode colocar-nos numa situação de sonhar, nas ilhas e na diáspora, com um marco sublime da Nação cabo-verdiana.

“E, como se diz habitualmente, sonhar não paga impostos!”, brincou, lembrando que, a nível promocional do país, seria um fenómeno que ultrapassaria qualquer um outro, na nossa história, incluindo o da Cesária Évora.

“A qualificação de Cabo Verde para a Copa do Mundo 2026 levaria o nome do país para os pontos mais remotos do Globo. É algo inimaginável! Haja trabalho e fé”, acrescentou.

Em apoio à seleção, diz que todos devem ter pensamento positivo, porém, sem fanatismos e sem pressionar a equipa e sem perder o chão.

Um prognóstico? – Quatro pontos nos dois jogos parecem

Amante assumido do futebol, o Embaixador de Cabo Verde no Brasil, José Pedro Chantre D'Oliveira, esteve por trás do recente estágio do Seleccionador Nacional, Bubista, no Cruzeiro Esporte Clube. Estando às portas do sprint final para a qualificação do Mundial 2026, Djopan, como é também carinhosamente conhecido, acredita que o resultado vai depender do engajamento de toda a Nação à volta dos “Tubarões Azuis”, e da criação das condições ideais para que a equipa entre em campo nos jogos que faltam de cabeça fresca e concentração quase total.

Natalina Andrade



Da esquerda para direita: Leonardo Jardim, Bubista, Dr. Paulo Pelaide e o embaixador de Cabo Verde no Brasil, José Pedro Chantre D'Oliveira

suficientes para “continuar-mos a sonhar”.

Estágio no Cruzeiro, um aprendizado a mais

Recentemente o Seleccionador Nacional Pedro Brito (Bubista) esteve durante um curto estágio no Cruzeiro Esporte Clube, iniciativa que surgiu, conforme José Pedro D'Oliveira, de conversas entre os dois e da hipótese levantada pelo Mister.

“Com a colaboração de amigos bem próximos da diretoria do Cruzeiro Esporte Clu-

be, lá conseguimos. Tivemos sorte em ter encontrado gente boa e bem colocada, pois não é habitual conseguir o sim de um treinador profissional em plena competição e, ainda por cima, num campeonato como é o Brasileirão, para esse tipo de transferências de conhecimento”, referiu.

Os custos, conforme disse, foram as passagens aéreas assumidas pela Federação Cabo-verdiana de Futebol e, o alojamento, pela solidariedade e patrocínio da Cabo Verde Airports a quem deixou “um enorme agradecimento por este

exemplo patriótico que dá ao sector empresarial nacional”.

Pelo momento que se vive na seleção, admite ser um aprendizado a mais para o seleccionador, que vai agora trabalhar os detalhes com seu grupo técnico.

“Apesar de curto, é sempre algo novo que vem de outro futebol, de outras condições estruturais de trabalho e de um treinador com nome firmado no futebol europeu”, sublinhou.

Questionado sobre a possibilidade de algum espaço para os jogadores cabo-verdianos que jogam no exterior, respondeu que seria “sonhar muito”,

tendo em vista o perfil do futebol brasileiro.

“O Brasil é o maior exportador de futebolistas do mundo, e não vejo espaço para os nossos. Talvez, para alguns já com créditos firmados no futebol europeu, quem sabe. Todavia, não enxergo essa hipótese com alguma lógica”, explicou.

Relações Cabo Verde – Brasil

José Pedro D'Oliveira assumiu, enquanto Embaixador de Cabo Verde no Brasil, o reforço das relações culturais e trocas comerciais como prioridade da sua missão.

O Brasil, afirma, é um “parceiro capaz de nos apadrinhar, de forma exemplar, neste nosso esforço para o desenvolvimento”. “Eu diria que a bola está do nosso lado e precisamos ser mais ousados, também nas relações diplomáticas com a América do Sul, sobretudo com o Brasil que lidera esta região”, enfatizou.

No âmbito desta relação bilateral, Cabo Verde e Brasil têm abordado áreas estratégicas que incluem, entre outras iniciativas, a retoma de voos diretos, - que aliás tem sido uma necessidade manifestada pelos estudantes cabo-verdianos naquele país; mas também a possibilidade de ligação marítima, com foco no sector comercial.

Recentemente, esteve em Cabo Verde uma missão técnica brasileira, parte do programa Simetria Urbana da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), para auxiliar no planeamento habitacional, trabalho social e cálculo do déficit habitacional.

Trabalhadores da FICASE consideram que futuro da Fundação está em risco

PCA reconhece problemas laborais, mas descarta falta de transparência

Os funcionários da Fundação Caboverdeana de Acção Social (FICASE), numa denúncia ao A NAÇÃO, consideram que essa instituição está a braços com uma “grave crise interna”, que ameaça a sua existência e o futuro dos programas que beneficiam milhares de crianças, jovens e famílias.

Reclamações

Os denunciantes dizem que os estatutos e o PCFR estão desactualizados e que lutam desde 2017 para a sua actualização, “sem sucesso”, o que “provoca desmotivação” e “perda de quadros qualificados”.

Contactado pelo A NAÇÃO, o presidente do Conselho de Administração da FICASE, Adilson Freire, reconhece que existe, de facto, um descontentamento por parte dos colaboradores relativamente ao seu processo laboral e “a respeito disso”, informa que “já foi elaborado e submetido à tutela uma proposta do PCFR da FICASE, que atende às necessidades e reivindicações dos colaboradores, bem como uma nova proposta de Estatutos e, neste momento, aguardamos pela aprovação dos documentos em sede do Conselho de Ministros”.

Os colaboradores da Fundação alegam, por outro lado, que a falta de liderança e conflitos no CA têm reflectido negativamente nos programas sociais que dependem desse organismo. A falta de comunicação e a ausência de diálogo são, também, apontados como factores limitativos do desempenho da FICASE.

Os trabalhadores da FICASE consideram que há falta de liderança na instituição, por causa de conflitos no Conselho de Administração e “desentendimentos” internos que afectam o funcionamento da Fundação. O PCA da FICASE reconhece que existe “descontentamento” no seio dos trabalhadores, mas refuta as denúncias relacionadas com a falta de liderança e de transparência na gestão dos recursos públicos.

Daniel Almeida



PCA responde

No que se refere à liderança, Adilson Freire assegura que “ela é exercida no quadro das competências que nos são conferidas pelos Estatutos e pela observância de princípios básicos da Administração Pública. De referir, que ela existe, é ativa, e presente”.

“Talvez os colaboradores estejam a falar da ausência do PCA, nestas últimas semanas, em que esteve a acompanhar a filha adoentada, o que, a se confirmar, no nosso entendimento, se configura muito desumano”, lamenta.

Os funcionários alegam, por outro lado, que são colocados à margem em relação a decisões importantes, nomeadamente, nos processos aquisitivos de bens e serviços. Falam, igualmente da vacância

na direcção administrativa e financeira e da falta de acompanhamento adequado das actividades que impactam negativamente a credibilidade e a gestão da FICASE.

Sobre a alegada marginalização dos funcionários na tomada de decisões importantes, o PCA da FICASE diz que “não corresponde à verdade”, pois “são as direcções de serviço em articulação com os demais colaboradores que elaboram, as actividades anuais e submetem à aprovação do Conselho de Administração. Com base nas suas contribuições é que é elaborado o Plano Anual de Actividades da Fundação, bem como o Plano Anual de Aquisições que é de conhecimento público, já que é publicado no portal do Ministério das Finanças”.

E, relativamente à vacância

na Direcção Administrativa e Financeira, Adilson Freire diz que, na sequência do pedido de saída da ex-directora, e considerando a necessidade urgente de preencher a vaga deixada, despoletou, “de imediato, um processo da contratação e nomeação de uma nova Directora, que se encontra em tramitação, nos termos da lei”.

Transparência e outros males

Na denúncia, os funcionários da FICASE falam, ainda, em falta de transparência nos processos aquisitivos, afirmando que quase todas as aquisições passaram a ser feitas por “ajuste directo” e citam como exemplo a compra de três viaturas para os membros do Conselho de Administração, assim

como a compra de géneros alimentícios.

Adilson Freire esclarece que o procedimento Ajuste Directo “constitui uma das modalidades da contratação pública, prevista no Código de Contratação Pública (CCP)” e no que toca à referida compra de viaturas “informamos que o procedimento foi devidamente autorizado no âmbito do incentivo para a aquisição de viaturas elétricas, com todos os documentos e procedimentos em conformidade”.

E quanto à aquisição também de géneros alimentícios, “considerando que é da responsabilidade da FICASE garantir refeições quentes diárias para cerca de 90.000 beneficiários a nível nacional”, e tendo em conta que as habituais empresas nacionais que costumam participar nos concursos públicos “pautaram-se por não apresentar as suas propostas”, não restou à FICASE se não “optar pela adoção do procedimento Ajuste Direto, por forma a não comprometer o normal funcionamento das cantinas escolares”.

Quanto à transparência na contratação de bens e serviços, Adilson Freire garante que “o Conselho de Administração da FICASE tem respeitado, ao longo dos anos, as regras de contratação pública, atitude e prática reconhecidas pela própria ARAP, como um bom exemplo a nível das instituições nacionais. Prova disso foi a FICASE ter sido, recentemente, reconhecida pela ARAP com o prémio de boas práticas a nível da Contratação Pública, reconhecimento esse, igualmente, partilhado pelos nossos parceiros”.

Alunos da Escola Portuguesa da Praia com notas recordes nos exames nacionais em Portugal

A directora da Escola Portuguesa de Cabo Verde (EPCV), Suzana Maximiano, fala dos alunos cabo-verdianos como “muito trabalhadores, muito inteligentes e aguerridos”. “Quando se metem em qualquer coisa é para ganhar”, sustenta.

Isto, a propósito das “excepcionais notas” registadas nos exames nacionais, em Portugal, mas também dos resultados gerais, em outras esferas.

“Temos vários prémios internacionais com alunos nossos a nível da matemática, a nível do francês e do português. Quando eles querem eles fazem. Não temos tido dificuldades, mesmo quando os alunos vêm do ensino cabo-verdiano”, relata, ao garantir que o processo de adaptação ao ensino português tem sido “óptimo”.

Notas recordes

Este ano, a EPCV registou notas recordes em diferentes disciplinas, como o português, a economia e biologia, de alunos do 11º e 12º anos, em disciplinas bienais e trienais.

Alicia Tavares, de 16 anos, é um destes exemplos. Completou este ano o 11º ano e, nos exames nacionais, que já contam para a admissão à universidade em Portugal, teve 19 valores no teste de economia.

Alicia começou a sua vida académica no Colégio da Turminha, onde frequentou do primeiro ao quarto ano. Seguiu-se a Escola 13 de Janeiro e depois a Escola Secundária Abílio Duarte, antes de ingressar-se na EPCV, este último a partir do nono ano.

“No começo achei um pou-

Alunos da Escola Portuguesa de Cabo Verde têm-se destacado nos exames nacionais e de acesso à universidade em Portugal. Este ano, por exemplo, uma aluna teve uma nota de 19 valores na disciplina de Economia, tendo-se registado, por outro lado, duas notas de 20 valores na disciplina de Português.

Natalina Andrade



Alicia Tavares



Suzana Maximiano

co difícil porque havia matérias que eu não tinha estudado. Quando os colegas estavam a revisar as matérias passadas, sentia-me um pouco perdida. Mas, com a ajuda dos professores, consegui acompanhar bem e perceber as matérias que não tinha estudado”, garante.

A partir do décimo ano, Alicia seguiu a área das Ciências Socioeconómicas. Entre contabilidade, gestão ou finanças, ainda não definiu aquilo que quer fazer profissionalmente. Entretanto, a prova nacional de avaliação para o terceiro trimestre, em economia, já deixa uma porta aberta para a vida universitária.

À frente de 14 mil alunos, a jovem teve 19 no teste, fruto, segundo disse, em conversa com A NAÇÃO, de muito

estudo e organização, já que o exame abordava matérias desde o décimo ano.

“Comecei a estudar desde as férias, voltando às matérias do 10º ano, depois as do 11º. Estudei também num manual que foi feito para os exames. Tinha todos os meus resumos dos dois últimos anos guardados e isso me ajudou muito. Durante as férias também frequentei as aulas de apoio”, revela a jovem, para quem, embora os números não sejam um bicho de sete cabeças, qualquer resultado positivo exige preparação e estudo.

Outros casos

Alicia não é, entretanto, um caso à parte. Segundo a directora da EPCV, embora toda nota positiva seja boa, há vá-

rios alunos que se destacaram em diversas disciplinas.

“Estamos muito orgulhosos com os nossos alunos. Este ano, para além de termos um 19 à economia, tivemos dois 20 à português, tivemos também um aluno com 17 à biologia, 18 à geometria descritiva, 18 à francês, e por aí vai. Tivemos um total de 205 exames e há alunos que vão a mais do que um exame”, refere a responsável.

Tratam-se de exames nacionais nas disciplinas terminais, a partir do 11º ano, e que, consoante as universidades e os cursos que vão frequentar, essas podem ser já disciplinas de acesso para a universidade.

Este foi o segundo ano em que a escola teve alunos do 12º a saírem para a faculda-

de. “O ano passado foram 30 alunos, todos conseguiram entrar para a universidade, nas suas primeiras preferências, e está a correr muito bem o primeiro ano da faculdade”, indica.

Piscina semiolímpica e prova de natação

O ano lectivo deste ano foi encerrado com a 2ª edição do Torneio EPCV-CELP, no qual concorreram 60 alunos, naquela que é a única escola no país com uma piscina semiolímpica.

Aliás, a equipa da EPCV destacou-se, recentemente, no campeonato nacional de natação júnior, apesar da modalidade ter sido implementada na escola há menos de um ano.

Procura elevada

A EPCV abriu portas em Novembro de 2016, na cidade da Praia, com 22 alunos. Na altura iniciou as aulas com dois grupos do pré-escolar e uma turma mista do primeiro e segundo ano. Nos anos seguintes, e à medida que ia ampliando o espaço físico da escola, foram sendo criadas novas turmas, nos anos subsequentes. No próximo ano lectivo, vai ter cerca de 1100 alunos.

A procura, diz Suzana Maximiano, é elevada. Entretanto, as limitações em termos de instalações não permitem absorver tudo. “Este ano, por exemplo, somente no pré-escolar, concorreram 160 alunos, mas a escola só conseguiu absorver 60”, refere, garantindo que é um gosto muito grande fazer parte deste projecto de cooperação com Cabo Verde.

Aumento de combustíveis “incendeia” Angola

No mais recente balanço oficial do Governo, apresentado ontem, pelo ministro do Interior, Manuel Homem, deu conta de 22 mortos, 197 feridos e mais de 1.200 cidadãos detidos em todo o país na sequência das manifestações de segunda-feira, principalmente.

Segundo o governante, a situação está “estável” e controlada em todas as províncias, com maior atenção para Luanda, onde se registaram os incidentes mais graves durante os protestos de segunda e terça-feira.

Desde o início da paralisação dos taxistas, na segunda-feira, multiplicaram-se os episódios de violência: barricadas, pneus queimados, pilhagens de lojas e supermercados e vandalização de viaturas e outras infraestruturas.

Devido ao ambiente de insegurança, muitos estabelecimentos comerciais e instituições públicas optaram por encerrar portas, mantendo os funcionários em regime de teletrabalho à espera do regresso à normalidade.

Em Luanda, continua visível um forte dispositivo policial em pontos estratégicos, incluindo agentes da Intervenção Rápida e viaturas blindadas.

Segundo o porta-voz da Polícia Nacional, Mateus Rodrigues, na sequência dos actos de vandalização e de arruaças, em Luanda, mas também nas províncias de Icolo e Bengo, Benguela, Huíla e Huambo, a polícia teve de intervir para repor a ordem pública e segurança dos cidadãos e dos seus bens.

A greve de três dias dos taxistas, que devia acontecer de segunda à quarta-feira, foi

Luanda e várias províncias de Angola viveram esta semana em ambiente de ira popular, por causa do aumento do preço de combustíveis e transportes públicos. Nalguns bairros pneus foram queimados, lojas pilhadas, viaturas destruídas ou danificadas, cartazes de João Lourenço incendiados... Isto a poucos meses de Angola assinalar os seus 50 anos de independência, sempre, sob o comando do MPLA.

A Nação e agências



convocada pela Associação Nacional dos Taxistas de Angola (ANATA), em protesto contra o aumento do preço dos combustíveis e dos transportes públicos. Diante da anarquia e assaltos que aconteceram em vários pontos da capital angolana, a ANATA, em comunicado, condenou o vandalismo, imputando a “oportunistas” os actos de vandalismo praticados contra pessoas inocentes, bens públicos e privados.

Sintoma

Para a generalidade dos analistas, os protestos desta semana são a expressão do mal-estar social generalizado e profundo que se instalou no país, sem que a administração

de João Lourenço tenha sido capaz de lhes pôr cobro. A fome, segundo os observadores, é o principal motor do descontentamento agora expresso.

“As pessoas pensam com a barriga, não pensam com a cabeça”, resumiu à agência Lusa o Feliciano Lussati, jovem professor residente no bairro de Benfica, à saída de uma cantina (pequena mercearia local) onde conseguiu comprar pão. “A situação do país é caótica, é precária e as coisas estão sempre a aumentar. O salário é quase a mesmice”, disse, justificando a legitimidade da greve dos taxistas.

Para esse cidadão, a violência que se seguiu “tem que ver com a fome. Quem tem fome não pensa nas consequências”, porque os problemas so-

cioeconómicos do país fazem “com que as pessoas não pensam com a cabeça, pensam com a barriga”.

Alta tensão

Ainda ontem, quarta-feira, sob signo da tensão. Bombas de combustível fechadas e protegidas por forças de segurança, táxis encostados junto a barricadas improvisadas com contentores de lixo, e homens armados - à paisana - a circular em alguns bairros marcam a paisagem.

Esta é a mais grave manifestação em sete anos de poder de João Lourenço, que parece ter perdido as graças dos seus compatriotas depois de prometer acabar com a corrupção herdada do seu ante-

cessor, José Eduardo dos Santos, e quando já se começa a procurar quem será o seu sucessor nas próximas eleições previstas para 2027. Do lado do MPLA dois “generais” de peso parecem estar na calha: João Higino Carneiro e Fernando da Piedade Dias dos Santos ‘Nandó’, antigo presidente da Assembleia Nacional, tal como o deputado Álvaro Boavida Neto. Nenhum deles parece gozar das simpatias de JLo.

Oposição surpreendida

Os acontecimentos desta semana terão surpreendido até sectores da oposição. Dito Dali, activista cívico e ex-candidato a deputado pela UNITA, disse ao jornal Público, de Portugal, que não esperava uma adesão tão grande à paralisação dos taxistas, afirmando-se igualmente chocado “pelo facto de os cidadãos, ao invés de se manifestarem, estarem a depredar o património público, a depredar as lojas dos comerciantes”.

Aquele cidadão, como outros, teme que João Lourenço se aproveite da situação para continuar no poder, sabendo que, pela via constitucional, vive o seu segundo e último mandato presidencial.

“O presidente João Lourenço vive uma impopularidade sem precedentes, tanto dentro do MPLA, como fora do MPLA, na sociedade, nas instituições. Perante a descrença e já que a Constituição o impede de concorrer a um terceiro mandato, quer criar um estado caótico no país para forçar a suspensão da Constituição, dissolver o Parlamento e o Governo e se manter no poder”, explica Dito Dali.



Fidel Cardoso De Pina*

Juventude cabo-verdiana – 50 anos após a independência

Largos segmentos da juventude cabo-verdiana, nas cinturas das cidades e no campo, nas ilhas desconectadas por falta de transporte marítimo e aéreo, continua a enfrentar uma realidade dura e desigual. O desemprego juvenil continua elevado, o emprego disponível é, muitas vezes, precário, informal e mal remunerado. Muitos jovens saem da universidade ou dos centros de formação diretamente para o desemprego, para estágios intermináveis ou contratos sem direitos.

No momento em que celebramos os 50 anos de independência de Cabo Verde, é forçoso continuarmos a refletir sobre a trajetória de um povo, que fintou o que parecia ser destino, venceu as impossibilidades e construiu um Estado funcional, democrático, estável, com avanços inegáveis na saúde, na educação, alargou o cabaz de direitos políticos, sociais, económicos, humanos e de cidadania. Mas é também exigido que olhemos com coragem e sentido crítico, para o presente e o futuro desta Nação, para melhor respondermos à inquietação da juventude cabo-verdiana – que representa cerca de 60% da população do país e carrega sobre si a responsabilidade de valorizar as boas heranças, resolver os problemas que herdou e construir um futuro cada dia melhor, para si e para as gerações vindouras. Ela representa a esperança e o futuro, mas também carrega o peso das maiores frustrações dos sonhos coletivos por realizar.

A juventude cabo-verdiana que comemorou nas ruas e nas redes sociais os 50 anos de Independência, no país e na diáspora, é, sem dúvida, a geração mais qualificada da nossa história. A maioria conclui o ensino secundário, muitos sonham com a universidade ou com a formação profissional que permita-lhe aceder ao mercado de trabalho e à realização pessoal e económica, num Cabo Verde mais justo, moderno e inclusivo.

Quem conhece as ilhas e a diáspora, também reconhece que a maioria dessa juventude é batalhadora, empreendedora, muito criativa e inconformada com a escassez de oportunidades que ainda tende a tolher-lhe os sonhos. Têm muito mais acesso à tecnologia, à informação e ao mundo, E quer fazer parte da solução.

Largos segmentos da juventude cabo-verdiana, nas cinturas das cidades e no campo, nas ilhas desconectadas por falta de transporte

marítimo e aéreo, continua a enfrentar uma realidade dura e desigual. O desemprego juvenil continua elevado, o emprego disponível é, muitas vezes, precário, informal e mal remunerado. Muitos jovens saem da universidade ou dos centros de formação diretamente para o desemprego, para estágios intermináveis ou contratos sem direitos. Cada vez mais jovens altamente qualificados não conseguem aceder a crédito, comprar uma casa, ou sequer sair da casa dos pais. A habitação, quando acessível, consome mais de 40% do rendimento mensal ou ultrapassa os inaceitáveis 60%. A carga fiscal ainda é alta e desproporcional à capacidade contributiva dos jovens que iniciam a vida ativa com dívidas por pagar, nos bancos ou nas universidades.

O acesso ao ensino superior, dentro e fora do país, está fora do alcance de muitas famílias. Cada vez mais famílias hipotecam as casas para pagar a universidade aos filhos, mesmo quando têm 2 ou 3 filhos no ensino superior não conseguem qualquer apoio do Estado. E mesmo após a formação, a falta de políticas de integração no mercado de trabalho, de acesso à função pública por mérito ou de acesso justo aos contratos públicos, acaba por desmotivar e afastar talentos que o país tanto precisa.

A juventude que viveu nas primeiras décadas da independência teve a certeza de estar a viver melhor do que os seus pais. Mas hoje, muitos jovens já estão ou temem vir a viver pior que os pais, apesar de serem mais qualificados. E isso deve interpelar a classe política, as políticas públicas locais e nacionais, as instituições, e toda a sociedade cabo-verdiana.

Além disso, grande parte dos problemas estruturais afetam sobretudo os jovens: a insegurança urbana crescente, o consumo de drogas, a falta de equipamentos culturais, desportivos e sociais, os baixos salários, o trabalho precário, a falta de mobilidade, acessibilidade

e conectividade nas ilhas e entre elas. Tudo isto contribui para o desânimo e para a fuga de cérebros, ou seja, dos mais empreendedores e inconformados.

E é neste ponto que nos devemos perguntar:

Que país queremos construir para os cabo-verdianos que conduzirão os destinos do país nos próximos 50 anos? Como pretendemos envolver os jovens na construção do Cabo Verde de futuro?

Porque os jovens não querem apenas ouvir promessas. Eles querem respostas concretas e querem ser parte da solução.

Querem políticas públicas consistentes, com continuidade, avaliação de impacto e participação juvenil real.

Querem transparência e equidade na gestão da coisa pública.

Querem acesso ao emprego pelo mérito, e não por favoritismos.

Querem formação profissional e técnica integrada no ensino secundário e alinhada com as necessidades do mercado de trabalho.

Querem uma cultura empreendedora apoiada com financiamento público verdadeiramente acessível, em todas as ilhas, querem incubadoras nas ilhas e nos concelhos periféricos e a desburocratização para que possam aceder a mais prestações públicas, ao ensino e a saúde à distância.

Querem acesso à habitação digna e acessível.

Querem um país que valorize o conhecimento, a inovação e o talento jovem.

Querem um serviço militar profissional e justo, com Mais oportunidades de formação e carreira, para todos os jovens e não um serviço militar obrigatório destinado aos mais desfavorecidos e que não acrescenta competências a quem o cumpre.

Neste ano em que Cabo Verde comemora os 50 anos, lutemos para que sejam resolvidos alguns dos grandes problemas da juventude: está ao nosso alcance mais do

que duplicar as bolsas de estudos, no país e no exterior, aumentar as bolsas nos países em que os bolsiros já não conseguem pagar sequer um quarto como é o caso de Portugal, alarguemos a oferta de formação profissional e técnica no ensino secundário, e o CESP em todos os liceus, centros de formação e universidades do país. Enfrentemos o problema das drogas que destroem cada vez mais sonhos e mais vidas e reforçemos os serviços de apoio à saúde mental nas escolas secundárias, nos centros de formação, nas estruturas de saúde e nas empresas e mitiguemos os problemas de acesso habitação jovem, em articulação com as Câmaras Municipais e com as empresas.

É esta juventude que cria startups, que se envolve em projetos sociais, que se destaca na cultura, na música, no desporto, na ciência, que moderniza na agricultura, a pesca e a pecuária, apenas quer OPORTUNIDADES de também contribuir para um Cabo Verde melhor, como sonharam os pais fundadores. Se não formos capazes de aproveitar o seu potencial e criarmos novas oportunidades para realizar os seus sonhos no seu país, continuará a buscar no mundo, o que a sua terra não se mobiliza para tornar possível.

Por isso, este é um momento de celebração, sim. Mas também deve ser de renovação do compromisso com a juventude. Um compromisso com emprego digno, com educação acessível e de qualidade, com habitação, com mais e melhor mobilidade, com cultura, com participação política real e com justiça social.

A juventude cabo-verdiana não quer privilégios.

Quer oportunidades justas. Quer contribuir, quer inovar, quer transformar.

Quer viver melhor, de preferência, aqui, no seu país.

*Deputado à Assembleia Nacional de Cabo Verde

Cabo Verde Airlines: estratégia até 2031? Fechar.



Pedro Castro

Esta é a minha resposta ao concurso público lançado pelo Governo com o objetivo de desenhar um plano estratégico e de negócios para os TACV entre 2026 e 2031. Fechar, sim. Não por má vontade, nem por desrespeito, mas simplesmente porque a realidade já respondeu por nós.

Ao longo dos últimos anos, a Cabo Verde Airlines tem-se revelado uma companhia muito custosa e totalmente irrelevante para o país. Entre o que entrega à economia e o que custa ao contribuinte, o balanço é negativo. Para se compreender melhor esta realidade sem estados de alma, basta olhar para a oferta programada nos voos comerciais internacionais de/para Cabo Verde no próximo Inverno IATA (de 26 de Outubro de 2025 e 28 de Março de 2026). Em qualquer métrica analisada, a Cabo Verde Airlines nunca aparece entre os protagonistas principais: ocupa apenas o 6.º lugar em número de lugares oferecidos (26.622), o 5.º lugar em número de voos (198) e apenas o 5.º lugar em número de desti-

nos (3). Estes números traduzem uma presença limitada, tanto em escala como em diversidade geográfica e a Cabo Verde Airlines fica bem atrás de grupos estrangeiros como a TUI, TAP, easyJet e até a Transavia, com operações muito mais robustas no país; oferece menos destinos que a Tui (20), easyJet (5) e a Transavia (6); e, mais decisivo ainda, não opera nenhuma rota única ou exclusiva. Nenhuma. A comparação com o Grupo TUI é demolidora: com 231.574 lugares para 20 destinos diferentes e 1.194 voos previstos para o mesmo período, a TUI representa quatro vezes mais lugares e seis vezes mais voos que a Cabo Verde Airlines – sobretudo para o mercado britânico, o mais importante para o turismo em Cabo Verde... e para onde a companhia nacional nem sequer opera.

A easyJet, que começou a operar para o arquipélago há menos de um ano, já assumiu o 3.º lugar em voos e lugares, com um crescimento notável, sustentado num modelo orientado para o viajan-

te independente e para mercados emissores sólidos como o Reino Unido, Portugal e Itália. Já a TAP, embora relevante, serve apenas um destino e tem um papel funcional, não transformador. Esta evolução pós-pandemia revela um facto incontornável: a Cabo Verde Airlines não é estratégica, não tem escala e, pior, não é escalável. É uma companhia residual, sem expressão significativa, sem rota própria e sem papel estrutural. E o país não tem tempo – nem orçamento – a perder com projetos nostálgicos e ineficazes.

Chegados aqui, a pergunta do Governo não deveria ser como salvar a companhia. A pergunta é: por que razão o Estado ainda hesita em pôr fim a este projeto falhado? Nunca foi tão fácil como agora encerrar esta operação, sem grandes consequências e sem deixar vazio nenhum que o mercado não preencha de forma mais eficiente e competitiva. A reflexão estratégica que o país deveria submeter a concurso público é outra:

Como melhorar a mobilida-

de interilhas e as ligações internacionais de Cabo Verde?

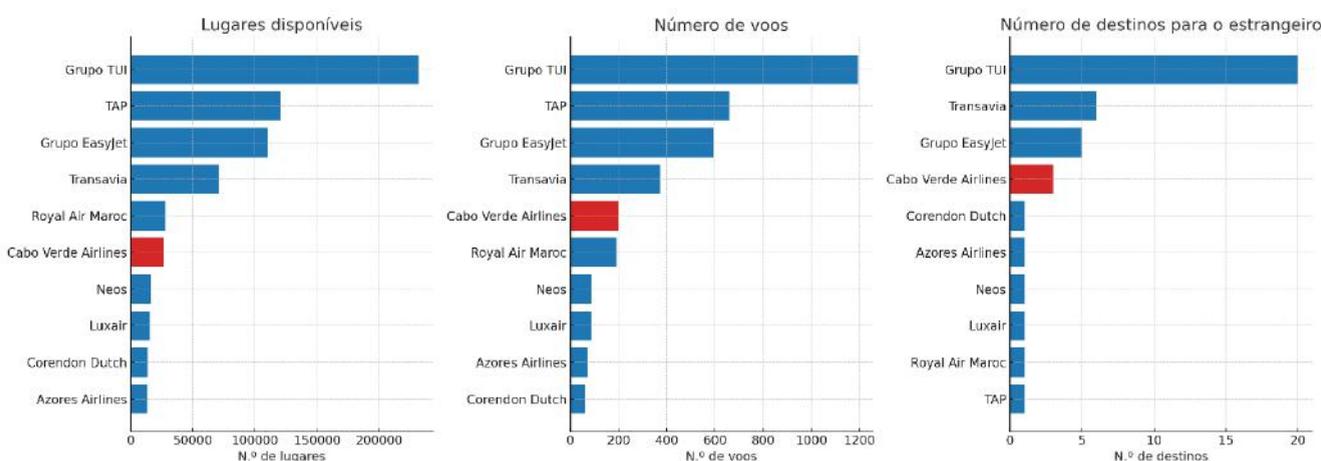
Como posicionar-se como centro de excelência da aviação na África Ocidental, precisamente numa região marcada por aeroportos dispendiosos, mal geridos ou disfuncionais?

Como atrair companhias aéreas estrangeiras, centros de manutenção, operadores logísticos e empresas da mobilidade futura a fixarem uma base em Cabo Verde, criando emprego qualificado e desenvolvimento sem colocar o Estado na dependência da posse direta de aeronaves, companhias ou aeroportos?

Tudo isso é possível. Basta que o Estado faça o que melhor pode fazer: criar um enquadramento jurídico, fiscal e institucional que seja transparente, eficiente e estável. Um país aberto à concorrência, previsível para investidores e ágil na execução será sempre mais forte do que um país que insiste em alimentar um símbolo vazio. 2026 a 2031 deve ser o tempo da ambição, não da insistência no fracasso.

(...) a pergunta do Governo não deveria ser como salvar a companhia. A pergunta é: por que razão o Estado ainda hesita em pôr fim a este projeto falhado? Nunca foi tão fácil como agora encerrar esta operação, sem grandes consequências e sem deixar vazio nenhum que o mercado não preencha de forma mais eficiente e competitiva.

Conetividade Aérea de Cabo Verde – Inverno 2025/26



Quadro comparativo das 10 principais companhias aéreas que operam para Cabo Verde no Inverno 2025/26 e das métricas mais importantes: lugares disponíveis, número de voos e número de destinos servidos. Este quadro confirma uma realidade incómoda: a Cabo Verde Airlines deixou de ser uma protagonista na aviação do país e o país está bem conetado graças às outras companhias.



João Serra*

Crescimento económico sem melhoria das condições de vida dos cabo-verdianos

Não obstante as reservas que se impõem quanto à fiabilidade dos dados macroeconómicos e sociais oficiais – por vezes “martelados” e “atamancados” –, o certo é que Cabo Verde evidenciou, nos últimos dois anos (2023 e 2024), taxas de crescimento económico relativamente robustas, em torno de 6,33% ao ano, em contraste com a média de 3,33% registada entre 2016 e 2024. Se estes valores se confirmarem – na medida em que se tratam de dados provisórios –, tal crescimento revela nuances importantes quando analisamos a sua repercussão no tecido social: a criação de emprego (sobretudo entre os jovens), a redução da pobreza e a evolução do coeficiente de Gini, que mede a desigualdade na distribuição dos rendimentos. Essa discrepância entre números e experiências quotidianas convidamos a questionar até que ponto o crescimento quantitativo alimenta verdadeiramente o bem-estar coletivo.

A história da medição do crescimento económico remonta aos anos 30 do século XX, quando o economista Simon Kuznets, num período de profunda crise nos EUA, procurava identificar as atividades que realmente contribuíam para o bem-estar económico. Inicialmente, a finalidade era tangível: avaliar o nível de produção num cenário de recuperação. Contudo, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e o posterior período de reconstrução, o foco converteu-se na soma de bens e serviços produzidos num ano – o que hoje conhecemos como Produto Interno Bruto (PIB).

Apesar de Simon Kuznets, laureado com o Prémio Nobel da Economia em 1971, ter advertido sobre a necessidade de distinguir quantidade e qualidade de crescimento, o PIB acabou por assumir uma posição central e incontornável, servindo de critério quase único na avaliação do sucesso económico de um país, o que ignora outras dimensões fundamentais do progresso social.

Joseph Stiglitz, também laureado com o Prémio Nobel da Economia em 2001, apelida este estatuto quase divino e divorciado do seu propósito original de “fetichismo do PIB”.

Hoje, parece consensual que o PIB se revela um indicador limitado e, por vezes, profundamente enganador quando utilizado como medida exclusiva do sucesso ou do bem-estar de uma nação. A “ditadura do PIB”, como lhe chamam alguns críticos, ignora as crescentes desigualdades sociais que frequentemente acompanham o crescimento económico. Além disso, a ênfase exclusiva no crescimento preocupa-se tão só com o quantitativo, relegando para segundo plano dimensões essenciais do progresso, tais como a educação, a saúde, a coesão social e a participação cívica. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que incorpora esperança de vida, literacia e rendimento, oferece uma perspetiva mais abrangente do bem-estar, mas continua a ser secundarizado em favor do PIB.

Em Cabo Verde, ainda que o PIB e o rendimento per capita tenham crescido, muitos agregados familiares continuam à margem dos benefícios: em termos líquidos, quase não foram criados postos de trabalho, o desemprego juvenil persiste em níveis elevados, a precariedade laboral agrava-se, os índices de pobreza absoluta não diminuem substancialmente e Cabo Verde vem perdendo posições no IDH, passando de 123.^a em 2016 para 135.^a posição em 2025 (que reporta dados de 2023). Por outro lado, em geral, o custo de vida disparou e o poder de compra das famílias erodiu-se significativamente, sem que este tivesse sido integralmente reposto e, muito menos, aumentado. Isto traduz-se numa sociedade em que uma minoria recolhe a maior parte dos rendimentos gerados, enquanto a larga maioria permanece sem acesso a oportunidades reais de mobilidade social e enfrenta dificuldades persistentes no acesso a servi-

ços básicos, educação de qualidade e emprego digno. O crescimento, neste contexto, assemelha-se a uma maré alta que eleva os barcos mais robustos, mas deixa os mais frágeis à mercê das ondas.

Na verdade, se, por um lado, determinados setores beneficiaram desta dinâmica económica, por outro lado, o mercado de trabalho, especialmente na sua vertente destinada aos jovens, revelou limitações que se traduzem numa taxa de desemprego juvenil persistentemente elevada, em comparação com a média nacional. De facto, segundo os dados mais recentes do INE, em 2024 a taxa de desemprego geral foi estimada em 8,0%, enquanto a dos 15-24 anos se fixou em 20,1%. A situação agrava-se ainda mais quando se considera que cerca de 41.158 jovens entre os 15 e os 35 anos (23,8% do total nesta faixa etária) se encontravam sem emprego e fora de qualquer estabelecimento de ensino ou formação.

No que se refere à pobreza absoluta, os últimos dados do INE relativos ao primeiro e ao segundo trimestre de 2023 – baseados no IV IDRF realizado em 2022 – não são de todo fiáveis, na medida em que a instituição continua, uma década depois, a usar praticamente os mesmos limites monetários definidos em 2015 para considerar alguém pobre, ignorando a inflação média anual acumulada (IMA) de 2015 a 2024, superior a 17,5%, e, sobretudo, a IMA acumulada do índice de produtos alimentares não transformados e de bebidas não alcoólicas, que ultrapassa os 27%.

Em relação à pobreza extrema, cujo limiar foi estimado pelo INE em 2,15 dólares (PPC de 2017) diários por pessoa, segundo o critério internacional do Banco Mundial (BM) de 2017, é o próprio presidente do INE quem afirma, no programa “Ponto por Ponto” da TCV, que –passe-se –, por diretiva do BM, esse valor será atualizado para 3,15 dólares, o que reforça as críticas de

“martelamento” e “atamancamento” dos dados face a sua real dimensão.

O último coeficiente de Gini, oficialmente conhecido, situava-se em 0,42 em 2015, de acordo com o III IDRF, apontando, assim, para uma desigualdade considerável. Os dados do III IDRF, realizado em 2015, revelaram ainda que os 20% mais ricos detinham 44,7% do rendimento nacional, ao passo que os 20% mais pobres controlavam apenas 6,4%. E tudo indica que o coeficiente de desigualdade tenha agravado desde 2015. Por exemplo, o site World Economics reportou um coeficiente de Gini, em 2019, de 50,9 para Cabo Verde e de 32 para as Ilhas Maurícias, um “peer country”. A persistência de um nível elevado de desigualdade na distribuição dos rendimentos evidencia que a riqueza gerada pelo crescimento do PIB não tem sido distribuída de forma equitativa, reforçando disparidades históricas de exclusão e injustiça.

O exposto sugere que, apesar de um panorama global positivo, o crescimento económico não melhorou, de forma relativamente homogénea, as condições de vida da maioria dos cabo-verdianos, criando um cenário em que os dados macroeconómicos se confrontam com a realidade quotidiana das famílias que passam por enormes dificuldades, e dos jovens que procuram uma saída para a precariedade laboral e os baixos salários, através da emigração em massa para o estrangeiro.

Kuznets, se vivo, diria ao Governo de Cabo Verde e ao partido que o sustenta, bem como aos seus defensores: “Parem de idolatrar números. Comecem a medir vidas. Encarem o crescimento económico como um meio, e não um fim em si mesmo”.

Praia, 19 de julho de 2025

*Doutorado em Economia

A persistência de um nível elevado de desigualdade na distribuição dos rendimentos evidencia que a riqueza gerada pelo crescimento do PIB não tem sido distribuída de forma equitativa, reforçando disparidades históricas de exclusão e injustiça.



Ambulância sem sirene

A moda de anunciar uma mesma obra várias vezes, ou porque é campanha eleitoral, ou porque é Estado da Nação, ou porque é preciso mostrar que “estamos a trabalhar”, conheceu esta semana um incidente de percurso que tão cedo não vai sair da memória dos cabo-verdianos. Cenário montado, os figurantes habituais, o PM lá protagonizou o seu terceiro discurso sobre a construção de um Hospital Nacional, em Santiago. Só que confrontado pela repórter - “Mas esta obra não era para ser inaugurada agora?” - o que se viu foi um Chefe a bater de sola, à procura de uma ambulância sem sirene.



Promessas eternas

Com a batata quente nas mãos, Jorge Figueiredo, com cara de poucos amigos, garantiu mais três anúncios: Setembro, para concursos; Dezembro, para recolha das propostas concursadas; meados de 2026, caso ainda for governante, para anúncio das possibilidades do país. Como se pode ver, se depender de anúncios, Cabo Verde vai ter o maior e melhor hospital do mundo.

Tradição

Cumprindo o que já é tradição, sempre que o MpD está no Governo, mais um serviço público no Mindelo, desta feita a Polícia Judiciária, vai ter as suas instalações vendidas (ou trocadas) em nome do progresso. Segundo deputado João do Carmo, o Governo “vendeu o espaço à sua gente”. E porque há pressa no assunto, do Carmo revelou que a própria ministra da Justiça tem estado a pressionar a PJ para entregar o edifício porque o Governo quer fechar esse negócio antes das Legislativas, de preferência, sem deixar rastros...



Batom

Ninguém contesta o desejo do ZIG por desenvolvimento — isso é água clara. Mais um hotel novo, a embelezar a Marginal, como quem passa batom numa cidade cansada, é coisa sempre bem-vinda. Mas o ZIG tem olfato apurado: comprar antigas instalações da Marinha e da PJ, valendo-se do calorzinho partidário e da sombra do Governo, isso já é outra história. O esturro sente-se a léguas de distância.

Baía

Se havia dúvidas sobre os dotes festivaleiros de Gust, elas foram dissipadas com o anúncio de um dos discípulos de Bob Marley no Festival Baía das Gatas deste ano. Banhado pelo imponente Monte Cara, e pela belíssima Baía do Porto Grande, não difícil deixar florir esta veia artística genuína. “Se não traz o Marley Pai traz o filho e ficamos todos muito contentes”, ouviu o ZIG.



JULIAN MARLEY



Pódio

Cabo Verde brilhou tanto nos jogos da CPLP que nem o nosso ministro adjunto para o desporto quis ficar de fora do pódio. Ainda que isso valesse tomar o lugar (no retrato) de quem realmente suou a testa pela medalha. Em alternativa, o miúdo pode sempre pedir ao Chat GPT para apagar o vulto à sua frente. Dica do ZIG!



APN

ÁGUAS DE PORTO NOVO

20

ANOS

2005 ~ 2025

EM JULHO DE 2005, FOI
CONSTITUÍDA A APN,
PRIMEIRA PARCERIA
PÚBLICO PRIVADA DO PAÍS,
PARA CONSTRUIR E OPERAR
UMA INFRAESTRUTURA
HIDRÁULICA DESTINADA A
GARANTIR O SERVIÇO
BÁSICO DE ABASTECIMENTO
DE ÁGUA POTÁVEL À CIDADE
DO PORTO NOVO.



APP
ÁGUAS DE PONTA PRETA



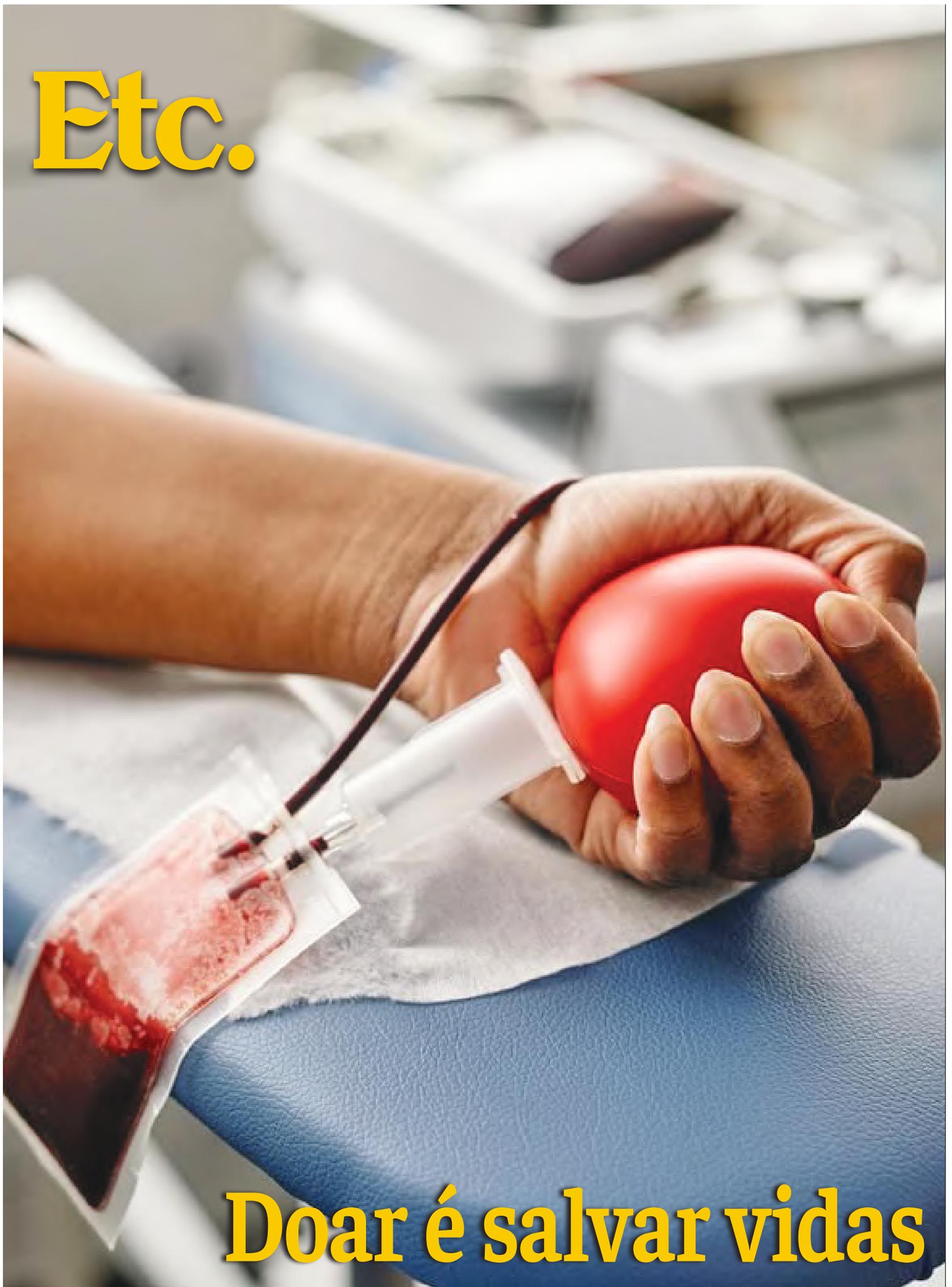
50 ANOS
CASA VERDE,
NÓS ORGULHO,
NÓS FUTURO



CMPN

[@AguasPontaPreta](https://www.instagram.com/AguasPontaPreta)
[aguaspontapreta.cv/apn](https://www.aguaspontapreta.cv/apn)

Etc.



Doar é salvar vidas

Doação de sangue

Quando a solidariedade salva vidas



Conceição Pinto

Ilda Fortes

Todos os dias há pessoas que dependem de um gesto simples, silencioso e anónimo, mas vital: a doação de sangue. Em Cabo Verde, o sistema de transfusão vive sob pressão e o maior desafio continua a ser encontrar doadores, de forma regular, para evitar a ruptura de stock nos bancos de sangue. Enquanto a ciência não consegue substituir esse recurso vital, a solidariedade continua a ser o pilar de um sistema em que, com uma única doação, é possível salvar quatro a cinco vidas.

O sangue e os hemoderivados são fundamentais na prestação de cuidados de saúde e as transfusões podem, literalmente, salvar vidas em situações críticas. Em Cabo Verde, as transfusões são realizadas sobretudo para compensar perdas durante as cirurgias, nas complicações no parto ou para melhorar a qualidade de vida de portadores de doenças graves e crónicas. Garantir a disponibilidade de sangue depende de três fatores essenciais: estruturas físicas equipadas, recursos humanos especializados e solidariedade de doadores.

Cabo Verde tem dado passos neste sentido. O primeiro banco de sangue foi criado em 1956, em São Vicente, seguindo-se o da Praia três anos depois. Actualmente,

existem bancos de sangue em todos os hospitais regionais e postos de transfusão nos centros de saúde do Maio, Boa Vista, São Nicolau e Brava. Esses serviços formam a Rede Nacional de Transfusão de Sangue, que é coordenada pelo Programa Nacional de Segurança Transfusional.

Não obstante as estruturas criadas, os recursos humanos ainda são insuficientes e faltam doadores regulares para manter as reservas de sangue e responder à crescente demanda, sobretudo em épocas festivas e no período de férias escolares.

Cabo Verde precisa de 5000 dádivas por ano

Conceição Pinto, coordenadora do Programa Nacio-

nal de Segurança Transfusional (PNST), alerta que “os progressos têm sido significativos, mas ainda estamos longe de garantir 100% de dádivas voluntárias”.

A responsável destaca a importância de se aumentar a regularidade das dádivas, para manter o equilíbrio entre a oferta e a procura. De acordo com as estimativas, o país precisa de pelo menos 5000 dádivas de sangue por ano para atender as demandas, embora o consumo de sangue dependa da complexidade das actividades clínicas realizadas. “A nossa meta é alcançar uma média de duas dádivas por ano por cada doador”, destaca.

A especialista realça que “a situação demográfica, com o aumento da população ido-

sa, e a situação epidemiológica do país, com maior prevalência das doenças crónicas, nomeadamente as oncológicas, aumentam o consumo de sangue, havendo por isso, necessidade de recrutar mais doadores”. Em 2024, foram realizadas 4568 transfusões em Cabo Verde, muitas em contextos críticos.

Apesar dessa crescente procura, o país conseguiu manter uma taxa de resposta elevada. “Quase todos os pedidos de sangue são satisfeitos. Mas é uma autossuficiência frágil, que depende da mobilização contínua de novos doadores”, alerta Pinto.

A nível global, a evolução da quantidade de doadores de sangue tem sido positiva. “Tem vindo a aumentar progressivamente ao longo dos

anos, acompanhando o aumento do consumo”, salienta Conceição Pinto. Neste aspeto, destaca o apoio e a disponibilidade de instituições de ensino e empresas, que “tem sido fundamental para manter as reservas de sangue”.

Em 2024, das 3951 dádivas de sangue feitas no país, 89% foram de doadores voluntários, enquanto 11% resultaram de doadores familiares de pacientes. A maior parte dos doadores tem entre os 18 e os 44 anos, sendo 63% do sexo masculino. As ilhas de Santiago e São Vicente lideram em número de dádivas, refletindo a concentração populacional e hospitalar.

No Hospital Baptista de Sousa, em São Vicente, estão registados cerca de 10 mil doadores, embora muitos se-

jam esporádicos. Segundo a coordenação local, mais de 50% dos doadores fazem duas ou mais doações por ano, o que os qualifica como regulares.

No Hospital Universitário Agostinho Neto (HUAN), em Santiago, cerca de 34 mil pessoas já doaram pelo menos uma vez, mas a fidelização continua a ser um desafio. De acordo com a diretora do Banco de Sangue nessa estrutura, Linette Fernandes, “embora a maioria das dádivas seja voluntária, muitos doadores não mantêm uma frequência constante, o que dificulta o planeamento e a estabilidade do abastecimento de sangue”.

Escassez e logística são os maiores desafios

O sistema de transfusão de sangue enfrenta diversos desafios. A coordenadora do Programa Nacional destaca como os principais a escassez de doadores regulares, a falta de recursos humanos e materiais e as limitações na realização de campanhas de sensibilização. “Só conseguimos realizar uma campanha de âmbito nacional por ano. No entanto, os bancos de sangue realizam, regularmente, atividades de promoção nas escolas, empresas e comunidades, com resultados positivos”, refere Conceição Pinto.

Para a diretora do Banco de Sangue do HUAN, Linette Fernandes, os desafios também passam pela educação e sensibilização da população. “Ainda há muita desinformação e mitos sobre a doação, o que exige campanhas educativas permanentes, especialmente junto dos jovens e nas comunidades mais distantes”, defende a especialista.

A logística para o transporte de sangue entre as ilhas é outro ponto crítico.



Linette Fernandes

“Embora todas as estruturas possuam equipamentos adequados de armazenamento e transporte de sangue, a escassez de voos, os atrasos e o custo de transporte comprometem a agilidade da resposta em situações de urgência”, alerta Conceição Pinto.

Outro entrave relevante é a dificuldade de coordenação entre o PNST, que depende da Direção Nacional de Saúde, e os bancos de sangue sob gestão hospitalar. “Essa separação e dependência de diferentes entidades dificulta a coordenação e a gestão de recursos”, explica.

Segurança e qualidade garantidas

Apesar dos desafios, Cabo Verde mantém altos padrões de segurança transfusional, assegura Conceição Pinto. Uma das estratégias para assegurar a qualidade do sangue é priorizar os doadores voluntários. “Quando se doa por solidariedade, não há necessidade de esconder informações que podem comprometer a segurança do sangue”, explica.

Ainda assim, seguindo a legislação vigente, todos os doadores são submetidos a uma avaliação clínica e todo o sangue doado é submetido a testes rigorosos para rastrear infeções como VIH, hepatites B e C e sífilis. “Sempre que se justifique, realizamos tam-

bém testes para paludismo e dengue”, afirma a coordenadora do programa.

Além disso, as unidades de sangue são fraccionadas em componentes, que são armazenados em condições específicas e distribuídos de forma criteriosa. Os componentes referidos são usados em casos distintos.

A diretora do Banco de Sangue do HUAN, Linette Fernandes, explica: “As hemácias são usadas em casos de anemia, hemorragia e doenças crónicas como cancro, anemia falciforme, insuficiência renal, entre outros. As plaquetas são usadas para prevenir sangramentos em casos de leucemias agudas, patologias hepáticas (fígado) e no pós quimioterapia. O plasma usa-se quando há deficiência de fatores de coagulação, registados em casos de patologias hepáticas e hemorragias graves”.

Atualmente, o país conta com cerca de 35 profissionais envolvidos nas atividades de medicina transfusional, número considerado insuficiente e que impede a participação dos mesmos em ações de capacitação contínua.

Futuro e responsabilidade

Para melhorar o sistema de doação e transfusão de sangue, Cabo Verde prepara-se para criar o Instituto Nacional de Sangue e Trans-

plantação e promover o desenvolvimento da atividade de transfusão no setor privado.

De acordo com Conceição Pinto, a entidade terá como missão “coordenar a dádiva, colheita estudo, armazenamento e distribuição de sangue”. Pretende-se, desta forma, aumentar a dádiva voluntária, melhorar a gestão da reserva de sangue e de outros recursos e reduzir custos. “O nosso objetivo é reorganizar a Rede, de forma a garantir o acesso ao sangue em tempo útil, em qualquer ponto do território”, explica.

No que se refere à transplantação, “o Instituto irá promover campanhas para doação de medula óssea, criar e gerir um registo de candidatos a doadores de medula óssea e coordenar os estudos dos receptores e doadores”, salienta. Outra iniciativa prevista é a implementação de um sistema nacional de notificação e investigação de reações transfusionais, visando reforçar ainda mais a segurança clínica das transfusões.

Entre os objetivos estratégicos, está o alcance de 100% de dádivas voluntárias até 2030, mas a responsável pelo PNST salienta que é preciso que a sociedade assuma esse compromisso. “O sangue não pode ser fabricado. Dependemos da boa vontade dos cidadãos para garantir uma re-

serva adequada para todos os que precisam de transfusão”, remata Conceição Pinto.

Associações de Doadores: um complemento do sistema

As associações de doadores de sangue têm sido vistas como uma das soluções para complementar e apoiar o sistema nacional de transfusão. Para a diretora do Banco de Sangue do HUAN, Linette Fernandes, são um “parceiro estratégico, que contribui para uma maior proximidade entre a população e os serviços de saúde, através da promoção da doação voluntária e regular, mobilização comunitária, educação para a saúde e apoio logístico a campanhas”.

Em 2021, foi criada a Associação de Doadores Voluntários de Sangue da Praia. Enquanto presidente, João Pedro Martins, referiu como prioridades o reforço das ações de sensibilização, o estabelecimento de parcerias com entidades públicas e a criação de unidades móveis de doação de sangue. Desde 2023, a associação foi assumida por Edith Cardoso, que reconhece desafios na organização interna. No entanto, realça a importância da associação. “Há doadores que completam o tempo de doação, mas acabam por se descurar. É lá que nós entramos para lhes lembrar do compromisso que assumiram”, realça. Atualmente, a associação conta com uma base de dados constituída por 60 doadores.

Em São Vicente, foi recentemente criada a Associação Humanitária e Doadores de Sangue, que pretende contribuir para que 1 a 3% da população passe a ser doador voluntário e regular de sangue em Cabo Verde, tal como estabelece a Organização Mundial da Saúde.

Edith Cardoso

“Ficamos tristes quando não conseguimos doar”

Edith Cardoso é voluntária socorrista na Cruz Vermelha desde os 16 anos, mas foi aos 20 que fez a primeira doação. “Ganhei gosto, e me interessei pelo tema” recorda. Em 2009, reforçou o compromisso com a causa. “Estive nas comemorações dos 150 anos da Cruz Vermelha em Itália, e fiz uma formação sobre doação voluntária de sangue. A partir daí, passei a colaborar com o Banco de Sangue”, explica.

Nos últimos anos, tem promovido a realização de palestras nas comunidades, através de associações comunitárias, nas escolas do

ensino básico e secundário e nos centros de formação profissional. Em 2020, a Organização Mundial da Saúde reconheceu o trabalho que desenvolveu durante a pandemia, doando sangue, mas, sobretudo, pela sensibilização e angariação de outros doadores.

“Foi muito gratificante e me deu mais motivação para continuar. Saber que tenho a possibilidade de melhorar a qualidade de vida ou salvar a vida de outras pessoas não tem preço”, destaca.

Questionada sobre a evolução do nível de sensibilização dos cabo-verdianos

em relação à doação de sangue, a perceção de Edith é que “tem estado a melhorar”, apesar dos mitos. “Há quem diga, por exemplo, que quando vais dar sangue, podes contrair outras doenças e o teu organismo fica fraco”, exemplifica, salientando que o material usado é seguro e descartável.

Para Edith, ao doar sangue, a pessoa fica mais atenta à própria saúde. “Há algo que só nós, os doadores, sentimos. Se não podemos doar por algum motivo, ficamos muito tristes, porque assumimos um compromisso com outras vidas”, descreve.



Anilton Mendes

“Percebi o quão valioso é o sangue quando foi a minha vez de receber”

Anilton Mendes conhece os dois lados – é doador e já recebeu sangue. “Antes eu tinha medo. Pensava que ficaria fraco ao doar sangue”, descreve. Mas, há três anos, quando a tia precisou de sangue, não hesitou. “Eu senti que estava a dar amor à minha tia”, recorda.

Há cerca de um ano, foi ele a precisar de sangue. “Contraí dengue por duas vezes, tive uma hemorragia e fiquei num estado muito crítico”, descreve. “É preciso seis pessoas para cada plaqueta. Eu tomei mais de seis plaquetas. Quer dizer que

muitas pessoas tiveram de dar sangue para mim”, conta, com profunda gratidão. “Foram uns anjos, uns heróis que me salvaram”, afirma, emocionado.

A experiência mudou a percepção de Anilton. “Eu não tinha a real noção do que significava salvar a vida de alguém e o quão valioso é o sangue até chegar a minha vez. É um ato de amor incomparável”, realça. Apesar dos problemas de saúde que teve, hoje continua a doar sangue. “Já me salvaram, eu tenho que salvar a vida de outra pessoa”, conclui.



Um processo simples e seguro

De acordo com os especialistas, numa doação de sangue, a quantidade retirada não afeta a saúde do doador, pois a recuperação ocorre imediatamente após a doação.

Uma pessoa adulta tem em média cinco litros de sangue e, numa doação, são coletados, no máximo, 450ml. Os homens podem doar depois

de três meses, enquanto as mulheres, como menstruam, quatro meses depois.

Os critérios principais para doar sangue são: estar em boas condições de saúde, não estar em jejum, ter uma boa noite de sono antes da doação e não ter ingerido bebidas alcoólicas nas 12 horas anteriores.



	PODE DOAR PARA	PODE RECEBER DE
A +	A+, AB+	A+, A-, O+, O-
A -	A+, A-, AB+, AB-	A-, O-
B +	B+, AB+	B+, B-, O+, O-
B -	B+, B-, AB+, AB-	B-, O-
AB +	AB+	TODOS OS TIPOS
AB -	AB+, AB-	A-, B-, AB-, O-
O +	A+, B+, AB+, O+	O+, O-
O -	TODOS OS TIPOS	O-

Crónica Outras Vozes, Outras Vidas

O rapaz dos dentes limados



Joaquim Arena

Os esqueletos que atormentam muitas consciências portuguesas sobre o seu passado colonial vêm de longa data. E são invocados na mesma época em que o discurso sobre a pureza da 'raça' se mistura com o de ódio para com outros povos que passaram a ser parte da paisagem, urbana e rural, de Portugal. A ideia de 'portugueses de bem' quer-se impoluta e imaculada, despida de qualquer responsabilidade histórica em relação ao passado colonial. Mas a história não se apaga. Nela cabem todos os sentimentos, mesmo o mais antigo e profundo remorso dos vencedores. Que o diga o cronista Gomes Eanes de Zurara.

Em 2010, numa época em que ninguém imaginava os delírios futuros de um jovem chamado André Ventura e a imigração não fazia parte da agenda política dos partidos políticos portugueses, visitei uma exposição, no edifício do antigo Mercado de Escravos, em Lagos, no Algarve. O tema eram os vestígios materiais e ossadas de mais de 150 corpos encontrados numa lixeira, nesta cidade. A visita fazia parte das minhas pesquisas para o livro *Debaixo da Nossa Pele*. Os corpos, muitos deles manietados e com visíveis sinais de fracturas, maus tratos, portanto, haviam sido descobertos numa antiga lixeira, no Vale da Gafaria, durante as obras de um parque de estacionamento. Minutos antes, eu tinha acabado de percorrer o relvado que hoje cobre o parque de estacionamento do Anel Verde, no local da antiga lixeira. De uma pequena colina, para lá das ameias das muralhas da Cerca Nova, avista-se ao longe a baía de Lagos.

Fiquei particularmente impressionado com o esqueleto de um jovem adolescente, exposto dentro de uma caixa de acrílico. Os dois buracos no lugar dos olhos pareciam fixar-nos, como se ainda implorassem pela nossa ajuda, mais de cinco séculos depois. Duas falanges, ainda com os respectivos anéis, exibidas de dentro de outra caixa, na parede, também

pareciam pertencer ao jovem preso na caixa, bem como o conjunto de missangas, anéis e colares, dispostos pela sala. Dir-se-ia que jovem africano escravizado tinha os seus pedaços e pertences, espalhados pela exposição. A descoberta mereceu uma breve referência na imprensa portuguesa.

Na altura o país atravessava uma crise económica galopante, com José Sócrates no poder, e ia caminho da intervenção financeira internacional, com a chegada da troika no ano seguinte. Fora uma ou outra instituição académica, o impacto foi praticamente inexpressivo ou nulo. Por longos minutos passei pela sala e tomei notas da exposição, registando e fotografando os objectos expostos. As impressões do cronista Gomes de Zurara (*Crónica da Conquista da Guiné*) impressas em letras grandes e em grandes painéis cobriam parte das paredes. Não me cruzei com qualquer visitante português. Sendo uma cidade turística, eram sobretudo famílias britânicas, holandesas e francesas, que por ali circulavam. Mas todos acusavam o choque ao primeiro contacto com os restos do rapaz dos dentes limados, como vinha descrito na legenda.

Os meninos e meninas do norte da Europa espalhavam as suas impressões digitais na superfície acrílica da caixa. E todos observavam, em silêncio, a figura macabra, como numa câmara de curiosidades. Tal como o exército de terracota do imperador Shiuangdi, os cerca de 158 africanos foram 'acordados' do seu sono de mais de cinco séculos, pelos rodados e as pás das máquinas escavadoras. De seguida, foram exumados e distribuídos por vários locais. O rapaz dos dentes limados estará entre os primeiros africanos escravizados chegados à Europa. O mesmo é dizer, um dos primeiros inumados no primeiro "cemitério" de escravos da Europa.

E, de acordo com uma reportagem publicada recentemente no jornal português Público, terá sido capturado em Angola ou no Sene-



gal. O princípio de uma história de vida, tal como milhões de outras, que se perdeu no tempo. Uma empresa designada por Dryas, do sector do património e com sede em Coimbra, ocupou-se do estudo dos materiais resgatados e dos vestígios ostealógicos. A busca pelas origens destes africanos, pela identificação dos seus locais de origem, é liderada pela arqueóloga Vicky M. Oelse, da Universidade de Califórnia. Este trabalho, financiado pela National Geographic, passa pela análise de isótopos dos dentes em fase inicial e final de formação de 66 indivíduos dos 158 encontrados na lixeira.

O que também já se sabe é que o rapaz dos dentes limados, de acordo com esta arqueóloga, não cresceu nem viveu muito tempo em Portugal. Assim dizem os seus hábitos alimentares, que o situam entre as sociedades da África Ocidental e Central, entre o Senegal e Angola. O rapaz dos dentes limados - que apesar de anónimo, faz parte do livro *Debaixo da Nossa Pele* - terá integrado as primeiras vítimas do comércio de escravos levado a cabo por Portugal. O primeiro desembarque ocorreu em Agosto de 1444 e a sua venda foi seguida de perto pelo Infante D. Henrique, montado no seu cavalo. Zelava pelo negócio, já que lhe era devido a quinta parte da venda daqueles africanos.

Tal como descreveu um 'piedoso' Gomes Eanes de Zurara, o cronista oficial, o espectáculo da se-

paração das famílias, das mães dos filhos, não foi bem o que se esperava. Afinal, aqueles 'selvagens' africanos, gente sem fé nem salvação, também revelavam o mesmo sentimento de humanismo dos portugueses: Qual seria o coração, por duro que pudesse ser, que não fosse pungido de piedoso sentimento vendo assim aquela campanha? Porque uns tinham as caras baixas e os rostos lavados de lágrimas; (...) outros estavam muito dolorosamente, olhando para os céus (...) bradando altamente como se pedissem socorro ao Pai da Natureza; outros feriam o rosto com as suas palmas, lançando-se estendidos no chão; outros faziam as suas lamentações em cantos, segundo o costume de sua terra. (...) Pelo que convinha a necessidade de se apartarem os filhos dos pais; as mulheres, dos maridos; e os irmãos uns dos outros. A amigos nem parentes não se guardava nenhuma lei, somente cada um caía onde a sorte o levava. As mães apertavam os seus filhos nos braços e lançavam-se com eles de bruços, recebendo feridas com pouca piedade de suas carnes.

O mau estar e desconforto de Gomes de Zurara, perante o drama daquelas gentes, era aliviado, como escreveu, pela ideia de uma 'compensação final', em forma de salvação: a oportunidade que os portugueses lhes estariam a dar ao retirá-los da 'escuridão, da barbárie e do paganismo', trazendo-os para a luz do cristianismo.

Os dois buracos no lugar dos olhos pareciam fixar-nos, como se ainda implorassem pela nossa ajuda, mais de cinco séculos depois

Cabo Verde e Martinica: duas identidades no itinerário da criouldade

O itinerário dos povos de língua crioula trouxe a martiniquesa Victória Elizabeth até Cabo Verde, com a sua equipa de reportagem. O objectivo é contar este percurso tão comum, através da língua materna, da sua música, dança, uso diário, profissões diversas, unindo os pontos de uma herança colonial e afirmação identitária. A aventura começa por Cabo Verde, que tem o crioulo mais falado em África, e segue depois por mais 11 países, neste continente e nas Caraíbas.

Joaquim Arena

Em 2018, Victória Elizabeth, natural da Martinica, nas Caraíbas, começou a delinear um projecto que tinha tudo que ver com a sua cultura - ao mesmo tempo crioula e insular. E quando punha as primeiras ideias no papel, para a criação da sua Associação F'Kréyol (associação para a promoção das línguas e culturas crioulas, através de uma abordagem educacional, artística e digital) e procurava no mapa os locais do mundo onde as populações falavam uma língua crioula, viu as ilhas de Cabo Verde. Disse então para si que um dia viria até cá para visitá-las. E o ano passado, desembarcou na Praia para a primeira recolha de informações, a 'répe-

rage' dos locais para a sua equipa filmar.

Ao mesmo tempo, procurava financiamento para o projecto sobre a língua crioula e as suas populações falantes, enviando o projecto a várias instituições e organizações. Este ano chegou com a sua equipa para mais tempo, dois meses, até o final do mês de Agosto.

O projecto consiste em abordar o itinerário da língua crioula pelo mundo, o seu uso profissional, a ligação entre as danças e a tradição, a transmissão entre as mulheres e a língua crioula. Incorpora, ainda, artistas, cantores, bailarinos, rappers, mas também jornalistas, advogados, ateliers pedagógicos para vários públicos.

“O objectivo é que quando subirem ao palco, no espectáculo, apresentem uma forma de expressão artística, uma actividade na sua língua crioula”, explica Victória.

Mas a sua ligação a Cabo Verde é mais remota. “Quando era estudante, na Martinica, tive uma professora cabo-verdiana, Maria da Silva, que me falava muito de Cabo Verde e da cultura das suas ilhas e na altura fiquei entusiasmada”, lembra.

E foi a vinda a Cabo Verde, pela primeira vez, que a levou a pensar o projecto de forma mais abrangente. “Na época, ainda estava circunscrito à Martinica e a Guadalupe. A minha vinda a Cabo Verde motivou-me a fazer tudo para conseguir esse ob-

jectivo, de visitar 12 países: quatro africanos (Cabo Verde, Senegal, Guiné Bissau e o Benim), nove da zona das Caraíbas Trinidad e Tobago, Saint Martin, Santa Lucia, Dominica, Martinica, Guadalupe, Haiti e a Guiana) e começámos por Cabo Verde.

Diferenças e semelhanças

E as diferenças entre as ilhas de Cabo Verde e estas duas ilhas das Antilhas Francesas, Martinica e Guadalupe não são muitas, como ela explica:

“Nós temos um clima tropical com duas estações, das chuvas, a ‘ivernage’, e a seca; mas temos também furacões, claro. Temos a mesma capacidade de resiliência e de adaptação. Mas o

que me impressionou muito em Cabo Verde é que são 10 ilhas num só país. Nas Caraíbas há umas 15 ilhas de maior dimensão, mas cada uma delas é um país diferente, cada uma fala uma língua e encontramos também um crioulo em cada uma delas. E apesar das diferenças, conseguimos entender-nos em crioulo, mesmo os não de base francesa, porque estão muito misturados.”

Victória ainda não compreende tudo no crioulo de Cabo Verde, mas compreende a maneira de ser das pessoas e a ‘prosodie’: a entoação, o ritmo, a musicalidade, a intensidade e as pausas, na linguagem. “Algumas palavras são muito próximas e o facto de habitarem em ilhas levou a que estes po-



Victória Elizabeth



Cidade da Praia



Fort-de-France, Martinica

vos desenvolvessem contextos semelhantes: estamos próximos do mar, mas também fazemos a agricultura, temos a ambição de sermos autossuficientes, porque de um momento para o outro podemos ficar isolados do mundo e é preciso haver uma capacidade de resiliência para sobreviver nestas condições”.

A martiniquesa adianta ainda o facto de os antepassados comuns terem sido traficados, trazidos para estes territórios insulares, antes da miscigenação com outros povos, “o que faz com que o dia a dia destes povos ilhéus sejam semelhantes aos de Cabo Verde, as suas rotinas... ainda há pouco estive com um grupo de pescadores aqui de Santiago e vi que eles cozinham o peixe e fazem um molho muito parecido com o nosso, na Martinica e nas Caraíbas; mas também partilhámos outros aspectos, a música, por exemplo; podemos apreciar as músicas, o batuko, o funaná, o zouk”.

Victória formou-se em ciência política e letras modernas, com mestrado em gestão de empresas. Questio-

nada sobre as origens deste projecto ambicioso, recorda como em casa, quando era pequena, a mãe falava crioulo e ela respondia em crioulo. “Mas agora o contexto é outro, é diferente. Quando ia à escola, não era permitido falar o crioulo. E foi preciso um grande militantismo envolvendo várias gerações, para, a pouco e pouco, o crioulo ser introduzido nas escolas, nos programas escolares. Hoje, as aulas são em francês, mas temos aulas em crioulo também.”

Crioulo versus língua de colono

E quando descobre a realidade cabo-verdiana, o impasse e a discussão nacional em volta da língua materna, Victória responde que o problema da escrita, na Martinica, foi há muito ultrapassado, assim como nas outras ilhas. Mas, para as ilhas das Caraíbas, o crioulo do Haiti exerce uma pressão e atracção muito grandes, pois representa 12 milhões de falantes, o maior país ‘crioulo’ do mundo.

“Cada uma delas tem o

seu sistema fonético, o seu dicionário, mas também não existe um consenso no sentido de alguma ‘uniformização’. Cada uma faz o seu trabalho, a luta pelo reconhecimento institucional da sua variante, estando elas em diferentes fases do processo, este não está finalizado, muito pelo contrário.”

Outra diferença entre Cabo Verde e a sua ilha de origem, a Martinica, é a convivência entre os seus crioulos e as línguas francesa e portuguesa. “Quando confrontada entre a perda de terreno do português face ao crioulo, em Cabo Verde, e a implantação desta língua materna, a nível nacional, de forma efectiva, sobretudo depois da independência, na Martinica é bem diferente.

“No nosso caso, o problema é inverso, o combate é no sentido de impor o crioulo, há cada vez mais uma forma ‘afrancesada’ de falar o crioulo, há cada vez mais palavras francesas no nosso crioulo, o francês ocupa cada vez mais espaço na sociedade, e a luta é para colocar o crioulo ao mesmo nível que o francês”, explica Victória.

No outro lado oposto está também o Haiti, em que o crioulo quase afastou o francês. Mas ela defende que o ensino de línguas diferentes não pode ser visto como um problema. “Antes pelo contrário, quanto mais línguas uma criança aprender melhor para ela e elas têm essa capacidade de aprendizagem e devem ser estimuladas nesse sentido”.

A admiração de Victória Elizabeth por Cabo Verde leva ainda a perguntar se não foi a garantia das transferências do orçamento de Paris, para estas ilhas, que desencorajou logo à partida qualquer ideia independentista. E, já agora, se o recente acordo assinado entre a Nova Caledónia e o governo francês, de uma progressão aberta da autonomia para um Estado independente, não cria entusiasmo nas Antilhas francesas. “Se foi a economia, não sei, mas esse argumento hoje não tem qualquer sustentação. Hoje os salários na Martinica são muito mais baixos que no ‘hexágono’ (França continental), os preços dos mesmos produtos são três vezes mais caros. Estamos

a sair de um período de forte contestação social, de reivindicações, houve tumultos a que se seguiram negociações. A vida na ilha é demasiado cara e a população exige estar ao mesmo nível que os outros franceses”, afirma.

O projecto sobre os povos de língua crioula começou em 2019 e hoje Victória tem a sua equipa de três elementos. Em Cabo Verde e nos restantes países irão realizar quatro filmes documentários e o objectivo, segundo ela, é a “valorização desta cultura e, se puder, mostrar os filmes em cada um desses países”.

Depois de Cabo Verde, segue-se o Senegal, a Guiné Bissau e o Benim. São Tomé e Príncipe fica de fora, dada a dificuldade dos transportes. Para este itinerário da língua crioula pelo mundo, serão contempladas as áreas da música, dança, da língua, sua utilização ao nível profissional, a relação das mulheres com a língua. “Outras ilhas do arquipélago serão também contempladas, logo que tenhamos os nossos passaportes com o visto que solicitámos”, conclui.



Carlos Carvalho

Requiem à cidade!!

Cumprindo o post que postei, no dia 26, venho, à “não político”, cumprir a promessa.

Dia 26 de junho é o dia que a Cidade passou a vestir o fato de Património da Humanidade.

Havia prometido dedicar este REQUIEM À CIDADE!!...

Requiem...à nossa Cidade...16 anos depois de se tornar PM.

Foi assim no dia 26.

Num dia como hoje, 26 de Junho, mais ou menos a esta hora (por volta das 11h de Cabo Verde), a Cidade se tornava Património da Humanidade, se quiserem, acabara de integrar a Lista do Património Mundial.

Foi o culminar de décadas de um grande esforço e dedicação de um grande número de técnicos, como se dizia no antigamente.

Um aparte.

Detesto copiar coisas que não trazem nenhuma mais-valia, a quem quer que seja. É o caso de, hoje, na nossa administração pública, deixar de existir a figura de técnico e aparecer esta caricata figura de “colaborador”. Como não me explicaram bem... até entender...como um verdadeiro técnico virou colaborador, fiquei sem entender esta inovação. Fiquei sem entender a mais-valia que esta inovação trouxe na nossa, hoje, paupérrima administração pública.

Copia-se tudo e mais alguma coisa, sem se ir ao fundo das coisas. Copia-se e pronto!!

Lá no tuga...viraram técnico colaborador...logo nós tornamos nossos técnicos...colaboradores!!

Mas, voltando ao que venho hoje.

Pois, Cidade foi inscrita na lista do PM.

História

Estávamos eu, Presidente do IIPC; o Manuel de Pina, Presiden-

te da Camara da Ribeira Grande; SE o Senhor Embaixador de Cabo Verde em França e, claro, junto à UNESCO, José Duarte; Charles Akibodé, Técnico Superior (notem, não colaborador!!) do IIPC e o já falecido Nuno Rebocho, Assessor, aliás o “Presidente” (como ele me dizia) da Camara da Ribeira Grande.

Combináramos previamente que quem daria a notícia a Nação Caboverdiana seria, obviamente, SE o Senhor Embaixador, José Armando - Zeca - Duarte, representante máximo do país na UNESCO e Chefe da Missão.

Mas, estávamos num conturbado momento político, com “guerras” desnecessárias à busca de protagonismos.

Quase Cidade não chegaria lá!!

Só guerra de protagonismos!!

Ainda na praticidade e seguimento dessa guerra, logo após a tomada da decisão de inscrição, Nuno informa se não me engano ao Alcides de Pina, “2ª” figura da Camara e irmão de Manel de Pina, que acaba por, em 1ª mão, informar o país tão grande avissara!!

No cumprimento de minha promessa sobre Das Ruínas...a Património Mundial, contarei todos os detalhes do sucedido no dia 26 de junho de 2009.

Entretanto, na véspera, o mundo perdera o astro-musical-maior, Michael Jackson.

Isto foi em 2009.

E...tudo isso aconteceu na cidade-património mundial de Espanha, Sevilha.

Quem presidia o Conselho era a Espanha.

Espanha que investira milhões de euros para a reabilitação da Cidade Velha e o lobbie-espanhol em relação a nossa candidatura era/foi determinante.

No final desse mesmo ano, pedi-a demissão ao Ministro Veiga que, por “cobardia”, não fora viver esse momento histórico, pois, não era evidente, para ele, que Cidade seria mesmo Património Mundial.

Mas, foi!!

À demissão, Veiga reagiu:

- Carlos, logo agora!!??

- Sim, Sr. Ministro!! Meu tempo acabou. Cumpri o que havia prometido a mim mesmo e a todos. E...a minha decisão é irreversível!!

Então, se é assim...propõe-me alguém para te substituir.

Cumpri meu último dever, minha última instrução do Ministro.

Um dia vos apresentarei a minha Carta ao Ministro Veiga, com os motivos do pedido de demissão.

Já se passaram 16 longos anos!!

Entretanto, apareceram alguns novos “Heróis-da-Cidade”, heróis que, até hoje, não conseguem apresentar um dado sobre sua real ligação com a Cidade, uma obra que seja que tenha feito ou escrito sobre a Cidade-PM.

16 anos depois

16 anos depois, quem entende do assunto se for ver a Cidade de 2009 e a de 2025, literalmente porá a mão na cabeça!!

Um sobrevoo sobre a cidade verá como ela mudou.

Sim, mudou!!

A Cidade mudou e muito!!

Se o quadro urbanístico, em 2009, apresentava várias malezas, malezas que não impediram sua ascensão a PM,

Em 2025, o cenário se apresenta catastrófico.

É só ir à Cidade ver.

Começa di-ribo-pa-baxu!!

Entrada da cidade

Chega-se a Cidade-Património Mundial sem se saber que estamos chegando à uma Cidade-PM.

Nem uma placa sinalizando que é:

BENVINDO A CIDADE-PM

Fortaleza

Na Fortaleza, quase nada mudou...se...não piorou!!

Um bruta de passado...sem necessidade...esconde parte da estrutura que todo o mundo, entrando na Fortaleza, gostaria-teria de ver.

Nem uma sinalética...pá sinala caserna e outros, no seu interior.

Cinzentismo

De riba-do-forti olhando pá baxu, não havendo vegetação que poderia

camuflar um pouco a situação, o cinzentismo do betão impera. Nenhuma política intensa para acabar com ela, julgo, foi ou está sendo programado.

Pelo caminho descendo, um Bairro que quase não existia em 2009, Sto. António-Sucupira...tubupu di cazas-nobu...tudu dizorganizadu!! Quase um labirinto!!

Na direita...dixindu...rotxa tudu cobadu...pa meti beton!!

Sé Catedral

Sé Catedral...nen um sinal pa mostra má é Sé Catedral. De novo, tudu bandonadu.

Di un bunitu projecto di Siza Vieira...nen sinal!!

Un marginal...iniciado...paradu na tenpu!!

Junto ao Gabinete, criado pá toma conta di Cidade...ribera-baxu...uma catástrofe!!

CENTRO CIDADE

Centro Cidade...entupido de bendedoris!!

Vende-se de tudo...menos o que é nacional.

Agora, até já se “organizou” uma feira-agrícola!!

Nada contra kenha k ai ta busca bida...mais, quand-meme!!

De uma vendedeira, em 2019, intupido di bendedoris!!

Carros parado “baradjadamente”...com uma “rubera” que bem podia ser um excelente Parque de Estacionamento.

Nem a placa que bonitamente registava o facto de Cidade ostentar o famoso label de PM se vê.

Ninguém, ao menos, pega na placa pá sucundi...pá cá odjadu!!

Novas construções...pá tudu lado!! Até colados com a Câmara.

Sem critérios na construção!!

Uma ponte...boa ideia...má que só bem bom txuba...dal na txon!!!

Estes são só alguns exemplos...para não ser fastidiosos!!

Se alguém tem dúvida do aqui escrito...pa parsi...pa nu pusta...e vamos constatar no terreno.

Porém

Porém, nem tudo é mau.

Misericórdia

As recentíssimas escavações na Misericórdia trouxeram uma grande mais-valia para a Cidade. Tanto do ponto de vista histórico-patrimonial, como do turismo. Sendo bem “explorado”, ajuda a diminuir o impacto do caos urbanístico que é, hoje, a Cidade. Mas, é preciso ciência para o fazer.

Turismo

O label PM trouxe a dimensão turística que a Cidade não tinha. Era previsível!!

É, hoje, reconhecidamente aceite por todos que há um boom turístico no nosso PM!!

Basta ir aos sábados, domingos e ou feriados, para constatar o fluxo de “gent-d-tud-mund” que passa pela Cidade. Os restaurantes, regra geral com mau serviço, senpre tubupu!!

Como não há bela, sem senão!!

A Cidade quase não tem musica-nacional!! Na nenhum lado!!

So cotxi-po!!

E...os guias são um Deus-nos-acuada!!

Não se sabe quem os forma.

Ouve-se cada “estória”!!!

E...Paz

A paz ainda reina na Cidade. Passeia-se quase sem ninguém ser incomodado.

Isto é uma grande mais-valia.

Conclusão

Não sendo pessimista de todo, é preciso visão para a Cidade.

É preciso...antes...conhecer bem a Cidade.

Conhecer suas potencialidades...suas virtudes...mas também suas malezas...

É preciso...amar a Cidade.

É preciso...nina-la

É preciso...tecnicidade...em tudo

É preciso...sobretudo...saber-se que não se está perante uma Cidade qualquer

É preciso... saber-se que se está lidando com um Sítio Património-Mundial

E...é preciso...muita ciência...na sua gestão.

Sem ofensa!!

29/06/2025



A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde

A SUA MULTI-PLATAFORMA DE CONFIANÇA!

Telefone: (+238) 260 26 90/91/93
Email: comercial.grupoalfacv@gmail.com
Site: www.anacao.cv

   
anacaocaboverde



Jorge Eurico*

Coerência à Portuguesa

A proposta de Lei dos Estrangeiros aprovada pela maioria absoluta do Governo português é uma afronta constitucional. Fere um dos pilares mais humanos da democracia: O Direito à Família. Uma deriva autoritária camuflada de tecnocracia. Marcelo Rebelo de Sousa decidiu enviar a lei para o Tribunal Constitucional. Fez bem. Muito bem mesmo. A Constituição não é papel decorativo. O controlo político da imigração não pode justificar o abandono da le-

galidade. Muito menos a erosão dos princípios que sustentam uma sociedade decente.

Portugal, historicamente, enviou milhões de emigrantes para França, Luxemburgo, Angola, Canadá ou Brasil. Sabe o que custa ser estrangeiro longe de casa. Sabe o que significa viver com saudade e sem garantias. Sabe o que é tentar manter laços familiares à distância. Enfrentar políticas hostis e a indiferença burocrática.

Por isso, choca ver um Governo eleito, no século XXI, legislar como se o Estado de Direito fosse um empecilho e não uma conquista. O endurecimento das leis migratórias, sobretudo quando afecta o reagrupamento familiar e coloca em risco

crianças e famílias já integradas, é desumano e contraproducente. Fomenta a exclusão. Estimula o preconceito. Abre caminho para a normalização da xenofobia institucional.

Várias organizações da sociedade civil portuguesa alertaram para o carácter punitivo e discriminatório da nova proposta. Mas a maioria parlamentar está convencida de que vale tudo em nome da narrativa securitária e do controlo demográfico. É curto o caminho entre o endurecimento burocrático e a perseguição velada. A lei, tal como foi apresentada, não só limita direitos, como instala um clima de suspeita sobre todos os estrangeiros. O imigrante deixa de ser visto como pessoa. Passa a

ser um caso. Um número. Um risco. Uma “excepção” a vigiar.

Portugal não pode ter duas caras: Uma que exige reconhecimento e direitos para os seus filhos emigrantes espalhados pelo mundo, e outra que nega os mesmos direitos a quem busca dignidade e trabalho em Portugal. A coerência de um país mede-se pela forma como trata os seus, mas também pelos valores que oferece aos outros. E o valor supremo, em qualquer sociedade decente, é o da humanidade partilhada. Sem ela, apenas resta o medo. E, na política como na vida, governar pelo medo é o princípio do fim.

Post Scriptum — “Tarzan boys” (ainda não) bem identificados agrediram brutal e selvaticamente o de-

legado da RTP-África na Guiné-Bissau, o jornalista Valdir Araújo. O episódio ocorreu na noite de 26 de Julho do ano em curso. Aqui deixo lavrado e plantado o meu mais firme repúdio à agressão covarde de que foi vítima o jornalista Valdir Araújo. Quem agride um jornalista é inimigo da Paz, da Liberdade e da Democracia. Aos “Tarzan boys” desta vida que se julgam acima da Lei e da Constituição, deixo um aviso simples: Cuidem-se! Os meus dedos jamais me doerão para (des)escrever as vossas façanhas e patranhas, quando a verdade vos apanhar à esquina da impunidade. Disso tenham a mais absoluta certeza.

*Jornalista radicado no Canadá



João José Timas dos Santos

E aí: Cabo Verde comemora 50 anos de independência

nossa garganta. O governo colonial fez coisas terríveis com vários povos e até com o seu antes do 25 de abril e mesmo assim ainda existem alguns portugueses saudosistas daquele tempo.

A minha geração foi uma das últimas remessas de imigrantes para o Brasil antes da independência, cada um com a sua história. Cheguei com meu irmão por aqui em dezembro de 1972, com dezesseis e catorze anos respectivamente e quem vinha para cá na maioria dos casos era por conta de uma reunificação familiar, como foi o nosso caso, que nem conhecíamos os nossos pais. Não existia internet naquela época e a comunicação era feita através de cartas enviadas pelo correio, que demoravam uma eternidade para chegar, isso quando não eram extraviadas pelo caminho, principalmente se continham uma nota dentro.

Após os festejos da independência voltamos para o nosso mundo real, o dia a dia de um imigrante e encarar da melhor maneira possível todas as dificuldades que um imigrante enfrenta, tais como as de adaptação à nova cultura local, trabalhar, estudar tentar digerir da melhor maneira a saudade dos nossos parentes e amigos que fi-

caram para trás, para além de alguns preconceitos, muitas vezes tendo que pedir aos outros que retirassem a sua alegria da nossa frente para que pudéssemos passar com a nossa dor, parafraseando Nelson Cavaquinho que tocava viola.

No fim da década de 1970 lançamos um movimento denominado Não/Senhor cujo nome era uma referência ao nosso passado colonial quando éramos obrigados a baixar sempre a cabeça e dizer sim senhor. Foi um movimento cultural e político com o objetivo de divulgar o nosso país, mesmo sem apoio das autoridades caboverdeanas. A nossa comunidade no Rio nos ajudava muito e fomos apadrinhados por alguns amigos que auxiliavam na edição e impressão de um jornal periódico.

Com o passar do tempo começamos a ter problemas relacionados com a nossa documentação, principalmente para quem precisava viajar para o exterior de férias ou a trabalho. Se antes éramos atendidos pelo Consulado de Portugal, repentinamente fomos informados que após a independência teríamos que procurar por nossa embaixada ou consulado para tratar

dos nossos assuntos. Havia um consul honorário que não tinha meios e poderes para resolver os nossos problemas, foram tempos muito difíceis. Houve casos de pessoas que precisaram viajar a trabalho e foram aconselhados a procurar a Polícia Federal, solicitar um salvo conduto que servia somente para a viagem de ida.

O orgulho de ser caboverdeano começa quando nascemos e hoje temos muito que comemorar quando olhamos no retrovisor e vemos o quanto evoluímos, as mazelas que foram deixadas para trás, no entanto, para nós que somos imigrantes, principalmente para quem vive no Brasil sinto a falta de uma via de mão dupla em termos de comunicação do governo para conosco. As interações acontecem nas épocas pré-eleitorais ou em situações onde o diálogo não acontece, pois às vezes os convites não são para todos e dá impressão que existem cotas para certos encontros com as nossas autoridades que fazem uma longa e custosa viagem até ao Brasil e falham ao não fazer um convite irrestrito e democrático para nos encontrar e dialogar.

Hoje quando olhamos para a nossa história ao longo desses 50 anos

como país independente temos muito para comemorar. O país desenvolveu, somos muito respeitados pelo mundo afora, mas não podemos deixar de falar da nossa embaixada, consulado e dos serviços que prestam, quando entre outros problemas existem muitos idosos na nossa comunidade sem documentos válidos, quando a independência foi feita para que não haja excluídos e nem cidadãos de segunda classe. Quando enterramos os nossos mais velhos por aqui eles levam junto o sonho e a mágoa de um não retorno à sua terra, a não ser em pensamento, ou quem sabe, em espírito,

Com todo o respeito, não dá para fazer uma boa avaliação de um embaixador ausente ou de um consul que nunca possuiu instalações para nos receber. Sugiro a quem nomeou esses senhores que os avalie melhor, tanto o desempenho deles bem como dos meios de trabalho que lhes oferece. Outro que tem que ser melhor avaliado mas desta vez por nós na hora de votar é o nosso deputado, que aparece a cada quatro anos e depois desaparece, não presta contas e depois retorna, na maior cara de pau pedindo votos novamente

Estava passando pela rua da saudade e de repente reparei que estava em frente ao número 1975, parei e com muita nostalgia pensei, caramba hoje é 5 de julho de 2025, aniversário da independência de Cabo Verde, já se foram 50 anos e parece que foi ontem, como o tempo voa. Passei a mão na cabeça e dei conta que tenho menos cabelo.

Em 1975, ainda muito jovens juntamente com os nossos velhos, pais, tios avós e amigos caboverdeanos e brasileiros festejamos com muita emoção a realização de um sonho, a nossa nação finalmente conquistou a sua liberdade, deixando para a história séculos de humilhação, injustiças e miséria. Embalados pelas nossas músicas e alimentados pela nossa cultura finalmente pudemos extravasar tudo que estava represado há séculos, como quando se abre uma garrafa de champanhe, retiramos a rolha que o colono havia colocado à força na

Prato cheio

Bolinho de Banana

Ingredientes

- 2 bananas maduras amassadas;
- 1 ovo;
- 1/2 xícara de açúcar;
- 1/2 xícara de leite;
- 1 e 1/2 xícara de farinha de trigo;
- 1 colher (chá) de fermento em pó;
- 1 pitada de sal;
- 1 colher (chá) de canela em pó (opcional);
- Óleo para fritar;
- Açúcar e canela para polvilhar.

Modo de preparo

- 1- Em uma tigela, misture as bananas amassadas, o ovo, o açúcar e o leite.
 - 2- Acrescente a farinha de trigo, o fermento, o sal e a canela, misturando bem até formar uma massa homogênea.
 - 3- Aqueça o óleo em fogo médio, com ajuda de uma colher, despeje pequenas porções da massa para fritar.
 - 4- Frite até os bolinhos ficarem dourados e crocantes por fora. Retire e escorra o excesso de óleo em papel-toalha.
 - 5- Passe os bolinhos na mistura de açúcar e canela.
- Obs: versão mais leve, asse no forno a 180°C por 20 minutos.



Caça-palavras

I	M	A	T	T	C	O	A	A	S	F	G
P	W	M	M	I	A	G	T	A	S	G	V
S	F	L	Ú	T	O	S	U	F	N	O	C
A	L	M	M	C	O	R	A	G	E	M	F
N	E	S	P	E	R	A	N	Ç	A	Y	R
S	N	T	A	Z	E	T	S	I	R	T	A
I	P	W	M	E	E	L	E	Ó	O	S	C
E	I	S	O	W	E	U	H	D	D	O	D
D	C	N	R	L	A	L	E	G	R	I	A
A	N	D	V	H	O	M	N	E	H	I	O
D	R	S	D	O	E	H	O	Y	O	R	T
E	B	D	W	S	B	M	M	E	S	H	E

Encontre emoções:

- SOLUÇÕES:
- CONFUSO
 - CORAGEM
 - CIUMES
 - AMOR
 - ESPERANÇA
 - ÓDIO
 - MEDO
 - ANSIEDADE
 - TRISTEZA
 - ALEGRIA

Encontre diferenças



Talento

Hedevindo Silva, de 25 anos, natural de São Vicente, conhecido pelo nome artístico Mufaça, é músico e produtor versátil, que navega por diversos estilos musicais e vem se destacando no cenário musical por seu talento multifacetado.

Conforme contou ao A NAÇÃO, o amor pela música surgiu ainda na infância, no Monte Sossego, seu bairro, mas foi em 2014 que começou a levar a paixão mais a sério. Movido pelo sonho de se tornar "MC", enfrentou dificuldades típicas de quem inicia com poucos recursos e sem acesso a instrumentos. Mesmo assim, a força de vontade falou mais alto. "Quando o sonho é maior, a luta persiste", afirma o artista.

Com apenas 14 anos, o nosso talento desta semana começou a fazer gravações simples com colegas, dando os

primeiros passos rumo ao profissionalismo. Com o tempo, foi se adaptando, estudando e se aprofundando no universo da música. Hoje, Mufaça é dono do "Estúdio Home", onde produz suas próprias faixas e também edita trabalhos de outros artistas.

"Todo artista deveria ter uma noção básica de produção para saber direcionar melhor sua arte. Foi com esse pensamento que abri meu estúdio, quando decidi levar minha carreira mais a sério", destaca.

Além da música, Mufaça actua como produtor audiovisual e o seu maior desejo é viver exclusivamente da música e tocar corações com suas letras carregadas de sentimentos e mensagens positivas.

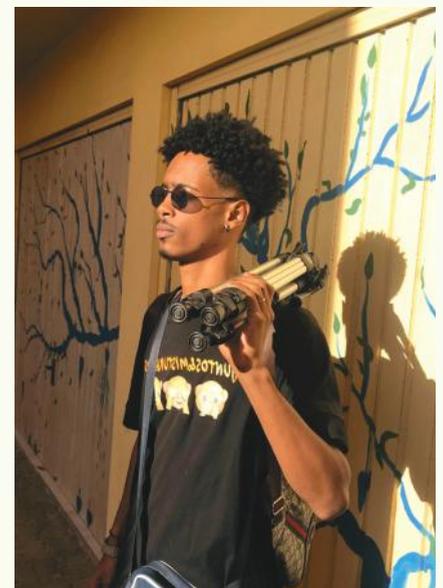
Entre seus lançamentos mais recentes está o single "4NEVER", em parceria

com a artista Duda Teixeira. A música aborda temas profundos como superação, dependência emocional e decepção amorosa reflexões sobre experiências que, segundo ele, "jamais deixaremos acontecer novamente em nossas vidas".

Outra composição marcante é a faixa "Jinchuuriki", onde Mufaça explora seus pensamentos mais íntimos, sonhos, distrações e os defeitos que reconhece em si mesmo.

Mufaça segue trilhando seu caminho com originalidade e propósito, com o sonho de firmar o seu nome como uma das promessas musicais de Cabo Verde.

Cláudia Cruz-Estagiária



“Catarse” em exposição no Mindelo

A exposição “Catarse”, em homenagem ao magrorado artista plástico Alex “Xand” da Silva, acontece hoje, 31, no Mindelo, em São Vicente. A exposição marca igualmente a reabertura do espaço Zero Point Art Gallery, criado por Xand.

A Nação

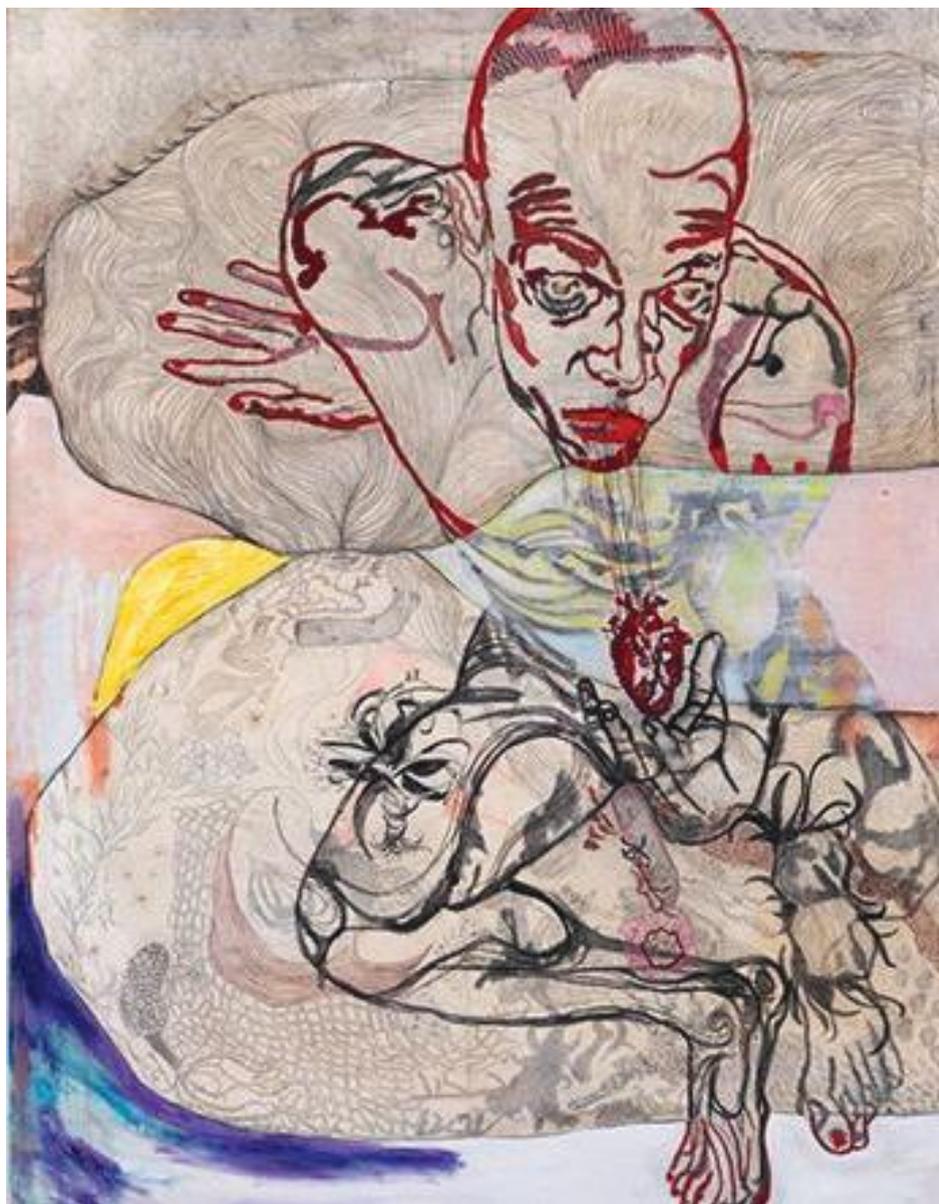
A mostra tem curadoria do Bli Coletivo (composto por Ângelo Lopes, Irlando Ferreira, Rita Rainho e Vanessa Monteiro) e celebra o “legado artístico e social de Alex da Silva”, fundador da galeria, cuja obra e pensamento continuam “a ressoar fortemente na cena cultural contemporânea de Cabo Verde”.

“Catarse” 2025 é uma re-visitação crítica à exposição “Morabeza is a Joke” (2017) e propõe, conforme Bli Coletivo, um debate sobre a ideia de “morabeza”, questionando as camadas simbólicas e contraditórias da hospitalidade cabo-verdiana.

A reabertura do espaço marca o início da programação ‘Morabeza is a Joke’, temporada Julho 2025 - Janeiro 2026, da Zero Point Art Gallery, que incluirá, ao longo dos próximos meses, rodas de conversa, concertos e sessões de cinema, entre outras actividades.

A iniciativa é promovida pela família de Alex da Silva em parceria com o Bli Coletivo, reafirmando o papel da galeria como espaço de criação, reflexão e encontro no coração de São Vicente.

Xand faleceu a 31 de Dezembro de 2019 após sentir-se mal num jogo de basquetebol com alguns amigos.



Acontece

- ▶ - Concerto “Banda Monte Cara e Mário Marta”, no B.Leza, em Lisboa, Portugal, sexta-feira, dia 01 de Agosto às 22h30



- ▶ - Show “Atlântico Sonoro” de Ineida Moniz, na Kebra Kanele, Cidade da Praia, sexta-feira, dia 01 de Agosto, às 21h

- ▶ - Abraço Musical com Gai Dias e Banda, na Marina Mindelo Club, em São Vicente, sábado, dia 01 de agosto, às 19h30



- ▶ - Concerto “Jazz Verde” – Karamo, no Centro Cultural do Mindelo, em São Vicente, sábado, dia 02 de Agosto, às 21h

- ▶ - Sigui Sabura apresenta “Escape”, em Praia Baixo, São Domingos, sábado, dia 02 de Agosto, às 16h



- ▶ - 3ª edição TarraVibes, em Tarrafal de Santiago, sábado e domingo, dias 02 e 03 de agosto, na praia de Tarrafal



Aconteceu...



- ▶ - Coro e a Orquestra Gulbenkian com Mário Lúcio, dias 25 e 26 de julho na Assembleia Nacional, na Cidade da Praia

Classificados



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO SAL

Juízo Cível

ANÚNCIO

Autos: Ação Executiva Comum, registado sob o n.º 63/23-24.-

Exequente: Turim Sociedade Turística e Imobiliária, s.a. -

Executado(s): José da Rocha Silva e **Herdeiros desconhecidos de Carla Maria Estrela Almeida dos Reis**, NIF 135348234, com última residência em Murdeira/Sal.

-X-

FAZ-SE saber que, nos autos e Tribunal acima indicados, é/são o(a/s) executado(a/s) citado(a/s), para no prazo de **dez dias**, que se contará finda a dilação de **trinta dias**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, contestar(em) a liquidação, deduzir(em) oposição à execução, pagar(em) ao exequente a quantia exequenda de 1.242.503\$00 (um milhão, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e três escudos), acrescidos dos juros que se vencerem até integral pagamento, ou nomear(em) bens à penhora nos aludidos autos, sob pena de se ser devolvido a(o) exequente o direito de nomear bem à penhora.

Mais ainda se declara o(a/s) executado(a/s), que caso deduzir(em) oposição, é obrigatório constituir advogado; que devera(o) pagar o preparo inicial dentro do prazo de cinco dias, após a entrega neste Cartório da oposição dedu-

zida e, não o fazendo, será(o) notificado(s) para pagar(em) o preparo a que faltar(am) acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta deste pagamento implica imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva, que goza(m) da faculdade de requerer(em) ao Tribunal o benefício de assistência judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá(o) também fazê-lo em relação à OACV (Ordem de Advogados de Cabo Verde), na Cidade da Praia ou a sua Delegação em Mindelo, solicitando a designação de um patrono, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica e que o duplicado da petição inicial encontra-se neste Cartório para lhe ser entregue logo que solicitado.

Cidade dos Espargos, 18 de Junho de 2025. -

O Juiz de Direito,
/Carlos Patrício T. Andrade/
O Escrivão de Direito,
/Hermínio Barros/

Alto Igreja /Espargos, CP 125 - Telf. n.º 5162321-email: juizociveltribunal-sal@gmail.com



REPÚBLICA DE CABO VERDE TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO TARRAFAL JUÍZO CÍVEL

ANUNCIO Nº 109/2025 1ª e 2ª PUBLICAÇÃO

Dr. **Nilton José de Pina**, Juiz de Direito do Juízo Cível do Tribunal Judicial Da Comarca Do Tarrafal;

Faz saber que pelo cartório do Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal, correm termos os autos de **Ação Executiva (Para Pagamento de Quantia Certa) nº 122/2013**, em que é Exequente **Isidoro Lopes da Costa**, residente em Curral Velho, Tarrafal, correm éditos de 30 (trinta) dias, depois de segunda e última publicação do anúncio, citando os **Credores Desconhecidos do Executado, Daniel Fonseca Tavares**, residente em Colhe Bicho, Tarrafal, Cabo Verde, para no prazo de **10 (dez) dias**, posterior aos dos éditos, **reclamarem o pagamento** dos seus créditos, que gozem de garantia real, respeitante ao seguinte imóvel:

VERBA ÚNICA

“Prédio Urbano, R/chão situado em Colhe Bicho, Tarrafal, construído

de pedra e blocos assentes em argamassa coberto de betão armado, com a seguinte estrutura: uma sala comum, sala jantar, três quartos de dormir, cozinha, casa banho e quintal, com área de 118,94 m2, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo Amaro Abade sob nº 2650/0 descrito na Conservatória do Registo e Cartório Tarrafal Santiago sob nº 30561/20171128, confrontando do Norte com lote nº 1036, Sul lote nº 1038, Este lote nº 1037 A e Oeste com rua”.

Para constar se lavrou o presente anúncio que será entregue ao autor para efeito da 1ª e 2ª publicação.

Cartório do Tribunal Judicial da Comarca de Tarrafal, trinta de junho dois mil e vinte e cinco.

O Juiz de Direito,
/Nilton José de Pina/

A Ajudante de Escrivão,
/Maria Lopes/



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE BARLAVENTO

ANÚNCIO JUDICIAL

Autos de Ação Especial (revisão e confirmação de sentença estrangeira), registados sob o nr. 91/2024-2025.

Requerente: **PEDRO DELGADO PÁSCOA**, divorciado, natural do Porto Novo Santo Antão, residente em Luxemburgo.

Requerida: **ROSÁLIA DO NASCIMENTO FONSECA FORTES**, divorciada, natural da Ilha de Santo Antão, residente em parte incerta de Luxemburgo.

-0-

FAZ SABER que nos autos acima referidos, é **citado** a Requerida acima identificada para, no prazo de **DEZ DIAS**, e finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação do presente anúncio, deduzir oposição ao pedido formulado pelo Requerente nos referidos autos, que consiste no seguinte:

Que seja revista e confirmada a sentença proferida pelo Tribunal de Luxemburgo, em 18 de outubro de 2024, que decretou o divórcio entre o Requerente e a Requerida, com todas as consequências legais, designadamente as de o divórcio produzir todos os seus efeitos legais em Cabo Verde.

FAZ AINDA SABER que: a falta de

oposição não importa a confissão dos factos articulados pelo Requerente, que caso deduzir oposição, deverá oferecer logo os meios de prova; que é obrigatória a constituição de advogado; que deverá efetuar, no prazo de cinco dias, a contar da apresentação da oposição, o pagamento do preparo inicial no valor de 13.000\$00 e, não o fazendo dentro desse prazo, será notificada para o fazer acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, podendo solicitar o DUC na Secretaria deste Tribunal, para pagamento da referida quantia, se o fizer, tem o prazo de dois dias para entregar ou remeter a este Tribunal documento comprovativo do pagamento efetuado; e ainda que goza da faculdade de requerer à O.A.C.V. o benefício de assistência judiciária.

Mindelo, 14 de julho de 2025
A Juíza Desembargadora,
/Hilma/
/Dr.ª Januária Tavares S. Moreira Costa/
A Escrivã de Direito,
/Adelina Gomes Bulu/

Avenida Alberto Leite, CP n.º003- telefone e Fax 2314064 -



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA 1º JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES

ANÚNCIO 2ª Publicação

Faz saber que pelo 1º Juízo de Família e Menores, nos autos de Ação Especial (Reconhecimento Judicial de União de Facto), registado sob o nº 59/2025, que a autora **Luiza Indira Sanches Tavares** move contra Réus **HERDEIROS INCERTOS DO FALECIDO ADILSON CARLOS LOPES LANDIM**, são estes citados, para no prazo de **VINTE DIAS**, que começa a correr depois de finda dilação fixada em **TRINTA DIAS**, após a segunda e última publicação deste anúncio, contestar a supracitada Ação advertindo-lhe de que a não contestação não implica confissão dos factos, cujo pedido consiste em ser julgada procedente e provada a ação e em consequência: Seja reconhecida a união de facto que existiu entre a requerente e o de cujus Adilson Carlos Lopes Landim, falecido no dia 13 de dezembro de 2024, e seus fundamentos constam do duplicado da Petição Inicial se encontram na secretaria deste Juízo para lhe ser entregue.

Fica informado, que é obrigatório a constituição de advogado e que após a apresentação da contestação, deverá no prazo de **CINCO DIAS**, efetuar o preparo

inicial, sob pena da cobrança deste acrescido da taxa de justiça de igual ao dobro ou de ser instaurada a execução especial para a cobrança coerciva, nos termos do art. 66º do C. Custas Judiciais.

Ainda fica informado que, preenchidos os requisitos legais, poderá gozar do benefício de assistência judiciária na modalidade de dispensa total ou parcial de preparos e do pagamento de custas ou o seu diferimento ou pagamento a prestações, devendo o pedido ser formulado em requerimento autónomo dirigido ao juiz do tribunal onde corre ou vai correr o processo.

E que o mesmo goza da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, como sede na Cidade da Praia, ou à sua Delegação, o benefício de assistência judiciária no prazo máximo de **Dois Dias**, a contar da data da citação, apresentado desde logo os elementos de insuficiência económica.

1º Juízo de Família e Menores na Praia, em 27 de junho do ano de 2025.
Juiz de Direito,
/Claudio António Silva Lopes/
A Ajudante de Escrivão Direito,
/Sónia Sanches Vazquez/



TENDER NOTICE – REVISION
INTERNATIONAL RESTRICTED TENDER BY PRE-QUALIFICATION
Nº 28/2025_IMS_MS_STS/ CILPQ
DIAGNOSIS CENTER AND PUBLIC HEALTH LABORATORY
PRAIA, SANTIAGO - CABO VERDE

1. Contracting authority

Infraestruturas de Cabo Verde, SA (ICV, SA).

2. Entity responsible for conducting the procedure

Projects and Tenders Department (DPC) of Infraestruturas de Cabo Verde (ICV, SA).

3. Financing body

The costs of signing the contract will be financed by the **Government of Cabo Verde** and the **Kuwait Fund for Arab Economic Development**.

4. Object of the Tender

Design of the Diagnosis Center and Public Health Laboratory, Praia, Santiago.

5. Project preparation deadline

The deadline for drawing up the execution project will be **5 (five) months** from the date the contract is signed.

6. Base price

The proposed price for project fees may not exceed the base price of **180,000.00 USD (One hundred eighty thousand US dollars)**.

7. Obtaining and cost of bidding documents

The tender documents, in Portuguese, will be available at the following email addresses: concursos@infraestruturas.cv between 08:30 and 16:30, upon payment of the non-refundable amount of **50,000.00 CVE (Fifty thousand Cabo Verdean escudos) plus VAT at the legal rate in force**, by means of a deposit in the current account to be indicated by the accounting services. To submit their bids, each bidder must purchase the dossier, otherwise they will not be admitted.

8. Admission requirements

National companies that are not in any of the situations referred to in Article 70 of the Public Procurement Code and that have the professional qualifications required to perform the contract's services may be admitted.

It is compulsory for **Kuwaiti companies** to form a **group with Cabo Verdean companies**. No company may participate on its own.

A company will only be considered Kuwaiti or Cabo Verdean if at least half of its shareholding or ownership structure is made up of citizens of the respective country.

9. Language

The documents that make up the bid, the proposal and the accompanying documents **must be written in English**.

10. Deadline for submitting Bids

Bids must be sent by **23:59:59 on September 9, 2025**, to concursos@infraestruturas.cv in accordance with the Procedure documents.

11. Online Public Opening of Bids (OPA)

The Online Public Act to open applications will take place in a public session, **at 10:00 a.m. on September 10, 2025**, in accordance with the Online Public Act Procedure (OPA).

12. Call for Technical and Financial Proposals

With the qualification decision, the entity responsible for conducting the procedure simultaneously sends the qualified bidders an invitation to submit tenders.

13. Deadline for maintaining tenders

Bidders are obliged to maintain their bids for a period of **90 (ninety) days** from the expiry date set for the submission of bids.

14. Award criteria

The award criterion is that of the **most economically advantageous tender**.

15. Law applicable to the procedure

Public Procurement Code (CCP), approved by Law no. 88/VIII/2015 of April 14, and the Legal Framework for Administrative Contracts (RJCA), approved by Decree-Law no. 50/2015 of September 23.

Praia, July 30, 2025



Anúncio de Concurso

O Banco Comercial do Atlântico, face à necessidade de criar um novo posto de trabalho na Direção do Património e Negócio Imobiliário (DPS), pretende recrutar um **Engenheiro Civil para o Gabinete de Negócio Imobiliário**, com elevada orientação para objetivos e resultados, com sentido de responsabilidade, forte senso de ética profissional e espírito de missão, com capacidade apurada de autodesenvolvimento, excelente capacidade de adaptação, versatilidade e polivalência, com iniciativa e apetência para o trabalho em equipa, capacidade de planeamento e organização, e disponibilidade imediata.

Oferece-se uma excelente oportunidade de crescimento profissional, num ambiente dinâmico e inovador, com uma equipa que valoriza o talento, o desenvolvimento sustentável e relações de confiança com todos os seus parceiros.

Formação Académica:

- Licenciatura em Engenharia Civil;
- Pós-graduação ou Mestrado é fator preferencial;
- Inscrição na AGMVM é fator diferencial.

Experiência para função

A experiência profissional mínima de 1 ano.

Competências e Conhecimentos:

- Conhecimento do Mercado Imobiliário;
- Competências em Avaliação de Imóveis;
- Competências em Gestão do Património;
- Domínio da língua Portuguesa e Inglesa;
- Domínio de ferramentas informáticas;
- Domínio de Autocad, visio e outras ferramentas de desenho;
- Domínio das Ferramentas Office: Word, Power Point e Excel (avançado);
- Domínio da Ferramenta Power BI;

Envie a sua candidatura até **15 de agosto de 2025** para o email bcarh@bca.cv, com o assunto: “**Concurso Engenheiro Civil**”.

Anexe os seguintes documentos:

- Carta de motivação;
- Curriculum Vitae atualizado;
- Cópia do documento de identificação;
- Certificado de habilitações (com histórico e média final);
- Certificado de equivalência (se aplicável);
- Comprovativos de todas as formações e experiências indicadas no CV (apenas serão consideradas as que tiverem comprovativo).

Nota: O BCA reserva-se o direito de não selecionar nenhum candidato, caso não sejam cumpridos os requisitos exigidos.

BCA – Nós Banco na Nós Tera

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A. Sede Cidade da Praia, Concelho da Praia, Freguesia de Nossa Sra. Da Graça, Plateau, Av. Amílcar Cabral, C.P. 474 NIF 200151606, Conservatória do Registo Comercial da Praia n.º 294



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA 1.º JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES ANÚNCIO

Faz saber que pelo 1.º Juízo de Família e Menores, nos Autos de Ação de Divórcio Litigioso, registado sob o nº **89/2024**, que o autor, **Carlos Alberto Tavares Carvalho** Baessa, casado, natural de Cabo Verde, filho de José Jorge Tavares Baessa e de Regina Landim Tavares Carvalho, move contra a ré **Eloisa Helena de Pina Marques de Oliveira**, maior, casada, natural de Nossa senhora da Graça Praia, filha de Pedro Marques de Oliveira e de Matilde de Pina, com última residência conhecida Clifford Avenue Estados Unidos da América, atualmente ausente em parte incerta, é esta ré citada, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda dilação fixada em **TRINTA DIAS**, a partir da primeira e segunda publicação deste anúncio, contestar a supracitada Ação, advertindo-lhe que, a não contestação não implica confissão dos factos cujo pedido consiste no decretamento do divórcio entre a autora e o réu, com o fundamento nos factos que constituam violações essenciais dos deveres conjugais.

Mais faz saber à citada, que é obrigatória a constituição de advogado caso decida contestar e, que após a apresentação da contestação, deverá no prazo de **CINCO DIAS**, efetuar o preparo inicial,

sob pena da cobrança deste acrescido da taxa de justiça de igual ao dobro ou de ser instaurada a execução especial para a cobrança coerciva, nos termos do art.º 66º do C. Custas Judiciais.

Ainda fica informada que, preenchidos os requisitos legais, poderá gozar do benefício de assistência judiciária na modalidade de dispensa total ou parcial de preparos e do pagamento de custas ou o seu diferimento ou pagamento em prestações, devendo o pedido ser formulado em requerimento autónomo dirigido ao juiz do tribunal onde corre ou vai correr o processo e que a mesma goza da facultade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, telefone nº 261 97 65, email ordemadvogados@cvtelecom.cv, com sede na Cidade da Praia ou à sua Delegação, o benefício de assistência judiciária no prazo máximo de **Dois Dias**, a contar da data da apresentado desde logo os elementos de insuficiência económica.

1.º Juízo de Família e Menores na Praia, aos 11 de julho do ano de 2025.

1.º Juízo de Família e Menores na Praia, aos 11 de julho do ano de 2025.
Juiz de Direito,
Cláudia Ariana Silva Lopes/
Ernesto Veiga/

Campos de Justiça Palmarejo tel. Nº 5162338 CP 250 e 99



REPÚBLICA DE CABO VERDE TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO ANÚNCIO

1.ª Publicação.

Ação Especial de Revisão e Confirmação da Sentença Estrangeira n.º 96/2025.

Requerente: Manuel Filipe de Pina.

Requerida: Laurinda Barbosa de Pina, maior, filha de António de Pina e de Leopoldina Barbosa de Pina, natural de Nossa Senhora da Conceição - Ilha do Fogo/Cabo Verde, residente em parte incerta dos Estados Unidos da América.

A Dr. Samyra Oliveira Gomes dos Anjos, Juiz Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento.

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicados, **correm éditos** contados da segunda e última publicação do anúncio, citando a requerida, **Laurinda Barbosa de Pina**, maior, filha de António de Pina e de Leopoldina Barbosa de Pina, natural de Nossa Senhora da Conceição - Ilha do Fogo/Cabo Verde, residente em parte incerta dos Estados Unidos da América, para no prazo de **10 (dez) dias**, que começa a correr depois de finda a dilação de **45 (quarenta e cinco) dias**, querendo, deduzir oposição ao presente pedido de **Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira (divórcio decretado pelo Tribunal de Sucessões e de Família do Condado de Midlesex/EUA)**, pelos factos e fundamentos

constantes na Petição Inicial, depositada nesta Secretaria para levantamento nas horas normais do expediente.

Mais ainda, fica advertida a requerida de que é obrigatória a constituição de Advogado nesta ação, que no caso de se opor deverá pagar o preparo inicial, no prazo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **13.000\$00**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância (**26.000\$00**), nos termos da conjugação dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º do C CJ, com a advertência de que a falta deste pagamento (**39.000\$00**), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do C CJ, e que, querendo, poderá requerer o benefício da Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais dois de igual teor, que serão legalmente afixados.

Cidade de Assomada, aos 23 dias do mês de julho de 2025.

as do mês de,
A Juiz Desembargadora,
/Dr.ª Samyra Oliveira Gomes dos Anjos/
A Ajuizante de Escrivão,
/Josiene Cinja Barros Monteiro/

PALÁCIO DA JUSTIÇA – AVENIDA DA LIBERDADE/ASSOMADA TEL. N.º 3338914

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 - Iª Série, que no dia catorze do mês de julho do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e quatro, de folhas catorze a 15 verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes, que:

No dia vinte e cinco do mês de setembro do ano dois mil e doze, no Hospital Dr. Baptista de Sousa, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Bela Vista, faleceu **CANDIDO FRANCISCO PIRES**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de casado com Antónia Euzébia da Cruz Pires, sob o regime da comunhão geral de bens.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: **a) Virgínia da Natividade Cruz Pires**, pré-falecida; **b) Ovídio Amadeu da Cruz Pires**, solteiro, maior, residente em França; **c) Alcídia da Glória Cruz Pires**, solteira, maior, residente em França; **d) Nuno Amândio da Cruz Pires**, à data do óbito solteiro, sendo atualmente casado com Adelina Teixeira Vaz Pires, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Mindelo; **e) Hélio Veríssimo da Cruz Pires**, solteiro, maior, residente em Mindelo; **f) Elsa Maria da Cruz Pires**, casada com Analdo da Cruz Bettencourt, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em França; **g) Emília Helena da Cruz Pires**, casada com José Rui Sousa Martins, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em França; **h) Antónia Ermelinda da Cruz Pires**, casada com Benvindo Ramos, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em França; **i) Adalgisa Márcia da Cruz Pires da Graça**, à data do óbito solteira, sendo atualmente casada com Valdir José da Luz da Graça, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Praia - Santiago; **j) Maria Graciosa da Cruz Pires**, já falecida; todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente.

Entretanto, no dia quinze do mês de janeiro do ano dois mil e treze, no Hospital Dr. Baptista de Sousa, freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Bela Vista, faleceu **ANTÓNIA EUZÉBIA DA CRUZ**, natural que foi da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, no estado de viúva.

A falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: todos acima identificados das alíneas **a) à j)**.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos **de cujus**.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, trinta de julho de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

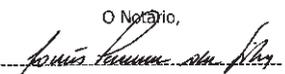
Selo do acto.....200\$00

Soma:..... 1.200\$00

Processo n.º 971355

Conta n.º 202512054

O Notário,


 /Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /
EXTRATO

CERTIFICO narrativamente para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, B.O. n.º 50- Iª Série, que foi outorgada no dia 11-07-2025, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas n.º 82, de folhas 16 a 16 verso, a escritura de Habilitação de Herdeiros, na qual foi declarado que no dia dezasseis do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, faleceu na sua residência em Berlim - Alemanha, **Franz Rainer Traub**, no estado de casado sob o regime Imperativo da Separação de Bens, filho de Franz Xavier Traub e de Margaretha Sabina Traub, natural que foi de Liechtenstein, com última residência em Berlin - Alemanha, tendo deixado como único herdeiro a viúva **Maria de Fátima Lopes Traub**, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, Ribeira Grande, residente

na localidade de Chã de Igreja.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer disposição de última vontade, tendo deixado como herdeira a acima mencionada.

Que, não há quem com a indicada herdeira possa concorrer a sucessão na herança do falecido.

Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º -A e do artigo 87.º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME-

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 02-07-2025.

Reg. sob o n.º 972877/2025

Está conforme
 Cartório Notarial da R. G.

 António Afonso Martins

Primeiro Cartório Notarial da Praia
Notária: Joselene Safira de Souto Andrade Gomes
EXTRATO

CERTIFICO narrativamente para efeitos da Primeira publicação, nos termos do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, que no dia 23.07.2025, a folhas 80 e 81 do livro de notas para escrituras diversas número 354 deste Cartório Notarial, a meu cargo, foi exarada uma **Escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de Gaudino José Tavares Cardoso**, nos termos seguintes:

1. Que no dia **um de agosto de dois mil e vinte e dois**, no Hospital Agostinho Neto, freguesia de Nossa Senhora da Graça, faleceu Gaudino José Tavares Cardoso, aos cinquenta e nove anos de idade, no estado civil de divorciado, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, filho de Marcelino Rodrigues Cardoso e Isabel Borges Tavares, que teve a sua última residência em Santa Catarina de Santiago.

2. Que o falecido não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros, os seus filhos:

a) **Gaudino José Tavares Cardoso Júnior**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Lizame Abikeila Gonçalves Cardoso Moreira, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho

da Praia, residente em Vila Nova, Praia;

b) **Gaucia Natália Silva Cardoso**, solteira, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, residente em Inglaterra.

3. Que não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou com eles possam concorrer a sucessão do falecido.

Os interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referencia, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei n.º 9/2010, de 29 de março.

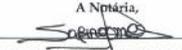
Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, em 23 de julho de 2025.

CONTA: 982981/2025

Artigo 20 ° 4.2..... 1000\$00

Selo do Acto.....200\$00

Total.....1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudo.

A Notária,

 /Joselene Safira de Souto Andrade Gomes/

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**Conservadora/Notária: Djamila Rocha Delgado**
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

CERTIFICO, para efeito de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, B.O. nº 50- 1ª Série, que no dia 29 de Julho de 2025, nesta Conservatória e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 12, a folhas 35 verso a 36 frente, uma escritura de **habilitação de herdeiros**, por óbito de **Daniele Fiorenzo Giovanni Noascone**, que também usava **Daniele Fiorenzo Noascone**, no qual foi declarado o seguinte:

Que no dia vinte e três do mês de Setembro do ano de dois mil e dezas- seis, na freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, onde teve a sua última residência habitual em Cidade das Pombas, faleceu o referido **Daniele Fiorenzo Giovanni Noascone**, que também usava **Daniele Fiorenzo Noascone**, natural que foi da Itália, no estado de casado sob o regime da comunhão de adquiridos e em segundas núpcias, com Maria do Céu Tavares Fortes Noascone.

Que, o falecido fez testamento público, lavrado no Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, no dia nove do mês de Junho do ano de dois mil e oito, no respetivo livro número 17, de folhas trinta e oito frente a trinta e nove frente, no qual instituiu como herdeira testamentária, a saber, a sua esposa **Maria do Céu Tavares Fortes Noascone**, acima identificada e ainda deixou como herdeira legitimária, a sua filha, a saber: **a) Marianna Noascone**, à data do óbito casada com Constantino Guidone, sob o regime da separação de bens, sendo atualmente casada com Giuseppe Raimondi, sob o regime da separação de bens, natural e residente em Itália.

Que, não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Daniele Fiorenzo Giovanni Noascone**, que também usava **Daniele Fiorenzo Noascone**.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, aos vinte e nove dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

CONTA:

Art.20.4.2.....1.000\$00

Imposto de Selo.....200\$00

Total1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos.

Processo nº **983083**.Conta registada sob o nº **202511066**.

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 223 16 83/VOIP (333) 2160, Email: Conservatoria.CartorioPaul@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**Conservadora/Notária - Djamila Rocha Delgado**
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

CERTIFICO, para efeitos de **primeira publicação** nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 29 de Julho de 2025, nesta Conservatória e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 12, a folhas 31 a 32 frente, uma escritura de **justificação notarial**, na qual a senhora **Angela Maria Pires Silva**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, Santo Antão, residente em Estancia, Paul, se declara: dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, de um prédio urbano, que se compõe em um trato de terreno, para construção urbana, adveniente do prédio rústico número 5315/0, medindo **duzentos e sessenta e um metros quadrados**, situado em Lombo de Eito, Paul, confrontando do Norte com Herdeiros de Eduíno Santos Silva e Rocha, Sul com Herdeiros de Ricardo da Luz, Este com Herdeiros de Eduíno Santos Silva e Ricardo da Luz e Oeste com placa desportiva, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santo António das Pombas sob o número **2250/0**, com o valor matricial de duzentos e sessenta e um mil escudos, omissos no registo predial. Que, o referido prédio lhe veio à posse, por herança deixada pelo pai **Daniel Santos Silva**, falecido em 02 de Janeiro de 1984. A justificante entrou na posse do referido imóvel com o falecimento do referido pai e consequentemente a partilha amigável feita em 22 de Novembro de 2008, desde logo entrou na posse e fruição do prédio, posse essa sempre exercida à vista de todos e sem interrupção ou ocultação de quem quer seja, há dezas- seis anos, procedeu ao registo da sua transmissão junto dos serviços competentes, sem que no entanto, ficasse a dispor de título formal suficiente que lhe permite fazer o respetivo registo na Conservatória competente. Que o fato de o imóvel ser omissos no registo predial o tem impossibilitado de provar o direito de propriedade pelos meios normais. Que a posse, foi adquirida e mantida, de boa fé, sem violência, sempre exercida pela justificante sem a menor oposição de quem quer que seja, ostensivamente, com o conhecimento de toda a gente, em nome próprio e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, designadamente o pagamento dos impostos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Os interessados querendo podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da segunda publicação.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, aos vinte e nove dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

CONTA:

Importa em mil e duzentos escudos.

Processo nº **982049**. Conta nº **202595718**

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 223 16 83/VOIP (333) 2160, Email: Conservatoria.CartorioPaul@gov.cv



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO VICENTE

Juízo de Família, Menores e do Trabalho

Caixa Postal nr. 63 Telefone nr. 3333440/47

Correio eletrónico:juizofamilia.menores.trabalho.sv@hotmail.com

= ANÚNCIO JUDICIAL =

Autos - Regulação do Exercício do Poder Paternal n.º 111/24-25. Requerente - Curador de menores nesta Comarca, em representação da menor **Djara Eliane Lopes Mbodji**.

Requerido - ALIOUNE MBODJI, maior, casado, trabalhador, filho de Daou- da Mbodji e de Faniang Seck, natural do Senegal, antes residente nesta ilha em Fonte Francês, atualmente com paradeiro desconhecido.

-0-

FAZ SABER que, no processo e Juízo acima indicados, é por este meio citado o Requerido acima identificado, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação mínima de **TRINTA DIAS**, contados da segunda e última publicação deste anúncio, exercer, querendo o contraditório nos referidos

autos, cujo pedido consiste que seja regulado o exercício do poder paternal, que a guarda e cuidados da menor seja atribuída à avó materna Maria Lopes, determinar o direito de visitas por parte dos progenitores e fixar uma prestação de alimentos à cargo dos progenitores e à favor da menor, devendo com o contraditório, se a apresentar, oferecer meios de prova e requerer diligências necessárias e com advertência de que, **não é obrigatória** a constituição de advogado nestes autos.

Mindelo, 16 de Julho de 2025.

A Juíza do Direito,
[Signature]
/Daylen Benilde Araújo do Livramento/
A Ajudante de Escrivão,
[Signature]
/Neidy Sotaria Rodrigues/

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira

-EXTRATO-

Certifica narrativamente para efeitos de **Primeira** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia dezasseis de Janeiro de dois mil e vinte e cinco, de folhas 11F e 12F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/B, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Narcisa Mendes Monteiro**, falecida no dia dezasseis de Janeiro de dois mil e vinte e cinco, no estado de viúva, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em França, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Felipe Varela Dias**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Maria Segunda Sanches Vaz**, natural de freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, residente em Chã de Ponta, **Gonçalo Varela Dias**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Domingas Moreno Dias**, natural

da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, residente em Chã de Ponta, **Jacinto Mendes Dias**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Olivia Varela Mendes**, natural da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, residente em França.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “**de cujus**”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos vinte e cinco dias do mês de Janeiro do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 1.000.00
Imp. de selo..... 200.00
Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 863320/2025.

O NOTÁRIO P/S,


/ Daniel Lopes Ferreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal - Santiago, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/ VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

1º Cartório Notarial da Praia
Notária: Heleny Patricia Silva Varela**EXTRATO**

CERTIFICO narrativamente para efeitos da **Primeira** publicação, nos termos do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que no dia **28.07.2025**, de folhas **32 a 33** do livro de notas para escrituras Diversas número **334** deste Cartório Notarial, foi exarada uma **Escritura de Justificação Notarial, em que é justificante Júlio Diniz Lopes**, que também usa o nome “**Julio Lopes**”, nos termos seguintes:

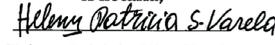
1. Que se declara, dono e legítimo possuidor, com a exclusão de outrem, de um Prédio urbano primeiro andar, com a área de **216.86m2 (duzentos e dezasseis ponto oitenta e seis metros quadrados)**, localizado na **Fazenda, Praia**, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Graça, sob o número **15188/0**, confrontando a Norte com Lote 013, a Sul com Lote 006, a Este com Lotes 011 e 014 e a Oeste com Via Pública, a integrar o prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial da Praia sob o número **29443/20141110**, com aquisição registada a favor de **ARCÁDIO HENRIQUE FERNANDES** sob o número **F-1 (1731) Ap.7/07.07.1941**.

2. Que adquiriu a propriedade desse prédio por via da usucapião, em virtude da posse esta iniciada há mais de sessenta anos, por sucessão e **decesso da “De Cujus” Fernanda Lopes**, e que o justificante alega exercendo, continuada e ininterruptamente, essa posse iniciada há aproximadamente sessenta anos, praticando sobre o prédio urbano todos os atos próprios de proprietário, inscrevendo-o na matriz a seu favor, promovendo os atos necessários à sua manutenção, assumindo despesas, pagando regularmente os impostos relativos ao prédio e dele usufruindo de todas as utilidades proporcionadas, em suma, praticando sobre o imóvel todos os atos próprios de proprietário, de forma pública, pacífica, contínua, de boa-fé e sem oposição de quem quer que seja.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 28 de julho de 2025.

A notária,


Heleny Patricia Silva Varela

CONTA:983112/2025

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto..... 200\$00

Total..... 1.200\$00.

Importa o presente em mil e duzentos escudos

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da Chi-na, Encosta de Achada Santo António,

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**-EXTRATO-**

Certifico narrativamente para efeito da segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 82, de folhas 13 a 14, outorgada no dia 11-07-2025, na qual **Manuel da Cruz Freitas**, solteiro, maior, natural da Freguesia de São Tiago Maior, Concelho de Santa Cruz, residente em Holanda e de passagem por esta Ilha de Santo Antão e irmã, **Maria Manuela Felipa da Cruz Martins**, casada sob o regime de comunhão adquiridos com Anildo Martins, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Concelho da Ribeira Grande, residente em Palmeirejo - Praia, declararam que, são donos e legítimos possuidores de um prédio urbano construído de pedra, argamassa e blocos de cimento, coberto de telha e betão armado, com um quarto de dormir, uma casa de banho, uma sala de visita, uma cozinha, uma sala de jantar e um “regoiço”, situado em Lombo de Pedrene, inscrito na matriz predial da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 2326/0, medindo 658,3 m2 (seiscentos e cinquenta e oito virgula três metros quadrados), confrontando do Norte, com André Germana da Cruz e Georgina Monteiro; Sul, com João Ângelo da Cruz; Este com Levada e do Oeste com Ribeira, omissis na Registo Predial.

Alegam que o referido prédio lhes veio

a posse por herança dos pais, Manuel Sebastião da Cruz e Filipa Alexandrina da Cruz, conforme consta da certidão de escritura de habilitação de herdeiros lavrada no Segundo Cartório Notarial da Praia, no livro de notas para escrituras diversas n.º 331/A, folhas 19 a 20 que fica arquivada, e nesse caso fizeram a inscrição na matriz camararia em nome de seus pais.

Que a posse foi adquirida e mantida sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que, adquiriram o direito de propriedade por usucapião, o que invocam para efeitos de inscrição no registo predial.

Os Potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

Está conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 22-07-2025.

Conta n.º 972370/2025

Está conforme
Escritura Notarial de
Anildo Martins



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 225 12 90. +(238) 225 14 03 /VOIR (393) 3550 (333) 3508.

Este espaço é para o seu
pequeno anúncio!

Ministério
da Justiça

NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira

EXTRATO

Certifica narrativamente para efeitos de **segundo** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia dezasseis de Julho de dois mil e vinte e cinco, de folhas 143F e 144F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/B, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Honorato Cardoso**, falecido no dia dezasseis de Novembro de dois mil e vinte e dois, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Adelina Lopes Mendes**, natural que foi da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, com sua última residência em França, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Ana Cristina Mendes Cardoso**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com **Minesio Sanches Cardoso**, natural que foi da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, com última residência em Tarrafal, **Jorge Mendes Cardoso**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal, **Jeremie Mendes Cardoso**, solteiro, maior, natural de França, residente em França.

No dia **dois** de **Agosto** de **dois mil e vinte e quatro**, em França, faleceu a Senhora **Adelina Lopes Mendes**, no estado de viúva, natural que foi da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, com última residência em França, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos acima identificados.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “**de cujus**”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos dezasseis dias do mês de Julho do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 0.000.00

Imp. de selo.....000.00

Total..... 0.000.00 (Isento de Emolumentos nos termos do Artigo 158º do Decreto Lei nº 12/2024 de 21 de Março)

Registada sob o n.º 974396/2025.

O NOTÁRIO P/S,

/ Daniel Lopes Ferreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal - Santiago, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO narrativamente para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, B.O. n.º 50- 1ª Série, que foi outorgada no dia 15-07-2025, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas n.º 82, de folhas 15 a 15 verso, a escritura de Habilitação de Herdeiros, na qual foi declarado que:

Primeira Habilitação: No dia dois de maio de mil novecentos e setenta e oito, faleceu no seu domicílio em Cabeçadas da Garça - Santo Antão, Freguesia de São Pedro Apóstolo, Concelho da Ribeira Grande, **Manuel António Silva**, casado com **Silvina dos Santos Lima**, filho de **António Manuel Silva** e de **Ana Maria Monteiro**, tendo deixado como únicos herdeiros legitimários os seus filhos:

Ana Silvina Santos, solteira, maior, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, residente em Marselha - França; **Inês Silvina Silva**, casada com **Justino Joaquim Delgado**, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, residente em Marselha - França; **Balmeirinda Santos Silva**, divorciada, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, residente em Marselha - França; **Arlinda Silvina Silva**, solteira, maior, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, residente em Itália; **Maria da Luz Santos**, casada com **José António Araújo**, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, residente em Marselha - França; **António Manuel Silva**, casado com **Maria Patriarca da Luz Silva**, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, residente em Marselha - França; **Virgínia Silvina Santos**, solteira, maior, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, residente em Marselha - França e **João Baptista Silva**, solteira, maior, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, residente em Marselha - França.

Segunda Habilitação: -Que no dia cinco de Abril de dois mil e vinte e quatro, faleceu no Hospital Baptista de Sousa, Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de São Vicente, **Silvina dos Santos Lima**, que também usava o nome de **Silvina Inês dos Santos**, no estado de viúva, filha de **Inês dos Santos Lima**, com última residência em Espia - São Vicente, tendo deixado como únicos herdeiros legitimários os filhos acima identificados, e o seu neto, em representação da filha, **Arlinda Silvina Silva**, pré-falecida em vinte de março de dois mil e vinte e quatro, **Flávio Barbaraci**, divorciado, natural de Palermo - Itália, residente em Itália. Que os falecidos não deixaram testamento ou qualquer disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os acima mencionados.

Que, não há quem com os indicado herdeiros possa concorrer a sucessão na herança dos falecidos, **Manuel António Silva, Silvina dos Santos Lima e Arlinda Silvina Silva Fortes...** - Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º -A e do artigo 87.º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 22-07-2025.

Reg. sob o n.º 973708/2025



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 225 12 90. +(238) 225 14.03 /VOIR (393) 3550 (333) 3508.

Ministério
da Justiça

NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira

EXTRATO

Certifica narrativamente para efeitos de **segunda** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia dezoito de Julho de dois mil e vinte e cinco, de folhas 142 F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/B, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Malam Mané**, falecido no dia vinte de Janeiro de dois mil e vinte e cinco, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Ana Paula Almeida Cardoso Gonçalves Mané**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em Portugal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como

único e universal herdeiro sem ascendente e nem descendente a sua esposa: **Ana Paula Almeida Cardoso Gonçalves Mané**, viúva, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “**de cujus**”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos dezoito dias do mês de Julho do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 978505/2025.

O NOTÁRIO P/S,

/ Daniel Lopes Ferreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal - Santiago, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE
HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**

Isabel Maria Gomes da Veiga, Notária em exercício no Cartório Notarial da Boa Vista, Certifica, narrativamente, para efeito de publicação, nos termos do art.86-A do CN, aditado pelo decreto-lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, a meu rogo, no dia vinte nove de Abril de dois mil e vinte e cinco, a folhas 54 do livro de notas para escrituras diversas número 87 foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **Maria Dos Prazeres Almeida**.

Que, têm perfeito conhecimento de que no dia dezoito de abril do ano dois mil e vinte e dois, faleceu no Centro de Saúde da Boa Vista Maria Dos Prazeres Almeida, no estado de solteira, que foi natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, com última residência habitual em Estados Unidos da América.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros legitimários nove filhos.

1- João Almeida Carvalho, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Estados Unidos Da América.

2- Olga Maria Almeida Carvalho, divorciada, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Estados Unidos Da América.

3- Crispina Almeida Carvalho, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Estados Unidos Da América.

4- Luiza Almeida Carvalho, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Estados Unidos Da América.

5- António Almeida Carvalho, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Estados Unidos Da América.

6- Henriqueta Almeida Carvalho, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Estados Unidos Da América.

7- Francisca Almeida Carvalho, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Estados Unidos Da América.

8- Gerado Almeida Carvalho, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Estados Unidos Da América.

9- Ilda Almeida Gomes, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Rabil.

Que não há quem possa concorrer com os indicados herdeiros à sucessão da identificada **Maria Dos Prazeres Almeida**.

Que não existem herdeiros legitimários que possam proferir ou concorrer á sucessão com o herdeiro instituído.

Cartório Notarial da Boa Vista, aos 29 do mês de Abril de 2025.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).

Conta

Nº 924710

A NOTÁRIA,
Isabel Maria Gomes da Veiga
Isabel Maria Gomes da Veiga

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia dezasseis do mês de Julho do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, Conservador/Notário em Acumulação, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e nove, de folhas treze a quinze, a escritura de Justificação Notarial, na qual **ALICE BARROS DE PINA FERNANDES GONÇALVES**, contribuinte fiscal número um, um, dois, cinco, três, três, zero, cinco, divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, onde reside em Cisterno, se declara dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, dos seguintes imóveis: i. Prédio urbano composto no rés-do-chão com sala, dois quartos, cozinha, e casa de banho, e o primeiro andar com sala, cozinha, dois quartos, casa de banho, corredor e garagem, situado em Lém de Baixo, cidade de São Filipe, ilha do Fogo, construído no terreno com a área de **cento e quarenta e oito vírgula cinco metros quadrados**, confrontando do Norte com ribeira, Sul e Este com passagem pública e do Oeste com lote número 80, com valor matricial de treze milhões e nove mil escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número **2890/0**, omissa nesta Conservatória/Cartório; ii. Prédio urbano composto no rés-do-chão por armazém, três casas de banho e escritório, e o primeiro andar com três salas, sete quartos, cinco casas de banho e três cozinhas, situado em Xaguete, cidade de São Filipe, ilha do Fogo, construído no terreno com a área de **seiscentos e quatro vírgula setenta e oito metros quadrados**, confrontando do Norte e Sul com via pública, do Este com lote número 4, e do Oeste com lotes números 1 e 2, com valor matricial de vinte e cinco milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quinhentos e oitenta escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número **5840/0**, omissa nesta Conservatória/Cartório.

Que, os referidos prédios foram construídos de raiz por ela justificante, em conjunto com o seu ex-cônjuge Manuel António Fernandes Gonçalves de Pina, com recursos próprios, em lotes de terrenos adquiridos por compra, respetivamente, a Maria Luisa Barbosa Correia Teixeira e Manuel da Luz Alves, celebradas por documentos particulares em ano dois mil e dois; e dois mil e oito, respetivamente, mas cujos originais se extravariaram. Que, posteriormente, veio a adquirir a totalidade dos ditos imóveis, por lhe ter sido adjudicados no processo de divórcio que correu termos no Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe. Que, todavia, a natureza informal das transmissões, impossibilita-a de fazer a primeira inscrição dos ditos imóveis no registo predial, a seu favor, visto que não há título que comprove as correspondentes transmissões.

Que, a justificante vem exercendo posse sobre os referidos imóveis, sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, à vista de todos e sem interrupção, usufruindo de todas as utilidades dos prédios, de forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos dezasseis de Julho de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2..... 1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO narrativamente para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º -A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, B.O. n.º 50 - 1ª Série, que foi outorgada no dia 21-07-2025, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas n.º 82, de folhas 23 a 24, a escritura de Habilitação de Herdeiros, na qual foi declarado:

Primeira Habilitação: Que têm pleno conhecimento de que no dia dois de Abril de mil novecentos e noventa e sete, faleceu no seu domicílio em Pinhão de Baixo - Santo Antão, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande, **Amâncio Francisco Mendes**, no estado de casado com Idelmira Joana Pires Mendes, filho de Francisco Manuel Mendes e de Maria Pires Mendes, tendo deixado como únicos herdeiros legítimos os seus filhos:

António Amâncio Mendes, casado, com Maria das Dores Baia, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho da Ribeira Grande, residente em São Vicente;

Francisco do Nascimento Mendes, casado, com Iria Maria Alexandre, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho da Ribeira Grande, residente em França;

3- **Maria da Fátima Mendes**, divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho da Ribeira Grande, residente em Luxemburgo; 4- **Joana Pires Mendes**, casada, com António José Lima, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho da Ribeira Grande, residente em Ponta do Sol e 5 - **Filomena Pires Mendes**, casada, com Julião António dos Santos, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho da Ribeira Grande, residente em Luxemburgo.

Segunda Habilitação: Que também têm igualmente conhecimento, de que no dia quatro de Setembro de dois mil e oito, faleceu no seu domicílio em São Vicente, Freguesia de Nossa Senhora da Luz, **Idelmira Joana Pires**, no estado de viúva, filha de António João Pires e de Joana Baptista Pires, com última residência em Fonte Inês - São Vicente, tendo deixado como únicos herdeiros legítimos os seus filhos os acima identificados.

Terceira Habilitação: Que ainda têm pleno conhecimento, que no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois, faleceu em Luxemburgo, **João Afra Mendes**, no estado de casado, com Maria da Cruz Silva, filho de Amâncio Francisco Mendes e de Idelmira Pires Mendes, com última residência em Luxemburgo, tendo deixado como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: 1- **Wilson Silva Mendes**, casado, com Sofia Antunes Rodrigues, natural de Luxemburgo, residente em Luxemburgo; 2- **Frédéric Silva Mendes**, solteiro, maior, natural de Luxemburgo, residente em Luxemburgo; 3- **Jenny Silva Mendes**, solteiro, maior, natural de Luxemburgo, residente em Luxemburgo e **Valéry Silva Mendes**, solteiro, maior, natural de Luxemburgo, residente em Luxemburgo.

Que os falecidos não deixaram testamento ou qualquer disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os seus filhos acima mencionados.

Que, não há quem com os indicados herdeiros possam concorrer a sucessão na herança dos falecidos, António Amâncio Mendes; Idelmira Joana Pires e João Afra Mendes.

Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º -A e do artigo 87.º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 29-07-2025.

Reg. sob o n.º 978662/2025



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 225 12 90. +(238) 225 14.03 /VOIR (333) 7559 (3331 2593 Email:

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO narrativamente para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, B.O. n.º 50 - 1ª Série, que foi outorgada no dia 10-07-2025, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas n.º 82, de folhas 10 a 10 verso, a escritura de Habilitação de Herdeiros, na qual foi declarado que:

Primeira habilitação: Têm pleno conhecimento que no dia dezoito de abril de dois mil e nove, faleceu em Neuenkirch - Suíça, **Armando Nascimento Santos**, no estado de casado com Joana Felizarda dos Santos, filho de Joaquim do Nascimento Lopes e de Antónia Margarida dos Santos, com última residência em Suíça, tendo deixado como únicos herdeiros legítimos os seguintes filhos, **Maria Celeste do Rosário dos Santos**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente em França; **Marguerite Nascimento**, divorciada, natural de França, residente em França e **Anjo Daniel Nascimento**, casado, com Fatima El Hazzat, natural de França, residente em França.

Segunda habilitação:- que também têm igualmente conhecimento que no dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e um, faleceu em Moselle - França, **Joachim Nascimento**, no estado de casado, com Angelina Maria da Luz, filho de Armando Nascimento Santos e de Joana Felizarda dos Santos, com última residência em Suíça, tendo deixado como únicos herdeiros legítimos os seguintes filhos, **Jayden-Kais Nascimento**, solteiro, maior, natural de França, residente em França; **Kaynes - Jamil Nascimento**, solteiro, maior, natural de França, residente em França; **Jawed Nascimento**, solteiro, maior, natural de França, residente em França; **Jayden Kais Nascimento**, solteiro, maior, natural de França, residente em França; **Layane Nascimento**, solteira, maior, natural de França, residente em França; **Kamil Ibrahim Nascimento**, solteiro, maior, natural de França, residente em França; **Jayden-Kais Nascimento**, solteiro, maior, natural de França, residente em França; **Loulou-Marjane Elhame Nascimento**, solteira, maior, natural de França, residente em França e **Balkis Nascimento**, solteira, maior, natural de França, residente em França.

Que os falecidos não deixaram testamento ou qualquer disposição de última vontade.

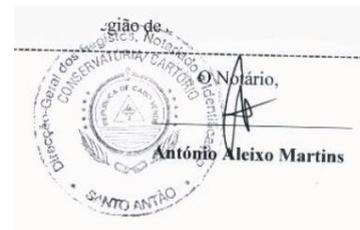
Que, não há quem com os indicados herdeiros possam concorrer a sucessão na herança dos falecidos.

Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º -A e do artigo 87.º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 29-07-2025.

Reg. sob o n.º 983520/2025



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP*, Cabo Verde, Telefone

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

Certifica narrativamente para efeitos de **Segunda publicação**, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, lavrada em 23/07/2025, de fls 46 a 47, no livro de notas para escrituras diversas n.º 56/A, nos seguintes termos:

Que, no dia **um** do mês de **Junho** do ano de **dois mil e vinte e cinco**, na freguesia e concelho de Santa Catrina, faleceu **Maria da Conceição da Veiga Ribeiro Miranda**, no estado de casado no regime de comunhão adquiridos com Eduardo Duarte Miranda, natural que foi da freguesia de São Tiago Maior, concelho de Santa Cruz, filha de Manuel Jorge Ribeiro e de Marta Vieira da Veiga, com última residência em Ribeirão Boi.

Que, a falecida não deixou testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido

como único e universal herdeiro, seu filho: **Paulo Jorge de Veiga Miranda**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Ribeirão Boi.

E, que não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram ao mencionado herdeiro ou que com ele possa concorrer à herança do “de cujus”.

Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86º-A e do artigo 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Cruz, 23/07/2025.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo. 200.00=

Total: 1.200.00 – Reg. sob o n.º 979183/2025.

A Notária,

Elisângela de Jesus Varela Moreira

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de **segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – Iª Série, que no dia dezasseis do mês de julho do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e quatro, de folhas dezasseis a dezassete, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes, que:

No dia dez do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e dois, no Município de Palmanova (UD), onde teve a sua última residência em Castions Di Strada - Itália, faleceu **MAURO PAVIOTTI**, natural que foi da Itália, no estado de casado com Irene Dri, sob o regime comunhão de adquiridos.

O falecido não deixou descendentes nem ascendentes vivos e fez testamento hológrafo, depositado e publicado em vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte e três, registado em UDINE a três de fevereiro de dois mil e

vinte e três, com o n.º 2119, no Notário Tania Andrioli, em Palmanova, tendo deixado como única herdeira testamentária o cônjuge supramencionado, natural da Suíça, residente em Itália.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram a mencionada herdeira ou que com ela possam concorrer na sucessão à herança do referido **MAURO PAVIOTTI**.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos dezasseis de julho de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º. 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:1.200\$00

Processo n.º 974045

Conta n.º 202512492

O Notário,

/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte n.º 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv

www.governo.cv governodecabo-verde

cabo-verde_gov

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

Certifico, para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100 do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 81, de folhas 83 a 84, outorgada no dia 27-05-2025, na qual **José Luís do Rosário Andrade**, viúvo, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Ribeira Grande, residente na Cidade do Ponta do Sol, alega com exclusão de outrem, que é dono e legítimo possuidor de um prédio urbano de 1.º andar, construído de pedra e argamassa, coberto de betão armado, sendo no rés-do-chão com uma loja, uma arrecadação e quintal, e no 1.º andar com uma sala de visita, uma sala de jantar, um quarto de dormir, uma cozinha, uma casa de banho e uma varanda, localizado na cidade de Ribeira Grande, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 1532/0, com uma área de 107,22 m2, (cento e sete vírgula vinte e dois metros quadrados), confrontando ao Norte com Rua; Sul com António Nascimento dos Santos; Este com Rua e do Oeste com António Nascimento dos Santos, omissos no registo predial.

Que não possui qualquer título que legitime o invocado direito de propriedade sobre o dito prédio, direito que, por isso, vem justificar pela presente escritura, alegando para o efeito, que o prédio acima identificado, veio à sua posse por herança dos pais.

Que por documento particular (declaração de compra e venda) não titulada por escritura

pública, os restantes herdeiros (seus irmãos) venderam as suas quotas parte e, após isso o mesmo fez a inscrição na matriz camararia em seu nome, sem que, no entanto, ficasse a dispor de título formal que lhe permita o respetivo registo na Conservatória, mas desde logo, entrou na posse e fruição do prédio, posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja.

Que a posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda a gente, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que, adquiriu o direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de inscrição no registo predial, uma vez que exerce uma posse em nome próprio, pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira segunda publicação para eventual impugnação,

Está conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 29-07-2025.

Conta n.º 960014/2025



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP*, Cabo Verde, Telefone

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de **primeira publicação** nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – Iª Série, que no dia vinte e quatro do mês de julho do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e quatro, de folhas trinta e oito verso a trinta e nove verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia vinte e um do mês de novembro do ano dois mil e vinte, no hospital Dr. Baptista de Sousa, freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência em Cruz João Évora, faleceu **ANTÓNIO VICENTE MELÍCIO**, natural que foi da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paúl, ilha de Santo Antão, no estado de solteiro.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: **a) Nelson do Livramento Melício**, residente em Cruz João Évora; **b) Rosiane Ramira do Livramento Melício**, residente em Tarrafal de São Nicolau; **c)**

Vanderlei do Livramento Melício, residente em Ribeirinha; **d) Eliane Cristina do Livramento Melício**, residente em Ribeirinha; estes solteiros, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente; **e) Patrícia Helena Livramento Melício**, divorciada, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paúl, ilha de Santo Antão, residente em Ribeirinha.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **ANTÓNIO VICENTE MELÍCIO**.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos trinta de julho de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º.4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 980761

Conta n.º

202513424

O Notário,

/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte n.º 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia vinte e quatro do mês de julho do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e quatro, de folhas trinta e cinco verso a trinta e seis verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia cinco do mês de junho do ano dois mil e vinte e cinco, no banco de urgência do hospital Dr. Baptista de Sousa, freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Chã de Alecrim, faleceu o referido **GUILHERME MANUEL LIMA**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, ilha de Santiago, no estado de casado com **HELENA DOS SANTOS GOMES LIMA**, sob o regime da comunhão geral de bens.

O falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos, os seus filhos, a saber: **a)**

Zenito Santos Lima, solteiro, maior, residente em Portugal; **b) Benito Santos Lima**, casado com Cinthia Suelma Delgado Gomes, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Fonte Inês; **c) Helena Cilene Santos Lima**, solteira, maior, residente em Chã de Alecrim; todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferam aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **GUILHERME MANUEL LIMA**.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, trinta e um de julho de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:.....1.200\$00
Processo n.º 980154
Conta n.º 202513342

O Notário,

/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte nº 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50- 1ª Série, que no dia vinte e quatro do mês de julho do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e quatro, de folhas trinta e sete a trinta e oito, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia quatro do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e cinco, no hospital Dr. Baptista de Sousa, freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência em Ribeira de Julião, faleceu **ANACLETO APÓSTOLO PINTO**, natural que foi da freguesia de Santo Crucifixo, concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, no estado de solteiro.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiro legítimo, o seu filho, a saber: **a) Alexander Jorge Chantre Pinto**,

solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residente em Luxemburgo.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferam ao mencionado herdeiro ou que com ele possam concorrer na sucessão à herança do referido **ANACLETO APÓSTOLO PINTO**.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos trinta de julho de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:1.200\$00
Processo n.º 980326
Conta n.º 202513354

O Notário,

/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte nº 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia vinte e seis do mês de junho do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e três, de folhas sessenta e oito à sessenta e nove, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia vinte e três do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, num domicílio, freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência em São Pedro, faleceu **MANUEL EDUARDO MONTEIRO**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de solteiro.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos, os seus filhos, a saber: **a) Nilton César Gomes Monteiro**, residente em Cruz João Évora; **b) Danielson Gomes Monteiro**, residente em

Luxemburgo; **c) Maira Cândida Silva Monteiro**, residente em São Pedro; todos solteiros, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferam aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **MANUEL EDUARDO MONTEIRO**.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos trinta de julho de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:.....1.200\$00
Processo n.º 957311
Conta n.º 202510890

O Notário,

/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte nº 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv
www.governo.CV governodecaboverde
caboverde_gov

**FARMÁCIAS DE SERVIÇO****QUINTA - 31 de Julho**

SANTA ISABEL
Largo Europa - Tel: 262 37 47

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

SEXTA - 01 de Agosto

SÃO FILIPE
Ach. São Filipe - T: 264 72 56

NENA
Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11

SÁBADO - 02 de Agosto

UNIVERSAL
Avenida Santiago - T: 262 93 9856 55

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06

DOMINGO - 03 de Agosto

FARMÁCIA 2000
Achadina Baixo - T: 261

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

SEGUNDA - 04 de Agosto

MODERNA
Plateau - T: 261 27 19

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

TERÇA - 05 de Agosto

CENTRAL
Plateau - T: 261 11 67

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

QUARTA - 06 de Agosto

SANTO ANTÓNIO
ASA - T: 262 11 86

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04



Ecobank
O Banco Panafricano

**ECOBANK CABO VERDE
RELATÓRIO E CONTAS
2024**

**ABRAÇAR A
TRANSFORMAÇÃO**

**PARA SERVIR
E CONECTAR
ÁFRICA**

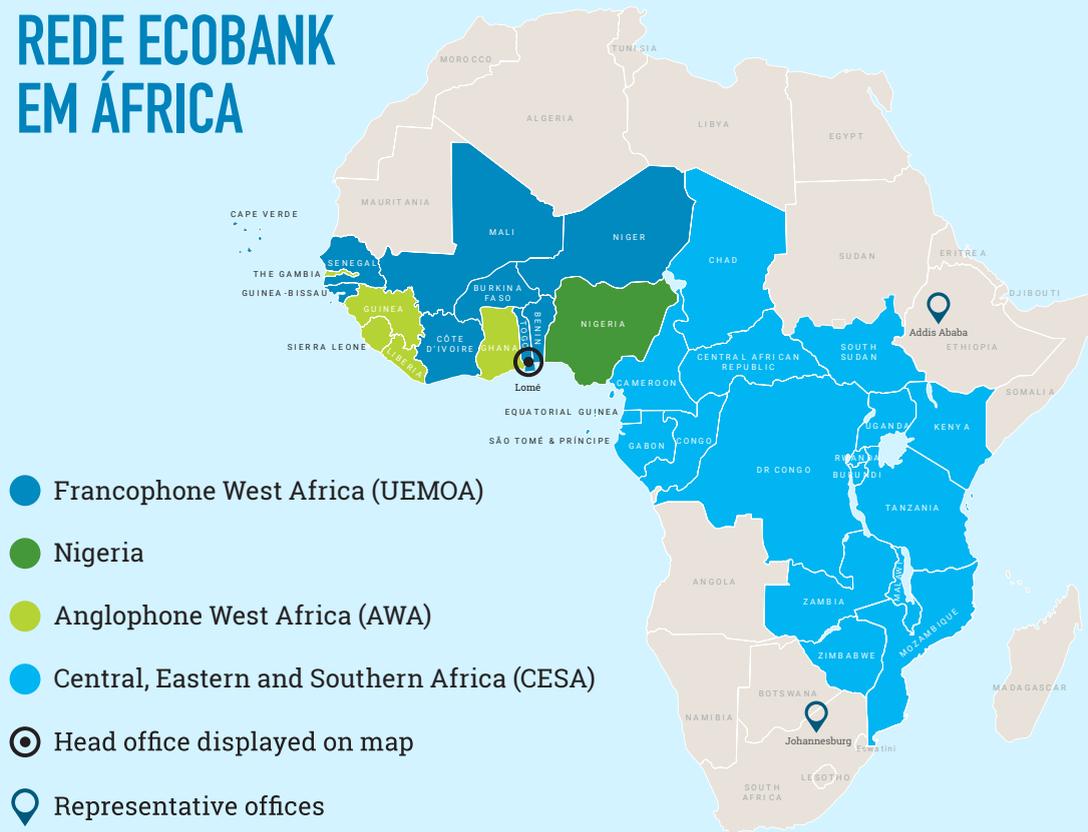


Ecobank Cabo Verde Relatório e Contas 2024

O BANCO DE TODOS PARA TODOS

O Ecobank Cabo Verde (ECV) é o único banco pan-africano presente no país. Somos uma filial do Ecobank Transnational Incorporated (ETI), grupo fundado em 1985 com o compromisso de impulsionar o desenvolvimento económico em toda a África Subsaariana. Hoje, o Grupo Ecobank assume uma posição de destaque no sistema financeiro internacional, com presença em 35 países africanos e representações estratégicas na Europa (França e Reino Unido) e na Ásia (Dubai e China).

REDE ECOBANK EM ÁFRICA



NOSSA VISÃO, MISSÃO E VALORES

Construir um banco africano de classe mundial, reconhecido pela sua excelência, inovação e impacto no desenvolvimento económico e financeiro do continente. Em Cabo Verde, a nossa missão é consolidar uma instituição sólida que promova a integração financeira e contribua ativamente para o desenvolvimento económico e sustentável do país. Esta missão é guiada por princípios que orientam o nosso trabalho diário e definem a nossa cultura organizacional:

Respeito, Responsabilização, Cliente em Primeiro Lugar, Excelência, Integridade e Trabalho em Equipa.

Estes valores refletem o compromisso do Ecobank com relações éticas e de confiança junto de clientes, colegas, comunidades, acionistas e reguladores.



CRESCIMENTO



TRANSFORMAÇÃO



RENTABILIDADE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 foi marcado por desafios e oportunidades para a economia global e regional. O crescimento económico em África manteve-se resiliente, impulsionado pelo aumento dos investimentos em infraestruturas, o dinamismo do setor privado e os avanços na digitalização dos serviços financeiros. Contudo, fatores como a volatilidade dos mercados internacionais, oscilações cambiais e pressões inflacionárias exigiram das instituições financeiras maior capacidade de adaptação e inovação. No contexto nacional, Cabo Verde registou uma evolução positiva, refletindo o dinamismo dos setores do turismo, comércio e serviços financeiros. A recuperação da atividade económica e a confiança dos investidores sustentaram a expansão do setor bancário, evidenciada pelo aumento da liquidez e da procura por soluções financeiras inovadoras. Em 2024, o Ecobank Cabo Verde (ECV) consolidou a sua posição no mercado, apresentando um crescimento de 13% no balanço e um aumento de 23% nos resultados líquidos, atingindo CVE 157,22 milhões. Estes resultados refletem uma estratégia de crescimento sustentado, alinhada com os objetivos do Ecobank Group, através da implementação da visão GTR – Growth, Transformation & Returns.

- **A captação de depósitos cresceu 17%, totalizando CVE 13 090,53 milhões, reforçando a confiança dos clientes e a solidez da nossa base de recursos.**
- **A digitalização e a modernização dos serviços permitiram uma melhoria na eficiência operacional, reduzindo o rácio cost-to-income de 68,22% para 63,60%.**
- **O crescimento da margem financeira e a otimização dos ativos garantiram um ROE de 11,51%, refletindo o compromisso do ECV com a criação de valor sustentável.**

Para os nossos acionistas, este desempenho traduz-se numa maior geração de retornos sobre o capital investido, reforçando a confiança na nossa estratégia e capacidade de entrega de resultados sólidos e consistentes ao longo do tempo. Para 2025, o ECV continuará a apostar na expansão da base de clientes, no fortalecimento da digitalização e na otimização da eficiência operacional, garantindo uma posição de destaque no setor financeiro. A nossa missão mantém-se clara: crescer de forma sustentável, transformar os serviços financeiros e gerar valor para os nossos clientes, acionistas e para a economia nacional. Agradecemos a confiança dos nossos acionistas e reafirmamos o nosso compromisso em continuar a gerar valor sustentável, garantindo um ECV cada vez mais sólido, inovador e competitivo. Agradecemos a confiança dos nossos clientes, parceiros e colaboradores, cuja dedicação foi essencial para alcançarmos estes resultados. Juntos, estamos preparados para um futuro de novas oportunidades e crescimento sustentável.

Conselho de Administração – Ecobank Cabo Verde



MANUEL LIMA
PRESIDENTE DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO



SAHID YALLOU
ADMINISTRADOR
NÃO EXECUTIVO



**AMINATA
NANA SAKHO**
ADMINISTRADORA
DELEGADA



BERNARD EKWALLA
ADMINISTRADOR
EXECUTIVO
PELOURO COMERCIAL



CHEICK NAPON
ADMINISTRADOR EXECUTIVO
PELOURO RISCO
& CONTROLO INTERNO



**EDELFRIDE
ALMEIDA**
ADMINISTRADORA
NÃO EXECUTIVA



**MARGARIDA
MASCARENHAS**
ADMINISTRADORA
NÃO EXECUTIVA

MENSAGEM DA DIRETORA GERAL ADMINISTRADORA DELEGADA

O ano transato ficou marcado por persistentes desafios económicos a nível global, mas também por oportunidades que soubemos aproveitar com determinação. Após a mensagem do nosso Presidente do Conselho de Administração, é com orgulho que destaco que o Ecobank Cabo Verde não só manteve a sua estabilidade, como também reforçou a sua posição no panorama financeiro nacional e regional. Os nossos resultados refletem a resiliência do nosso modelo, a confiança dos nossos clientes e o empenho incansável das nossas equipas. Conquistámos progressos significativos na otimização das operações, na digitalização dos serviços e no apoio ativo ao crescimento da economia cabo-verdiana. Em 2024, afirmámos, com convicção, o nosso compromisso com a inclusão financeira. Através do Ellevar, o nosso programa emblemático de financiamento e capacitação dedicado a mulheres empreendedoras, estamos a potenciar o potencial de muitas cabo-verdianas. Apoiar as mulheres é, para nós, investir no futuro das comunidades, da economia e da Nação. O Ecobank Cabo Verde posiciona-se hoje como um catalisador do desenvolvimento, um parceiro estratégico para as empresas locais, investidores internacionais e instituições públicas. Contribuímos ativamente para a promoção do empreendedorismo, para a expansão da economia digital e para o financiamento dos setores-chave do país. A nossa ambição ultrapassa as fronteiras insulares. Enquanto parte integrante do Grupo Ecobank, presente em 35 países africanos, reforçamos a integração económica de Cabo Verde no continente. Mais do que isso, valorizamos a sua posição geoestratégica única, situada no cruzamento entre África, Europa e Américas, para transformar o país num hub de serviços financeiros e numa ponte para o comércio regional. O futuro constrói-se com visão, rigor e paixão. Continuaremos a inovar, a antecipar as necessidades dos nossos clientes e a contribuir para um sistema financeiro mais sólido, inclusivo e orientado para um crescimento sustentável. Agradeço a confiança dos nossos clientes, parceiros e colaboradores. Juntos, estamos a construir um banco ao serviço de Cabo Verde, de África e do futuro.

Aminata Nana SAKHO - Diretora Geral – Administradora Delegada, Ecobank Cabo Verde

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhões de escudos



08%

**PRODUTO
BANCÁRIO** \$701,49



19%

**RESULTADO
ANTES DO
IMPOSTO** \$186,81



23%

**RESULTADO
LÍQUIDO** \$157,22



00%

**CREDITO
A CLIENTES** \$5.069,39



17%

**DEPÓSITO
DE CLIENTES** \$13.090,53



13%

**TOTAL DO
BALANÇO** \$18.162,98

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS AUDITADOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Escudos Cabo-verdianos)	2024	2023	Var %
Juros e rendimentos similares	772 310 448	716 480 938	8%
Juros e encargos similares	(336 632 302)	(366 780 273)	-8%
MARGEM FINANCEIRA	435 678 147	349 700 665	25%
Comissões Recebidas	241 968 129	245 358 124	-1,4%
Comissões Pagas	(24 471 503)	(16 654 217)	47%
COMISSÕES LÍQUIDAS	217 496 627	228 703 906	-5%
Resultados de reavaliação cambial	71 704 733	91 818 114	-22%
Resultados de alienação de outros ativos	-	-	
Outros resultados de exploração	(23 394 188)	(20 619 025)	
PRODUTO BANCÁRIO	701 485 318	649 603 660	8%
Custos com pessoal	(212 355 384)	(184 156 043)	15%
Gastos gerais administrativos	(206 033 326)	(225 445 109)	-9%
Depreciações e amortizações	(35 342 414)	(21 243 513)	66%
Imparidade e outras provisões líquidas	(68 510 614)	(49 011 147)	40%
Imparidade de outras activos líquida de reversões e recuperações	-	-	
Provisões líquida de reversões e recuperações	7 570 079	(12 317 165)	-161%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	186 813 658	157 430 683	19%
Impostos correntes	(52 186 992)	(29 593 655)	76%
Impostos diferidos	22 589 621	412 952	5370%
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	157 216 287	128 249 980	23%

BALANÇO ANUAL COM AUDITORIA 2024

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DA 2023 E 2022

(Montantes expressos em Escudos Cabo-verdianos)		2024	2023		
ATIVO	Valor bruto de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido de provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido de provisões, imparidade e amortizações	Var ABS Var %
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 939 121 932	-	1 939 121 932	1 684 878 101	254 243 831 15%
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	499 653 561	-	499 653 561	303 011 811	196 641 751 65%
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2 207 971 495	-	2 207 971 495	2 632 136 160	(424 164 664) -16%
Aplicações em Instituições de Crédito	8 071 033 633	-	8 071 033 633	6 283 989 385	1 787 044 248 28%
Crédito a Clientes	5 202 391 163	(133 001 411)	5 069 389 752	5 073 682 294	(4 292 543) 0%
Outros ativos tangíveis	283 695 268	(193 003 049)	90 692 218	62 518 941	28 173 277 45%
Ativos intangíveis	30 591 661	(28 814 715)	1 776 947	5 277 330	(3 500 383) -66%
Ativos por impostos diferidos	23 549 354	-	23 549 354	-	23 549 354
Outros ativos	267 054 599	(7 266 469)	259 788 130	80 489 535	179 298 594 223%
Total do Ativo	18 525 062 666	(362 085 644)	18 162 977 022	16 125 983 557	2 036 993 465 13%
PASSIVO					
Recursos de outras Instituições de Crédito	3 262 051 777	-	3 262 051 777	3 242 705 751	19 346 026 1%
Recursos de Clientes e outros empréstimos	13 090 533 251	-	13 090 533 251	11 172 550 791	1 917 982 459 17%
Provisões e imparidade	67 576 638	-	67 576 638	75 146 717	(7 570 079) -10%
Passivos por impostos correntes	33 271 436	-	33 271 436	14 636 469	18 634 967 127%
Passivos subordinados	152 049 310	-	152 049 310	202 850 699	(50 801 389) -25%
Outros passivos	191 770 449	-	191 770 449	161 635 230	30 135 219 19%
Total do Passivo	16 797 252 861	-	16 797 252 861	14 869 525 657	1 927 727 204 13%
CAPITAIS PRÓPRIOS					
Capital	829 858 400	-	829 858 400	829 858 400	- 0%
Reservas de justo valor	21 924 947	-	21 924 947	39 568 513	(17 643 566) -45%
Outras reservas e resultados transitados	356 724 527	-	356 724 527	258 781 007	97 943 521 38%
Resultado líquido	157 216 287	-	157 216 287	128 249 980	28 966 307 23%
Total dos Capitais Próprios	1 365 724 162	-	1 365 724 162	1 256 457 900	109 266 262 9%
Total do Passivo e dos Capitais Próprios	18 162 977 022	-	18 162 977 022	16 125 983 557	2 036 993 465 13%

Com o resultado a manter-se positivo em 2024, a rentabilidade do Banco continuou positiva, permitindo assim o Banco apresentar um retorno sobre os capitais próprios de 11.5% comparativamente a 10.2% em finais de Dezembro de 2023.

**UMA MELHOR MANEIRA
DE CONCRETIZAR AS VOSSAS
OPORTUNIDADES EM ÁFRICA**



CONSUMER & COMMERCIAL BANKING UM ANO DE TRANSFORMAÇÃO AO SERVIÇO DO CRESCIMENTO INCLUSIVO

O ano transato foi marcado por uma profunda transformação estratégica na nossa filial, refletindo a nossa ambição de construir um banco de classe mundial comprometido com o desenvolvimento sustentável. Cientes da nossa responsabilidade perante os acionistas, clientes e comunidades, redesenhámos o nosso modelo de negócio e o quadro operacional para melhor tirar partido das nossas vantagens competitivas no mercado cabo-verdiano. Este reposicionamento levou ao realinhamento das nossas unidades de Consumer & Commercial Banking em torno de um modelo mais simplificado, ágil e centrado no cliente.

Principais conquistas:

- Implementação do My DigiBanking, um projeto de inclusão financeira em parceria com as autoridades locais.
- Lançamento de novos programas de crédito para MPME, mais flexíveis e competitivos.
- Adesão ao Africa Guarantee Fund (AGF) para reforçar o apoio ao financiamento das MPME.
- Introdução de um programa de crédito hipotecário para clientes particulares.
- Lançamento de cartões pré-pagos físicos e virtuais.
- Assinatura de uma parceria estratégica com a segunda maior companhia de seguros do país.
- Reforço do programa ELLEVAR, focado na capacitação financeira das mulheres.

Impacto concreto:

**126 MILHÕES DE ESCUDOS MOBILIZADOS EM DEPÓSITOS POR MULHERES.
223 MILHÕES DE ESCUDOS EM FACILIDADES DE CRÉDITO EM CURSO.**



A NOSSA REDE: A MAIOR DO PAÍS E NO CENTRO DA NOSSA VISÃO DE INCLUSÃO

O Ecobank Cabo Verde dispõe atualmente da maior rede bancária nacional, com **4 agências físicas**, **4 "cash points"** tendo a atividade da agência do Plateau sido reorientada para a sede. Paralelamente, o nosso modelo de Agency Banking está em plena expansão: contamos com **36 Agentes de Transferência de Dinheiro** e **47 pontos de venda ativos**, com o objetivo de alcançar 100 postos até 2026. Esta estratégia reforça o nosso compromisso com a proximidade, a inclusão e o acesso universal aos serviços financeiros, através de um modelo cada vez mais digital e sustentável.

Esta dinâmica de transformação está totalmente alinhada com a nossa estratégia **GTR – Crescimento, Transformação e Rentabilidade**, que orienta as nossas ações rumo à criação de valor duradouro para todos os nossos stakeholders.

Ecobank Cabo Verde Relatório e Contas 2024



PRÉMIOS, DISTINÇÕES E ATIVIDADES



O Grupo Ecobank obteve importantes distinções internacionais que reforçam a sua posição enquanto líder no setor financeiro africano:

PRÉMIO GLOBAL FINANCE 2024-2025 AFRICA BANKER AWARDS 2025

Estas distinções evidenciam a excelência operacional, inovação e impacto positivo do Grupo Ecobank no continente africano.

Realizámos o lançamento oficial do novo balcão Ecobank no Mercado do Plateau, reforçando o nosso compromisso com a responsabilidade social corporativa, nomeadamente através da promoção ativa da inclusão financeira junto das comunidades locais. Este evento destacou o papel do Ecobank Cabo Verde como parceiro fundamental no acesso facilitado a serviços financeiros.

Destacamos ainda a participação do nosso colaborador Bertoni Santana na prestigiada distinção Shining Star, realizada na Tanzânia.

PARCERIA ESTRATÉGICA: GRUPO ECOBANK E GOOGLE CLOUD



Em 2025, o Grupo Ecobank estabeleceu uma parceria inédita com a Google Cloud, marcando um avanço significativo para instituições financeiras em África. Esta colaboração pioneira visa impulsionar a inovação e acelerar a inclusão financeira em todo o continente.

RECURSOS HUMANOS

Em 2024, o Ecobank Cabo Verde reforçou a sua estratégia de gestão de pessoas, alinhando as práticas de RH aos objetivos estratégicos do banco. Apostámos na criação de um ambiente de trabalho inclusivo, ético e colaborativo, oferecendo aos colaboradores ferramentas, formação e reconhecimento contínuo. O banco encerrou o ano com **75 colaboradores**, uma redução de 10%, conduzida de forma planeada e estratégica para garantir a eficiência operacional a longo prazo. Mantivemos um quadro equilibrado: **52% mulheres e 48% homens**, com **45% de liderança feminina** e uma média etária jovem e dinâmica (38% entre 30-34 anos). A nível de recrutamento, contratámos **18 colaboradores (8 efetivos e 10 CDD)** e integramos **20 estagiários**, promovendo o desenvolvimento de jovens talentos. Também redesenhámos os processos de integração, reduzindo o tempo de adaptação e aumentando a taxa de retenção. O investimento em formação cresceu mais de 50% em relação a 2023, totalizando **11.000 horas de capacitação, nacionais e internacionais**. Esse foco refletiu-se na melhoria do desempenho e no atendimento ao cliente.

A satisfação dos colaboradores subiu 1 ponto no índice de engajamento. Implementámos ações de bem-estar como ginástica laboral, apoio à saúde mental e programas de reconhecimento, com **17 profissionais destacados**. O prémio **Shine Star 2024** foi atribuído a um colaborador que recebeu uma viagem à Tanzânia como reconhecimento pelo seu desempenho excepcional. Revisões salariais e de benefícios foram feitas para manter a competitividade no setor, reforçando a meritocracia. A nossa política de carreira também avançou: todos os colaboradores promovidos participaram em programas internos, e implementámos um plano de sucessão para cargos críticos.

Para 2025, pretendemos aumentar a **taxa de retenção** para **96%** e consolidar o Ecobank Cabo Verde como referência em gestão de pessoas no setor bancário nacional.





40 ANOS, A CONSTRUIR ÁFRICA 15 ANOS A CRESCER CONTIGO EM CABO VERDE

Esperamos que 2025 seja um ano de crescimento sólido, marcado pelos 40 anos do Grupo Ecobank e pelos 15 anos do Ecobank Cabo Verde. Estes marcos dão-nos motivo para olhar para o futuro com confiança e para reafirmar valores que já nos definem: rapidez na resposta ao mercado, trabalho conjunto entre equipas e foco nas metas que queremos alcançar nos próximos anos.